



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE  
DARCY RIBEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS  
SOCIAIS - PPGPS**

**AUGE E DECLÍNIO DA ATIVIDADE SUCROALCOOLEIRA: AS  
TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO NA BAIXADA  
CAMPISTA/RJ**

**SIMONE DA SILVA VIANA**

**CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ**

**MAIO/2019**

**AUGE E DECLÍNIO DA ATIVIDADE SUCROALCOOLEIRA: AS  
TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO NA BAIXADA  
CAMPISTA/RJ**

**SIMONE DA SILVA VIANA**

**Dissertação apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em Políticas Sociais,  
Linha de Pesquisa em Estado,  
Sociedade, Meio Ambiente, Território,  
da Universidade Estadual do Norte  
Fluminense Darcy Ribeiro, como  
requisito parcial para obtenção do  
Título de Mestre em Políticas Sociais.**

**Orientadora: Prof. Dr.<sup>a</sup> Denise Cunha  
Tavares Terra**

**CAMPOS DOS GOYTACAZES**

**MAIO/ 2019**

**AUGE E DECLÍNIO DA ATIVIDADE SUCROALCOOLEIRA: AS  
TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO NA BAIXADA  
CAMPISTA/RJ**

**SIMONE DA SILVA VIANA**

**Dissertação apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em Políticas Sociais,  
Linha de Pesquisa em Estado,  
Sociedade, Meio Ambiente, Território,  
da Universidade Estadual do Norte  
Fluminense Darcy Ribeiro, como  
requisito parcial para obtenção do  
Título de Mestre em Políticas Sociais.**

**Orientadora: Prof. Dr.<sup>a</sup> Denise Cunha  
Tavares Terra**

Aprovado em: \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Denise Cunha Tavares Terra (Orientadora)  
Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Odile Elise Augusta Reginensi  
Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Prof.<sup>a</sup> Dra. Carolina Arouca Gomes de Brito  
Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

---

Prof.<sup>o</sup> Dr. Daniel Pinheiro Caetano Damasceno  
Universidade Estácio de Sá

Dedico este trabalho a minha família e aos meus amigos, pelo incentivo e pelo amor constante.

À Professora Denise Cunha

Tavares Terra, pelas orientações, confiança e extraordinária competência em todos os momentos da realização desta pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer a DEUS por me abençoar com a oportunidade de realizar o mestrado e por ter me dado sabedoria e perseverança nesses dois anos de trajetória acadêmica.

Aos meus filhos, Renato Cordeiro Viana Neto e Ana Luiza da Silva Pessanha Viana, que são a minha fonte de inspiração e minha vida.

Ao meu esposo, Fabiano Pessanha Viana, pelo companheirismo em todos os momentos de dificuldades e por acreditar em mim, sempre. O seu apoio, amor e paciência foram primordiais nesta caminhada.

A minha família, meus pais e meus irmãos, por todo incentivo e por serem meus companheiros nessa longa jornada.

A todos os familiares e amigos pelas palavras de incentivo e apoio.

À professora, Denise Cunha Tavares Terra, pela excelência no exercício de sua profissão, pelas valiosas contribuições e orientação concedida a este trabalho.

A todos os amigos, companheiros da UENF, que conviveram comigo durante toda essa jornada de estudos.

A minha amiga do curso, Mirelly Brito, pelo companheirismo, amizade e incentivo nesses dois anos de muito estudo. Nós nos conhecemos há pouco tempo, mas a sensação é que nossa amizade sempre existiu, que seja para a vida inteira; um verdadeiro presente de Deus. Seu carinho e disponibilidade para ouvir minhas inquietações e reflexões, tornou esse caminho mais alegre e afetuoso.

Agradeço também a todos os entrevistados, antigos operários da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, pela confiança, atenção e disponibilidade concedidas, compartilhando comigo suas memórias, vivências e sentimentos a respeito do mundo do trabalho vivenciado por eles na usina.

Aos entrevistados, Amaro Rangel da Silva e Milton Roberto da Silva Campista, pela disponibilidade em realizar os itinerários, expondo suas memórias e histórias vividas durante o tempo em que trabalharam na usina.

Ao usineiro, Dr. Fernando De La Riva Averhoff, pela confiança e incentivo na realização desta pesquisa; por sua inestimável colaboração ao ceder-me seu acervo pessoal de fotografias que muito revelaram do cenário estudado.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da UENF, pelas aulas de excelência e por todas as contribuições compartilhadas no decorrer do Mestrado.

À Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro pela oportunidade de aprendizado e aperfeiçoamento profissional.

“Tudo vale a pena, se a alma  
não é pequena.” Fernando Pessoa

## RESUMO

VIANA, Simone da Silva. Auge e declínio da atividade sucroalcooleira: as transformações do mundo do trabalho na Baixada Campista/RJ. RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, 2019.

A precarização da força de trabalho, identificada com o trabalho temporário, por tarefas, eventual e fundamentalmente com o trabalho sem carteira assinada, gera uma maior insegurança na renda e amplia a desigualdade e a pobreza. No Brasil, em especial no final da década de 80 e início da de 90, foram adotadas políticas econômicas alinhadas com os fundamentos do pensamento neoliberal, ao gosto dos investidores internacionais. As profundas mudanças no cenário econômico do Brasil com a vultosa entrada de capital externo, valorização da moeda local, aumento das importações e juros altos inibiram o consumo e os investimentos na produção, acarretando aumento das despesas financeiras do governo e elevação do desemprego. Neste mesmo período, a economia sucroalcooleira no Norte Fluminense passa a enfrentar sérias dificuldades, influenciando novos arranjos e uma nova dinâmica das forças produtivas e da classe operária, contribuindo para a mudança no perfil socioeconômico dos municípios da região. Na Baixada Campista, espaço rural do município de Campos dos Goytacazes, grande parte dos operários da Cia Agrícola Baixa Grande - Usina Santo Amaro, localizada em Baixa Grande, tornaram-se empregados de cerâmicas de tijolos ou adotaram práticas informais de trabalho, além de terem praticado o êxodo rural, implicando na construção de novas formas sociais e novos significados do trabalho. Nessa perspectiva, a pesquisa consistiu em compreender as transformações no mundo do trabalho dos operários da Antiga Cia Agrícola Baixa Grande - Usina Santo Amaro, em Baixa Grande, do auge ao declínio da mesma, incluindo as novas relações sociais e cotidianas, diante de um novo espaço que se formava na substituição de vagões e carretas de cana-de-açúcar, enfatizando as relações de trabalho construídas neste novo cenário. Para alcançar o objetivo proposto, foram realizadas entrevistas visando a obter depoimentos de antigos operários da Cia Agrícola Baixa Grande - Usina Santo Amaro e utilizou-se também o método dos itinerários com alguns dos entrevistados que se tornaram trabalhadores informais e trabalhadores em outros setores da economia.

Palavras-chave: Relações de Trabalho, Precarização do Trabalho, Políticas Sociais, Baixada Campista.

## ABSTRACT

VIANA, Simone da Silva. Peak and decline of production activity: the transformations of the world of work in Camper/RJ. RIO DE JANEIRO: Universidade Estadual Do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, 2019.

The precariousness of the workforce, identified with temporary work, by tasks, eventually and fundamentally with work without a formal contract, generates greater insecurity in income and widens inequality and poverty. In Brazil, especially in the late 1980s and early 1990s, economic policies were aligned with the fundamentals of neoliberal thinking, to the liking of international investors. The profound changes in Brazil's economic scenario with the massive influx of foreign capital, appreciation of the local currency, increased imports and high interest rates inhibited consumption and investment in production, leading to an increase in government financial expenses and an increase in unemployment. During this same period, the sugar and alcohol economy in the north of the state of Fluminense began to face serious difficulties, influencing new arrangements and a new dynamics of the productive forces and the working class contributing to the change in the socioeconomic profile of the municipalities of the region. In Baixada Camper, a rural area in the municipality of Campos dos Goytacazes, a large part of the employees of Cia Agrícola Baixa Grande - Usina Santo Amaro, located in Baixa Grande, became employed in brick ceramics or adopted informal work practices, in addition to practicing the rural exodus, implying in the construction of new social forms and new meanings of the work. In this perspective, the research consisted in understanding the transformations in the world of work of the workers of the Old Cia Agrícola Baixa Grande - Usina Santo Amaro, in Baixa Grande, from its peak to its decline; including the new social and daily relations, before a new space that was built in the substitution of wagons and carts of sugar cane, emphasizing the labor relations constructed in this new scenario. In order to reach the proposed objective, interviews were conducted in order to obtain testimonials from former workers of Cia Agrícola Baixa Grande - Usina Santo Amaro and the itinerary method was also used with some of the interviewees who became informal workers and workers in other sectors of the economy.

Keywords: Labor Relations, Labor Precarization, Social Policies, Camperdown.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES/IMAGENS

- Figura 1** – Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro. Atualmente desativada; encontra-se na localidade de Baixa Grande, na região da Baixada Campista, no município de Campos dos Goytacazes.....53
- Figura 2** - Vista Geral da localidade de Baixa Grande.....53
- Figura 3** - Ruínas da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, na localidade de Baixa Grande.....54
- Figura 4** - Usina Cia Agrícola Baixa Grande - Usina Santo Amaro, localizada em Baixa Grande, na década de 1940.....56
- Figura 5** - Terras da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, na localidade de Marrecas. Solo sendo recuperado pelas obras do DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento) .....61
- Figura 6** - Grupo Escolar Dr. Barros Barreto, localizado em Baixa Grande, fundado em 1948, pelo usineiro Dr. Francisco Cavalcante de Albuquerque de Barros Barreto, atendendo à política de assistência social exigida pelo I.A.A. (Instituto do Açúcar e do Alcool) .....65
- Figura 7** - Colégio Estadual Dr. Barros Barreto, localizado em Baixa Grande, na atualidade pertencente à Secretaria Estadual de Educação.....65
- Figura 8** - Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, localizada em Baixa Grande, no auge da produção sucroalcooleira.....72
- Figura 9** - Vale de controle de água das areias das terras de Marrecas com material orgânico e alta produção, pertencente à Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro.....74
- Figura 10** - Aplicando adubo líquido Saccharum Green nos campos com palha, terras pertencentes à Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro.....74
- Figura 11** - Comporta de Controle de colocação de vinhoto da Ilha Grande – Marrecas, terras pertencentes à Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro.....75
- Figura 12** - Esteira de arrasto dos Chutes Donnelly 2º e 4º terno, Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, localizada em Baixa Grande.....75
- Figura 13** - Destilaria da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, localizada em Baixa Grande.....76

<b>Figura 14</b> - Vista da Ponte Rolante, Hilo Móvel e Fixo do outro lado para carros de Estrada de Ferro, Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, localizada em Baixa Grande.....	76
<b>Figura 15</b> - Vista do prédio da moenda – fabricação e entrada de canas, na Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, localizada em Baixa Grande.....	77
<b>Figura 16</b> - Vista Geral da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, localizada em Baixa Grande, em funcionamento na década de 1980.....	77
<b>Figura 17</b> – Entrevistado Amaro Rangel da Silva.....	94
<b>Figura 18</b> – Entrevistado Salvador Monteiro Braga.....	95
<b>Figura 19</b> – Entrevistado Antônio Soares.....	95
<b>Figura 20</b> – Entrevistada Janete Lima Gomes.....	96
<b>Figura 21</b> – Entrevistado Josemilton Ribeiro.....	97
<b>Figura 22</b> – Entrevistado Aguinaldo Pessanha Fernandes.....	98
<b>Figura 23</b> - Entrevistada Adriana Rangel Dias.....	99
<b>Figura 24</b> - Entrevistado Milton Roberto da Silva Campista.....	100
<b>Figura 25</b> – Entrevistado Pedro André Ferreira de Souza.....	101
<b>Figura 26</b> - Entrevistado Dr. Fernando De La Riva Auverhoff.....	102
<b>Figura 27</b> - Vista do itinerário realizado com o entrevistado e antigo operário da usina Amaro Rangel da Silva, de sua residência até a Cia Agrícola Baixa Grande - Usina Santo Amaro, na localidade de Baixa Grande, em 24 de agosto de 2018.....	130
<b>Figura 28</b> - Vista do Pátio da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, na localidade de Baixa Grande; lugar visitado no itinerário de Amaro Rangel da Silva, em 24 de agosto de 2018.....	130
<b>Figura 29</b> - Imagens do entrevistado e antigo operário Amaro Rangel da Silva, durante o itinerário realizado de sua residência até a Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, na localidade de Baixa Grande, em 24 de agosto de 2018.....	131/132
<b>Figura 30</b> - Imagens do entrevistado e antigo operário Amaro Rangel da Silva, durante o itinerário realizado de sua residência até a Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, na localidade de Baixa Grande, em 24 de agosto de 2018.....	134

**Figura 31** – Imagens do entrevistado e antigo operário Amaro Rangel da Silva, no término do itinerário realizado de sua residência até a Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, na localidade de Baixa Grande, em 24 de agosto de 2018.....135

**Figura 32:** Vista do itinerário realizado com o entrevistado e trabalhador da Cia Agrícola Baixa Grande, Milton Roberto da Silva Campista; de sua residência até o Escritório da Cia Agrícola Baixa Grande - Usina Santo Amaro, na localidade de Baixa Grande, em 22 de novembro de 2018.....136

**Figura 33** - Vista do escritório da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, na localidade de Baixa Grande, lugar visitado no itinerário de Milton Roberto da Silva Campista, em 22 de novembro de 2018.....137

**Figura 34** - Imagens do entrevistado e trabalhador da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, Milton Roberto da Silva Campista, durante o itinerário realizado de sua residência até o escritório da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, na localidade de Baixa Grande, em 22 de novembro de 2018.....137/138

**Figura 35** - Imagens do entrevistado e trabalhador da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, Milton Roberto da Silva Campista, durante o itinerário realizado de sua residência até o escritório da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, na localidade de Baixa Grande, em 22 de novembro de 2018.....138/139

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASFLUCAN - Associação Fluminense dos Plantadores de Cana  
CCH - Centro de Ciências do Homem  
CIA - Companhia  
CIMA - Conselho Interministerial do Açúcar e Álcool  
CLT - Consolidação de Leis do Trabalho  
CGT - Comando Geral dos Trabalhadores  
COOPERCREDI - Cooperativa de Crédito dos Lavradores de Cana-de-Açúcar do Estado do Rio de Janeiro  
COPERFLU - Cooperativa Fluminense de Produtores de Açúcar e Álcool  
COOPERSUCAR - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo  
CQC - Círculos de Controle de Qualidade  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos  
DNOS - Departamento Nacional de Obras e Saneamento  
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FGV - Fundação Getúlio Vargas  
FHC - Fernando Henrique Cardoso  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
FUNDECAM - Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes  
FUNDENOR - Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional  
FUNPROÇUCAR - Fundo para o Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira  
FURAI SUL - Fundo para Racionalização da Agroindústria da Região Centro-Sul  
IAA - Instituto do Açúcar e Álcool  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INPS - Instituto Nacional de Previdência Social  
JK - Juscelino Kubitschek  
LTDA - Limitada  
MT - Ministério do Trabalho  
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
OMC - Organização Mundial do Comércio  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PED - Programa Estratégico de Desenvolvimento  
PIB - Produto Interno Bruto  
PLANALSUCAR - Plano Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar  
PPGPS - Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais  
PROÁLCOOL - Programa Nacional do Álcool  
PT - Partido dos Trabalhadores  
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro  
SIRAERJ - Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo  
SITRE - Simpósio Internacional Trabalho, Relações de Trabalho, Educação e Identidade  
UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1- INTERPRETAÇÕES E REFLEXÕES SOBRE O MUNDO DO TRABALHO E SUAS RELAÇÕES SOCIAIS.....</b>	<b>16</b>
<b>1.1-Reflexões acerca do Mundo do Trabalho: incertezas e desafios.....</b>	<b>16</b>
<b>1.2- O mundo do Trabalho no cenário brasileiro, do contexto do Estado Novo aos dias atuais.....</b>	<b>32</b>
<b>CAPÍTULO 2 – HISTÓRIA DA ECONOMIA SUCROALCOOLEIRA NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE: DO AUGÉ AO DECLÍNIO.....</b>	<b>52</b>
<b>2.1- Ascensão das usinas sucroalcooleiras, caso específico da Baixada Campista, das inovações tecnológicas às relações de trabalho.....</b>	<b>52</b>
<b>2.2 – Declínio da atividade industrial canavieira na Baixada Campista, heterogeneidade nas relações trabalhistas e no mercado de trabalho.....</b>	<b>81</b>
<b>CAPÍTULO 3 – AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO DOS ANTIGOS OPERÁRIOS DA CIA AGRÍCOLA BAIXA GRANDE – USINA SANTO AMARO.....</b>	<b>90</b>
<b>3.1 – As entrevistas semiestruturadas: a percepção dos antigos operários em relação às mudanças vivenciadas no ambiente de trabalho.....</b>	<b>92</b>
<b>3.1.1 - Assistência Social.....</b>	<b>107</b>
<b>3.1.2 - Questão Habitacional.....</b>	<b>108</b>
<b>3.1.3 - Lazer e Cultura.....</b>	<b>110</b>
<b>3.1.4- Condições de Higiene e Segurança.....</b>	<b>111</b>
<b>3.1.5- A relação dos trabalhadores da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro com a comunidade de Baixa Grande.....</b>	<b>111</b>
<b>3.1.6 - Participação no Sindicato da categoria.....</b>	<b>112</b>
<b>3.1.7- Horas Extras e Registro na Carteira de Trabalho.....</b>	<b>113</b>
<b>3.1.8 – Relação de trabalho dos trabalhadores com seus chefes e usineiro.....</b>	<b>114</b>
<b>3.1.9- Oportunidade de “subir” de cargo e incentivo na realização de cursos de capacitações e cursos técnicos.....</b>	<b>116</b>
<b>3.1.10- Acidentes de Trabalho.....</b>	<b>118</b>
<b>3.1.11 – Inovações Tecnológicas.....</b>	<b>119</b>
<b>3.1.12 – Declínio e fechamento da Usina.....</b>	<b>120</b>
<b>3.1.13 – Indenizações.....</b>	<b>123</b>
<b>3.1.14 – As transformações ocorridas na vida dos entrevistados o fechamento da usina.....</b>	<b>123</b>
<b>3.2- Itinerários - percepções das histórias e relações sociais construídas no espaço físico da Usina.....</b>	<b>127</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>142</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>147</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>153</b>
<b>Anexo 1.....</b>	<b>153</b>
<b>Anexo 2.....</b>	<b>155</b>
<b>Anexo 3.....</b>	<b>161</b>
<b>Anexo 4.....</b>	<b>163</b>

## INTRODUÇÃO

No Brasil, em especial no final da década de 80 e início da de 90, foram adotadas políticas econômicas alinhadas com os fundamentos do pensamento neoliberal, ao gosto dos investidores internacionais. As profundas mudanças no cenário econômico do Brasil com a vultosa entrada de capital externo, valorização da moeda local, aumento das importações e juros altos inibiram o consumo e os investimentos na produção, acarretando aumento das despesas financeiras do governo e elevação do desemprego.

Neste mesmo período, a economia sucroalcooleira na região Norte Fluminense passou a enfrentar sérias dificuldades, influenciando novos arranjos e uma nova dinâmica das forças produtivas e da classe operária, contribuindo para a mudança no perfil socioeconômico dos municípios dessa região.

Na Baixada Campista, espaço rural do município de Campos dos Goytacazes, grande parte dos operários da Cia Agrícola Baixa Grande - Usina Santo Amaro, localizada em Baixa Grande, tornaram-se empregados de cerâmicas de tijolos ou adotaram práticas informais de trabalho, ou ainda, trabalho autônomo; além da prática do êxodo rural, implicando na construção de novas formas sociais e novos significados do trabalho.

Nessa perspectiva, este trabalho de pesquisa tem como objetivo compreender as transformações no mundo do trabalho dos operários da antiga Usina Santo Amaro, em Baixa Grande, do auge ao declínio da mesma, incluindo as novas relações sociais e cotidianas, diante de um novo espaço que se formava na substituição de vagões e carretas de cana-de-açúcar pelo trabalho nas cerâmicas de tijolos, enfatizando as relações de trabalho construídas neste novo cenário e as mudanças e permanências de diferentes formas de precarização do trabalho na Baixada Campista.

Para a realização da pesquisa, privilegiaram-se os métodos qualitativos, tais como entrevistas semiestruturadas e o método dos itinerários. Os métodos adotados permitiram trabalhar com as histórias e relações sociais construídas no espaço físico da Usina, retratando as percepções sobre as relações sociais e cotidianas que se construíram no interior da Usina a partir das interpretações diferenciadas da trajetória dos antigos operários: suas experiências profissionais, seu dia a dia, seu trajeto, o seu “mundo” do trabalho. Nessa perspectiva, a aplicação do método do itinerário, que foi realizado individualmente com os operários, no espaço físico da Usina, em que o entrevistado foi

o guia do percurso, permitiu compreender as diferentes maneiras de ver, sentir e agir no universo de trabalho construído nesse espaço, em uma sociedade fortemente marcada pela divisão do trabalho. Correlacionou-se este método com os relatos das entrevistas realizadas, com a pesquisa bibliográfica e análise da problemática, levando a novas ressignificações do trabalho na região da Baixada Campista.

O trabalho foi estruturado em três capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais.

No primeiro capítulo, sob o título de “Interpretações e Reflexões sobre o Mundo do Trabalho e suas Relações Sociais”, foi analisado o contexto histórico acerca do Mundo do Trabalho, enfatizando os sistemas de produção: Taylorista, Fordista e Toyotista na sociedade capitalista e as consequências dos mesmos, historicamente, na dinâmica do trabalho no contexto da globalização. Com apontamentos para o cenário brasileiro do período do Estado Novo aos dias atuais, discutiu-se a desregulamentação da produção sucroalcooleira no Brasil e as crises que envolveram este setor, que ocasionaram a flexibilização dos direitos trabalhistas e uma nova reconfiguração no mundo do trabalho. Foi evidenciado ainda o papel dos sindicatos, dos trabalhadores e das políticas trabalhistas nesta esfera econômica, bem como os instrumentos de desregulamentação do trabalho com o surgimento da terceirização, informalidade e trabalhos temporários no cenário de crise da economia brasileira.

No segundo capítulo, sob o título de “História da Economia Sucroalcooleira na Região Norte Fluminense: do auge ao declínio”, foram realizadas análises históricas das transformações econômicas ocorridas na região Norte Fluminense, com ênfase nos períodos da ascensão e declínio da economia sucroalcooleira. Analisou-se mais especificamente o caso da Baixada Campista, espaço rural do município de Campos dos Goytacazes, e processo de desenvolvimento da atividade industrial da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, localizada em Baixa Grande.

Nesse contexto, foram abordados dados sobre a produção, inovações tecnológicas, investimentos de capitais e a empregabilidade, além das relações sociais e cotidianas emergidas nesse espaço. Apresentou-se a relevância da economia canavieira e os dois momentos históricos: a ascensão e crise do setor e as novas atividades econômicas, que influenciaram novos arranjos e uma nova dinâmica das forças produtivas e da classe operária, contribuindo para a mudança no perfil socioeconômico da região. Ressaltou-se o declínio da atividade industrial canavieira, analisando: a inexistência de políticas

alternativas para o problema; a redução dos financiamentos governamentais para a economia canavieira da região no contexto do final da década de 1980 no país; a intensa retração das atividades produtivas, com o desmonte do Estado e das políticas públicas ocorridas nos primeiros anos da década de 1990; a problemática do desemprego na região em estudo; as novas formas de trabalho e as modificações do mercado de trabalho na localidade e no entorno da mesma.

No terceiro capítulo, sob o título de “As principais transformações no mundo do trabalho dos antigos operários da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro”, foram analisados os relatos coletados através de entrevistas semiestruturadas e do método dos itinerários realizado com os operários da usina na localidade de Baixa Grande. O intuito foi analisar a relação dos operários com a Usina e a percepção deles em relação às mudanças no ambiente de trabalho vivenciadas, as novas histórias e relações sociais construídas por esses trabalhadores, as percepções sobre as inovações tecnológicas empregadas ao longo do funcionamento da Usina; as relações sociais e cotidianas emergidas nesse espaço; a rotina de trabalho, a política trabalhista evidenciada no decorrer de suas funções; a experiência vivida durante as mudanças socioeconômicas ocorridas após o fechamento da usina, caracterizando os novos paradigmas de trabalho e vida desses trabalhadores.

Por fim, após a análise dos resultados da pesquisa, foram elaboradas as considerações finais e apontadas novas questões para estudo e reflexões sobre o tema, que muito contribuíram na compreensão da complexidade da questão do mundo do trabalho no setor sucroalcooleiro do espaço rural do município de Campos dos Goytacazes, notadamente no que se refere à localidade de Baixa Grande.

## **CAPÍTULO 1 - INTERPRETAÇÕES E REFLEXÕES SOBRE O MUNDO DO TRABALHO E SUAS RELAÇÕES SOCIAIS**

Historicamente, sobretudo com o advento e quase universalização deste modo de produção e distribuição/acumulação da riqueza social, o trabalho é a fonte de existência e a razão de vida para a imensa maioria dos homens comuns. É condição inescapável de sobrevivência individual e de reprodução familiar e social da espécie humana. (CARDOSO JÚNIOR, J. C., 2014, p.613)

Neste capítulo, pretende-se inicialmente desenvolver uma reflexão teórica a respeito do processo histórico do mundo do trabalho, com base em leituras de Karl Marx, Ricardo Antunes, Paul Singer, Eric Hobsbawm e David Harvey na busca de conceitos que auxiliem as reflexões acerca das relações entre Capital e Trabalho na sociedade, com apontamentos para o cenário brasileiro do período de 1930 aos dias atuais. Nesse contexto, apresenta-se a desregulamentação do trabalho, que ocasionou a flexibilização dos direitos trabalhistas e uma nova reconfiguração no mundo do trabalho no país.

### **1.1-Reflexões acerca do Mundo do Trabalho: incertezas e desafios**

Como ponto de partida para esta pesquisa, é importante rever e refletir sobre estudos de autores que analisaram, no decorrer da História, o Mundo do Trabalho, apontando as contradições entre o acúmulo de capital e o avanço da pobreza, uma miséria que aparece configurada em diversos aspectos da vida dos trabalhadores, dada as características autoritárias, precárias, excludentes e desiguais que marcaram o nosso sistema de relações de trabalho e a estrutura social. E é diante deste cenário que as políticas sociais, em suas diversas áreas, se reafirmam como necessidade à reprodução do capital.

Pesquisar o mundo do Trabalho é entender, em tempos históricos e espaços diversos, como o ser humano cria, recria e modifica conscientemente ou não, sua história. O trabalho existe desde o momento em que os seres humanos começaram a transformar a natureza e o ambiente ao seu redor. Gradativamente, certas formas de trabalho social diferentes do trabalho material foram surgindo e se consolidando.

O processo de desenvolvimento do capitalismo, desde o seu período manufatureiro até a atual fase monopolista, sofreu profundas transformações principalmente ao nível da divisão técnica do trabalho, da utilização sistemática da ciência e da tecnologia no aparelho de produção, na organização e controle do trabalho e do trabalhador.

Assim, a força expansiva do capital tende a homogeneizar a sociedade, tornando-a capitalista: uma relação social que se materializa em dinheiro, meios de produção, trabalho, mercado, lucro, exploração do trabalhador assalariado. É através do trabalho que o homem desenvolve suas habilidades, aprende a conhecer suas próprias forças e limitações, impõe-se uma disciplina, alterando a visão que ele tem do mundo e de si mesmo.

A partir das leituras realizadas, compreende-se que no início todos trabalhavam segundo suas capacidades e as necessidades do grupo, a luta maior era pela sobrevivência e os indivíduos eram muito parecidos uns com os outros pela semelhança de suas atividades e de crenças comuns, e produziam quase uma consciência e comportamento homogêneos. Ao longo da História, desde as mais antigas civilizações, sempre existiu divisão entre aqueles que mandavam (pensavam, concebiam e inventavam) aqueles que só obedeciam e executavam.

Desde o momento em que o trabalho começou a ser repartido, cada um tem uma atividade determinada que lhe é imposta, devendo permanecer na mesma. O trabalho se tornou um meio de produzir riqueza em geral, dividindo a sociedade em três grandes classes: os operários assalariados, os capitalistas e os latifundiários. Um dos motivos, para que existisse a formação de um Estado, era para amortecer os conflitos entre as classes antagônicas e como instrumento de domínio da classe dominante, defendendo e protegendo a propriedade privada dos que possuíam, contrariando os interesses dos que nada possuíam.

Durante a Idade Média, todos eram dependentes, servos e senhores feudais, vassalos e suseranos, leigos e clérigos. A agricultura era muito rudimentar, as cidades eram vilas miseráveis, com poucos artesãos e domésticos que trabalhavam para o senhor feudal. Lentamente, as cidades se transformaram em centros de comércio. Houve o aparecimento dos burgueses e a intensificação do trabalho urbano. Segundo Kurz (1993,

p.33), a manufatura, a divisão forçada do trabalho e o recrutamento coativo de mão de obra assalariada barata conduziram a um novo modo de produção que logo rompeu com os objetivos limitados do absolutismo. Assim, no período manufatureiro, os artesãos, que eram produtores independentes, passaram a ser subordinados ao capital gradativamente; passavam a produzir, em um único local, mercadorias sob as ordens, interesses e vigilância do capitalismo. A partir daí, os pequenos capitais economizados aos poucos por artesãos e o aumento da população nas cidades feudais desenvolveram as condições de artesão e de aprendiz, como novas classes sociais no mundo do trabalho feudal.

No decorrer da Idade Moderna, em especial no século XVI, foi sendo direcionado o sentido do trabalho, como implementação para o crescimento econômico. Trabalhar passou a ser condição de prosperidade e finalidade de vida, em uma sociedade em que a burguesia era dotada de capital e decidia os rumos dos acontecimentos, motivando ou pressionando a classe trabalhadora à produção de riquezas, construindo uma ideologia que submetesse os trabalhadores à vontade e ao gosto pelo trabalho. A burguesia reunia operários para um trabalho de cooperação, por uma gradual socialização dos trabalhadores e dos instrumentos de produção, obtendo daí a manufatura e, em seguida, a indústria. O trabalho tornava-se cada vez mais fundamental para a obtenção de riquezas para esta sociedade, ocasionando mudanças significativas no cotidiano da mesma, atendendo às necessidades do mercado. Segundo Braudel:

O mercado de trabalho – como realidade, se não como conceito – não é uma criação da era industrial. O mercado de trabalho é aquele em que um homem, venha de onde vier, se apresenta despojado de seus tradicionais “meios de produção”, supondo que alguma vez os teve: uma terra, um tear, um cavalo, uma carroça, ... Ele só tem a oferecer as mãos, os braços, sua “força de trabalho”. E, claro, sua habilidade. O homem que se aluga ou se vende desse modo passa pelo buraco estreito do mercado e sai da economia tradicional. (BRAUDEL, 1998, p.37)

O capital acumulado permitia a compra de matérias primas e de máquinas, assim muitas famílias, que desenvolviam o trabalho doméstico nas antigas corporações e manufaturas, se viam obrigadas a vender sua força de trabalho em troca de um salário. O salário pressupõe o trabalho assalariado, o lucro e o capital. É importante ressaltar que, durante este período da História, ou seja, na Idade Moderna, uma manufatura consistia na reunião de muitos trabalhadores e de muitos ofícios em um único lugar.

Para Marx (1977[1867], p.63), a força de trabalho era uma mercadoria, assim como o açúcar; nem mais, nem menos. Mede-se a primeira com o relógio; a segunda com a balança (...) o operário vende a si mesmo, pedaço a pedaço. (...). Pode-se de modo geral, dizer que os marxistas enfatizam o mercado de trabalho como um fenômeno histórico recente e que a criação do mercado de trabalho dependeria do desenvolvimento tecnológico e da acumulação prévia de riqueza e de recursos produtivos, bem como da proletarianização de amplos grupos sociais.

O trabalho tornava-se, para um número crescente de indivíduos, um meio de consumir, de satisfazer suas necessidades mais amplas, impedindo o trabalhador de ver com clareza a própria exploração, havendo uma perda de sua liberdade e consolidando a alienação. Marx acentuava, em suas obras, que a alienação era um estado histórico, que seria no limite, superado na medida em que o homem se aproximasse da liberdade. Liberdade, para o autor, significava uma existência autônoma e liberta da exploração. Sendo assim, Marx também advertia que:

O trabalhador converte-se numa mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria produz. A desvalorização do mundo humano cresce na razão direta da valorização do mundo das coisas. O trabalho não apenas produz mercadorias, produz também a si mesmo como mercadoria, e justamente na proporção em que produz mercadorias em geral. (MARX, 1977[1867], p. 63)

É necessário dizer que a lógica do capitalismo não se impõe apenas aos capitalistas, mas também aos trabalhadores que vendem sua força de trabalho e estão à disposição do capital. E ao mesmo tempo, os trabalhadores se tornam um perigo para o capital e suas bases institucionais, no que tange ao processo histórico da luta de classes. Sendo assim, segundo Marx, o poder político era organizado para que uma classe pudesse oprimir a outra.

Para Marx (1977) [1867], a sociedade capitalista produzia para produzir, isto é, somente se interessava por produzir bens úteis para o consumo enquanto portadores da virtude do lucro, da mais valia, da acumulação ampliada do capital. Marx formulava, em termos gerais, a tese do empobrecimento relativo e absoluto da classe operária sob o capitalismo, delineando sua visão do capitalismo como uma sociedade na qual a burguesia e o proletariado eram classes revolucionárias e antagônicas.

Dentro dessa perspectiva, seguindo o raciocínio de Marx, o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral e, não obstante, o rápido crescimento do capital é condição mais favorável para o trabalho assalariado. É importante destacar que a existência de uma classe que nada possui senão a capacidade de trabalho é uma condição prévia necessária do capital. Sua própria vontade e seu desejo se submetem ao mecanismo rigoroso e cruel da reprodução capitalista. Como bem afirmou Bottomore:

O papel das classes sociais é excepcionalmente importante nas sociedades capitalistas, onde as relações de classes são a expressão principal da construção entre forças e relações de produção; ao passo que, nas sociedades anteriores, as relações sociais dominantes podem ser as de parentesco, religião ou política; podem não expressar contradições; e podem, presumidamente, constituir sociedades que não sofrem nenhum desenvolvimento. (BOTTOMORE, 1980, p.174)

Com a Revolução Industrial, no século XVIII, cada vez mais se acentuava a divisão da sociedade em grandes capitalistas e proletários, uma exploração do trabalho cada vez mais intensa no cenário das fábricas têxteis, onde a produção passava a ser em larga escala; desemprego e pobreza caminhavam juntos. Nessa época, era de suma importância a produção de mais-valia, resultante da intensa jornada de trabalho. Neste cenário, se tornavam visíveis as novas organizações proletárias, os sindicatos e a formação de uma consciência política e social, em um ambiente de conflitos entre os interesses do capital e os do trabalho. Nesse aspecto, Hobsbawm assinalou que:

Os grupos heterogêneos dos “trabalhadores pobres” sem dúvida tenderam a se tornar parte do “proletariado” nas cidades e regiões industriais. A importância crescente dos sindicatos na década de 1860 registrou bem esta circunstância e a existência mesma – para não mencionar a força – da Internacional teria sido impossível sem ela. Porém, os “trabalhadores pobres” não eram apenas o conjunto de grupos disparatados. Eles haviam, especialmente nos anos desesperados da primeira metade do século, fundindo-se numa massa homogênea de descontentes e oprimidos. Esta homogeneidade estava agora sendo perdida. A era do capitalismo liberal estável e florescente oferecia à “classe operária” a possibilidade de melhorar sua barganha coletiva através de organização coletiva. (HOBSBAWM, 1979, p. 235)

No que concerne ao avanço industrial do século XVIII e início do século XIX, as condições de trabalho dos operários eram subumanas, fome e subnutrição eram comuns, péssimas condições de trabalho e de moradia eram a realidade, falta de pagamento e

exploração eram condições para o fortalecimento do capitalismo europeu. No decorrer do século XIX, ficava mais em evidência esta situação perversa do modo de produção capitalista, principalmente nos países europeus e Estados Unidos da América. Os operários cumpriam de 14 a 16 horas de atividades diárias, sem garantias trabalhistas, mal remunerados, presença frequente de crianças e idosos no trabalho das fábricas e controle de suas atividades fabris por meio do sistema de produção taylorista<sup>1</sup>. Isso levava os trabalhadores a desconhecer o processo de trabalho na sua totalidade, reduzindo o trabalho a um mero trabalho manual, não havendo uma interação entre o trabalho manual e o intelectual, a divisão do trabalho não oportunizava aos trabalhadores se apoderarem da técnica e da ciência ao mesmo tempo.

De acordo com Hobsbawm:

Todo operário tinha que aprender a trabalhar de uma maneira adequada à indústria, ou seja, num ritmo regular de trabalho diário ininterrupto, o que é inteiramente diferente dos altos e baixos provocados pelas diferentes estações no trabalho agrícola ou da intermitência autocontrolada do artesão independente. A mão-de-obra tinha também que aprender a responder aos incentivos monetários. (HOBSBAWM, 1996, p.67)

Sem dúvida, ao longo da história e na conjuntura dos dias atuais, o trabalho e as relações de trabalho consolidaram mudanças significativas decorrentes de transformações ocorridas na economia e no modo da produção, estabelecendo uma nova cultura de trabalho. Para uma melhor compreensão do conceito amplo de relações de trabalho, torna-se necessário, neste estudo, abordar os principais modelos de produção fabril do final do século XIX e durante o século XX, que se destacaram e ainda hoje têm suas bases enraizadas em vários setores da produção capitalista: como o Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. No caso brasileiro, os modos de produção capitalista ocorreram de forma lenta e gradual, começando com o modelo fordista no início do século XX, com a substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada.

Cabe, no entanto, salientar que o Taylorismo, elaborado pelo norte-americano Frederick Taylor, no final do século XIX, estabeleceu um controle da produção e dos

---

<sup>1</sup> Sistema de Produção Taylorista - Segundo, Mattoso (1996, p. 35), os princípios tayloristas de organização do trabalho, são consolidados na indústria com a crescente utilização da cadeia de montagem semiautomática e cada vez mais expandidos para os serviços. Forma de organização do trabalho articulada com a produção em massa de produtos de consumo estandardizados.

trabalhadores por meio de um cronômetro, para tornar o processo de produção mais simples e rápido, a partir de um grande volume de produção. Elevou os índices de produção à custa de uma opressiva hierarquia do trabalho, exigindo dos trabalhadores obediência às decisões de seus patrões. Cada operário realizava a sua tarefa de maneira individual, eliminando assim o trabalho em grupo e a possibilidade de organização dos operários contra o regime de trabalho imposto, restringindo qualquer chance de lutas, discussões e união entre os trabalhadores.

A respeito do Taylorismo, é possível destacar que: radicalizou a divisão entre concepção e execução do trabalho ou entre gerência e trabalhadores; o trabalhador não poderia tomar nenhuma decisão sobre o processo de trabalho, tudo estaria nas mãos dos donos das máquinas. Em outras palavras, fortalecia a ausência do poder de força e união na luta por melhores condições de trabalho, por consequência o trabalhador aceitava qualquer atividade desqualificada. Entre outras ações, Taylor buscava com seu modelo de produção, impor ao trabalhador como deveria executar seu trabalho, não havendo possibilidade do trabalhador tomar nenhuma decisão sobre o processo de trabalho, tudo estaria nas mãos dos donos das máquinas.

Nesse processo, o trabalho intelectual era totalmente separado do trabalho manual, na tentativa de transformar o trabalhador em uma máquina, através da opressão. Em um contexto em que a ideia central dos donos dos meios de produção era tornar o trabalhador em uma máquina, aconteceram, contraditoriamente, diversos movimentos operários contra a opressão e pelo controle do processo de trabalho. Dentro dessa perspectiva, Hobsbawm escreveu que:

Movimento operário proporcionou uma resposta ao grito do homem pobre. Ela não deve ser confundida com a mera reação coletiva contra o sofrimento intolerável, que ocorreu em outros momentos da História, nem sequer com a prática da greve e outras formas de militância que se tornaram características da classe trabalhadora. Estes acontecimentos também têm sua própria história que começa muito antes da revolução industrial. O verdadeiramente novo no movimento operário do princípio do século XIX era a consciência de classe e a ambição de classe. (HOBSBAWM, 1996, p.230)

Muitas lutas operárias ocorreram contra as formas degradantes de trabalho. O proletariado iniciou um processo de luta, desde reivindicações econômicas até

movimentos políticos, como: o Ludismo<sup>2</sup>, movimento trabalhista liderado pelo inglês Ned Ludd, em que os trabalhadores quebraram vários maquinários, pois para os trabalhadores as máquinas eram as responsáveis pelo aumento do desemprego e pela miséria em que viviam. Mas os trabalhadores logo perceberam que as máquinas não eram suas inimigas, mas sim o modo de produção pelo qual eram obrigados a realizar seu trabalho. Sendo assim, o proletariado passou a organizar outras formas de ação, criando as primeiras associações de auxílio mútuo, que levantavam recursos para os trabalhadores em momento de necessidade, como acidentes de trabalho, doenças e desemprego.

A partir destas associações no século XIX, surgiram os sindicatos de trabalhadores, que organizavam ações conjuntas para pressionar os patrões e o governo na ampliação de seus direitos trabalhistas. Entre as inúmeras reivindicações, os sindicatos lutavam pelo aumento de salários, melhores condições de trabalho, proibição do trabalho infantil, diminuição da desigualdade social, redução da jornada de trabalho, licença maternidade para as mulheres operárias, posicionando-se contra o capitalismo industrial e a exploração excessiva dos trabalhadores. Os sindicatos, juntamente aos trabalhadores das fábricas, passaram a realizar greves, passeatas, publicações de jornais e panfletos contra a opressão no mundo do trabalho.

Na medida em que cresciam os movimentos operários pelo mundo, a industrialização avançava, constituindo *trustes*<sup>3</sup> que monopolizavam o mercado. Para aumentar suas riquezas, os países dominantes do capitalismo financeiro iniciaram no final do século XIX, uma corrida aos países da América Latina, África e Ásia, em busca de mão de obra barata, matérias primas baratas e mercado consumidor, consolidando a política imperialista. A dominação se impôs em todos os campos da sociedade, principalmente no mundo do trabalho e disputas acirradas do comércio internacional acabaram acarretando a Primeira Guerra Mundial, no início do século XX.

É interessante notar que, no caso brasileiro, a aristocracia rural resultante da civilização do açúcar motivava os senhores de engenho na formação de bacharéis e

---

<sup>2</sup> Ludismo - Movimento que ficou caracterizado por combater o trabalho mecanizado e as péssimas condições de trabalho decorrentes da industrialização.

<sup>3</sup> Trustes - o resultado do capitalismo que forma um oligopólio, em outras palavras, é a fusão e incorporação de empresas envolvidas de um mesmo setor de atividades a abrirem mão de sua independência legal para constituir uma única organização

clérigos, não incentivando conhecimentos técnicos que pudessem acompanhar a Revolução Industrial. Dessa maneira, o Brasil mantinha o trabalho escravo, sem preocupação em investir em mão-de-obra técnica e de qualidade, com métodos arcaicos da produção canvieira sem investimentos em inovações modernas de fabricação. Com efeito, o fim da escravatura, da qual o Brasil foi o último país a se livrar, não aboliu o monopólio da terra, fonte de poder econômico e principal meio de produção até as primeiras décadas do século XX.

Com efeito, a Primeira Guerra Mundial afetou profundamente os europeus e o mundo. A produção e os recursos dos países dominantes eram para atender à guerra. Mudanças nas fábricas, as mulheres assumiram os postos dos homens, pois estes na sua maioria estavam em combate. As mulheres recebiam baixos salários, realizavam jornadas exaustivas nas fábricas, não tinham participação política. Era notável que, mesmo em um cenário de guerra, a indústria avançava.

Com o objetivo de aumentar a produtividade, o norte-americano Henry Ford introduziu, no início do século XX, o processo de padronização da linha de montagem e da produção em série na sua fábrica de automóveis, através de uma esteira transportadora. Esse modelo de produção foi denominado de Fordismo. Esse novo modo de produção impedia o operário de ter acesso ao produto como um todo, elevando o grau de mecanização no trabalho. A linha de montagem especializou os operários na realização de tarefas simples e repetitivas, não havendo necessidade de habilidades especiais na execução de seu trabalho.

Em síntese, o trabalho continuava a ser tratado como uma mercadoria e com os atributos de alienação, monotonia e embrutecimento. As novas indústrias de produção em massa não apenas se tornaram o centro de uma acumulação de capital, como também um modelo compensatório e uniformizado. Assim, entende-se que tanto no modelo de produção Taylorista quanto no modelo Fordista, os donos dos meios de produção e os operários estavam cada vez mais separados uns dos outros; reforçando as relações de poder e de dependência, fortalecendo as relações sociais de exploração e de dominação.

Ao mesmo tempo em que a indústria crescia a todo vapor, os operários se organizavam cada vez mais em sindicatos. O movimento operário ganhou força com a Revolução Russa, em 1917, e vários países europeus e do mundo ficaram em alerta com

as manifestações operárias, procurando atender a algumas reivindicações como a diminuição da jornada de trabalho promulgada pelo governo francês, em 1920 e, na Inglaterra, foi estabelecido neste mesmo ano o salário desemprego. Com a grande crise, em 1929, o fascismo ganhou força na Itália, substituindo os sindicatos livres por corporações, tanto os trabalhadores quanto os patrões estavam subordinados ao Estado de caráter extremamente totalitário. A Grande Depressão, em 1929, causou a quebra da Bolsa de Nova York e, de um dia para o outro, os empresários se viram pobres, as fábricas encerradas, desemprego alarmante, miséria e um aumento do estoque de produtos que o mercado consumidor não dava conta de consumir.

O presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt, em 1932, elaborou o plano *New Deal*<sup>4</sup>, com o propósito de recuperar a economia norte-americana. Para isso, reorganizou o país gerando empregos em obras públicas, aumentou o salário dos trabalhadores, criou o salário desemprego, incentivos e empréstimos aos empresários que atendessem às novas normas trabalhistas e diminuíssem as jornadas de trabalho.

Neste mesmo contexto, diversos trabalhadores nos países dominados pelos partidos fascista e nazista eram obrigados a trabalhar como escravos sejam em fábricas, obras, minas ou outros serviços. As maiores vítimas foram os trabalhadores judeus, que eram levados aos campos de concentração, onde eram submetidos ao trabalho forçado, torturados e muitas vezes exterminados pelos nazistas.

O papel do Estado foi decisivo para a retomada do desenvolvimento e crescimento econômico, nas décadas de 1950 e 1960; várias implementações políticas, promovidas pelo *Welfare State* ou Estado de Bem Estar Social, foram essenciais para o controle das contestações ao sistema capitalista, no contexto da Guerra Fria. Os governos da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, concederam leis de amparo aos trabalhadores, estabelecendo seguro-desemprego, férias, 13º salário, auxílio gestante, auxílio-creche, e outras medidas. Ao mesmo tempo, os sindicatos e trabalhadores empreenderam uma política de colaboração com os patrões. Objetivava com esta política o aumento do

---

<sup>4</sup> New Deal – Novo Acordo Econômico, realizado pelo presidente Franklin Delano Roosevelt, com o objetivo de recuperar e reformar a economia norte-americana, diante dos efeitos de crise econômica gerados pela Grande Depressão.

consumo, crescimento das empresas e diminuição das reivindicações dos trabalhadores, mostrando ao mundo socialista os benefícios de ser capitalista.

Nos anos 50, no século XX, acentuaram-se as características da sociedade moderna e os avanços tecnológicos baseados nos novos conhecimentos científicos permitiram intensificar o ritmo de produção e a exploração do trabalho. Neste contexto, o modo de produção fordista contribuiu para o período de maior crescimento econômico da história do capitalismo, entre 1948 até 1973, sendo que neste período a sociedade de consumo foi denominada como “*american way of life*”<sup>5</sup>. Dentro dessa perspectiva, Kurz (1993, p.237) afirmou que somente após a Segunda Guerra Mundial o modelo fordista foi universalmente imposto e, nesse contexto, as novas indústrias de produção em massa se tornaram um “modelo social”, de um modo de viver, marcado pela totalização do trabalho abstrato em combinação com uma “cultura do tempo livre” compensatória e uniformizada nos moldes fordistas, tornando-se um modo social e cultural de vida, buscando a produção em grande escala e o consumo de massa.

Ao longo dos anos 70, no século XX, ocorreu uma crise estrutural no sistema capitalista que levou a uma crise do modelo de produção Fordista, ocasionando a queda na taxa de lucro, causada pelo aumento do preço da força de trabalho. As empresas investiram em inovação tecnológica e novas técnicas gerenciais para diminuir os custos, provocando, conseqüentemente, o fechamento de postos de trabalho e retração do consumo e, juntamente a esse cenário, a crise do Estado de Bem-estar Social, o desmonte do Estado, resultante da transnacionalização econômica é, primeiramente, um desmonte dos direitos do cidadão, do trabalhador.

Cabe destacar, também, que o avanço tecnológico da automação, robótica e microeletrônica fez o mercado exigir outros padrões de produtividade, com maior flexibilização e versatilidade da mão de obra; o trabalhador precisava aprender a manusear várias máquinas e processos de produção ao mesmo tempo; a meta fordista da redução de preços por meio da ampliação da escala de produção foi substituída pelo

---

<sup>5</sup>“American way of life” – significa 'jeito ou estilo americano' expressão aplicada a um estilo de vida que funcionaria como referência de autoimagem para a maioria dos habitantes dos Estados Unidos da América.

aperfeiçoamento tecnológico dos produtos e pelo maior valor ao produto a cada nova versão do mesmo.

Para melhor evidenciar esta ideia, Singer explicou que:

No período de 1976-79, quando as principais economias capitalistas voltavam a crescer, o desemprego continua se expandindo. Isto se explica, em parte, pela revolução tecnológica produzida pela invenção do microprocessador (em 1970), que barateou imensamente todo tipo de “automação”. Seguiu-se amplo sucateamento de instalações e máquinas obsoletas e a adoção de processos de produção que requerem pouquíssima participação do trabalho humano. (SINGER, 1987, p. 61)

O esgotamento desses modelos de produção, Taylorismo e Fordismo, levou a uma valorização da força de trabalho como saída para evitar a crise no setor de produção. Dessa forma, pode-se afirmar que o esgotamento do modelo de produção fordista se deu principalmente pela concorrência internacional entre empresas e pela resistência dos trabalhadores às formas de organização do trabalho, que acabava levando ao desperdício e desmotivação dos operários. Mas, ao mesmo tempo, não significou banir totalmente estes modelos de produção. Torna-se importante ressaltar que ainda há resquícios desses modelos de produção, principalmente o modelo de produção fordista, no mundo do trabalho vigente no século XXI.

Devido ao contexto da crise econômica mundial nos anos 70, as empresas propiciaram a participação dos empregados na produção, cooperação entre o trabalhador e o empresário, atuando no controle de qualidade da mercadoria, para assim obter o apoio do trabalhador no processo de produção, sob uma autoridade discreta de acordo com os interesses da empresa. Conforme afirmou Carmo (1992, p. 63): “com medo de perder a competitividade com os orientais, os empresários ocidentais lançaram apelos ao operariado, para uma maior participação no trabalho.”

A rigidez do Fordismo foi substituída pela acumulação flexível, um novo modelo de produção que se configurava com novas relações entre capital e trabalho, por um contínuo aperfeiçoamento tecnológico dos produtos e pela incorporação de maior valor a cada novo modelo. Conforme afirmou Harvey:

Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo

surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 1992, p. 140)

Estudos demonstram que ocorreu no mundo do trabalho um processo de reorganização devido às implementações das políticas neoliberais no cenário econômico mundial, como: privatizações de empresas estatais, desregulamentação dos direitos do trabalhador, reorganização do processo produtivo e do trabalho, já que os diversos componentes de um produto podem ser fabricados em diversos lugares, de acordo com as vantagens financeiras, legislativas e estrutura do mercado de trabalho oferecida pelos países. Segundo Harvey:

Nas relações sociais que dominam o cerne do capitalismo, o trabalho assume uma forma muito particular em que o trabalho, as tecnologias de produção e as formas de organização estão reunidos sob o controle do capitalista por um tempo predeterminado de contrato para fins de produção lucrativa de mercadorias. (HARVEY, 2011, p. 88)

Para melhor evidenciar esta discussão, os autores Antunes e Alves analisaram que:

Se o fordismo expropriou e transferiu o *savoir-faire* do operário para a esfera da gerência científica, para os níveis de elaboração, o toyotismo tende a transferi-lo para a força de trabalho, mas o faz visando a apropriar-se crescentemente da sua dimensão intelectual, das suas capacidades cognitivas, procurando envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária. Os trabalhos em equipes, os círculos de controle, as sugestões oriundas do chão da fábrica, são recolhidos e apropriados pelo capital nessa fase de reestruturação produtiva. Suas ideias são absorvidas pelas empresas, após uma análise e comprovação de sua exequibilidade e vantagem (lucrativa) para o capital. (ANTUNES e ALVES, 2004, P. 346-347)

Sem dúvida, a alienação do trabalho promovida pelo modelo fordista é substituída por níveis de exploração muito mais sofisticados sobre o trabalhador, explorando todas as suas capacidades. A flexibilização dos direitos dos trabalhadores, que levaram e levam à precarização do trabalho, se dá em um cenário bastante heterogêneo de ocupações e de remunerações no seio da classe trabalhadora, o que implica uma acelerada redução do número de empregos no núcleo moderno e formal da economia. Neste sentido, Antunes e Braga compreenderam que:

Assistimos então à desestruturação da empresa fordista em benefício de um modelo de organização das relações de produção orientado pela generalização do processo de terceirização, pela compressão dos níveis hierárquicos, pelo desenvolvimento de estratégias gerenciais objetivando a mobilização permanente da força de trabalho, pela cooperação constrangida dos assalariados, pela administração por metas, assim como pela fragmentação da relação salarial. (ANTUNES e BRAGA, 2009, p. 68)

No final do século XX, a recessão eliminou grande número de postos de trabalho, desencadeando um acentuado crescimento do desemprego que deixou de ser realidade apenas dos países pobres, atingindo a todos os países, num cenário inseguro e de constantes mudanças. É importante ressaltar ainda que, neste período, o declínio do emprego se deu, principalmente, no setor de emprego não qualificado.

Como acentuaram Antunes e Druck:

Estamos, portanto, frente a uma nova fase de desconstrução do trabalho sem precedentes em toda a era moderna, ampliando os diversos modos de ser da informalidade e da precarização do trabalho, que revelam um processo de metamorfose da velha e histórica precariedade. A informalidade não é sinônimo de precariedade, mas a sua vigência expressa formas de trabalho desprovido de direitos e, por isso, encontra clara sintonia com a precarização. Apontar suas conexões, suas inter-relações e suas vinculações torna-se, entretanto, imprescindível. Se no século XX presenciamos a vigência da era da degradação do trabalho, nas últimas décadas do século XX e início do XXI, estamos defronte de novas modalidades e modos de ser da precarização, da qual a terceirização tem sido um de seus elementos mais decisivos. (ANTUNES e DRUCK, 2015, p. 24-25)

Na década de 1990, as transformações geradas pela nova divisão internacional do trabalho foram de grande intensidade, já que partiram de uma dinâmica interna, característica dos países de industrialização dependente, fundada na exploração da força de trabalho. Num cenário de profunda recessão, a dívida pública de quase todos países ocidentais era enorme, ocasionando em contrapartida o fortalecimento das políticas neoliberais, principalmente com a derrubada do socialismo, com o fim da Guerra Fria. A derrota do Socialismo fortaleceu a hegemonia neoliberal no cenário mundial. O neoliberalismo alcançava êxito, as sociedades ficaram ainda mais desiguais e o mundo do trabalho cada vez mais precarizado.

Segundo Druck (2013, p. 373-380), a precarização social do trabalho diz respeito ao “processo econômico, social e político que se tornou hegemônico e central na atual

dinâmica do novo padrão de desenvolvimento capitalista – a acumulação flexível”. A autora enfatiza, em seus estudos, que a precarização social do trabalho é uma estratégia de dominação do capital sobre o trabalho no contexto da globalização e das políticas neoliberais, conduzindo à vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais, à intensificação do trabalho e terceirização, à perda das identidades individual e coletiva, à fragilização da organização dos trabalhadores e à condenação e ao descarte do direito do trabalho. A história do trabalho é, portanto, também a história da resistência dos homens diante dessas condições impostas para sua reprodução social.

Dentro dessa perspectiva, Antunes (1999, p.102) afirmou que todo trabalhador produtivo é assalariado e nem todo trabalhador assalariado é produtivo. Essa noção incorpora, segundo o autor, o proletariado precarizado, reconhecendo as mudanças no mundo do trabalho e a fragmentação do mesmo na crescente internacionalização do trabalho, revelando dessa conjuntura uma crescente instabilidade e confrontos sociais entre capital e trabalho.

Assim, o mundo do trabalho desqualificou-se em várias categorias, diminuiu e requalificou-se em outras; abandonou as perspectivas de emancipação do trabalho e contentou-se com o bem-estar social. Como destacou Antunes:

Desenvolveu novas técnicas de flexibilização e de gestão do trabalho, embora ainda existam as técnicas do Taylorismo e do Fordismo no processo de produção. No final do século XX, o contexto histórico sinalizava que o capital gerava as condições sociais para o florescimento de uma subjetividade autêntica e emancipada, dando um novo sentido ao trabalho. Criava-se assim uma classe trabalhadora estratificada numa intensidade muito maior do que antes. (ANTUNES, 1999, p. 182)

Nesta mesma perspectiva, Ianni (1996, p.23) afirmou que a relevância do trabalho começa a revelar-se quando se reconhece que o capitalismo transformou o mundo em uma espécie de imensa fábrica. Ou seja, as condições de vida e de trabalho, em todos os lugares, estão passando por transformações decorrentes dos processos de globalização e mundialização do capital, produzindo e reproduzindo desigualdades e multiplicando as diversidades.

Sendo assim, a nova ordem mundial está se redefinindo e criando novas modalidades de organização do trabalho e da produção, uma nova divisão transnacional do trabalho, com as combinações do Fordismo, Toyotismo e Terceirização. O trabalho

torna-se global e passa ser influenciado por padrões e valores sócio culturais e políticos, além da flexibilização dos direitos dos trabalhadores, que leva à precarização do trabalho, que se dá em um cenário bastante heterogêneo de ocupações e de remunerações no seio da classe trabalhadora, o que implica uma acelerada redução do número de empregos no núcleo moderno e formal da economia.

Como bem acentuaram Antunes e Druck:

Em síntese, a terceirização é o fio condutor da precarização do trabalho no Brasil. E se constitui num fenômeno onipresente em todos os campos e dimensões do trabalho, pois é uma prática de gestão/organização/controle que discrimina, ao mesmo tempo que é uma forma de contrato flexível e sem proteção trabalhista. É também sinônimo de risco de saúde e de vida, responsável pela fragmentação das identidades coletivas dos trabalhadores, com a intensificação da alienação e da desvalorização humana do trabalhador, assim como é um instrumento de pulverização da organização sindical, que incentiva a concorrência entre os trabalhadores e seus sindicatos. Além disso, a terceirização põe um “manto de invisibilidade” dos trabalhadores na sua condição social, como facilitadora do descumprimento da legislação trabalhista, como forma ideal para que o empresariado não tenha limites (regulados pelo Estado) no uso da força de trabalho e de sua exploração como mercadoria. (ANTUNES e DRUCK, 2015, P. 31)

Na medida em que o crescimento do consumo abre novos campos de emprego, os empregos suprimidos são substituídos por outros sendo que muitos deles não existiam antes. A inovação tecnológica destrói velhos empregos muito mais rápido do que cria outros. O fato é que as máquinas vão substituindo funções realizadas por várias pessoas, acelerando o desemprego e, para resolver de forma imediata a questão, ocorre o trabalho temporário, que reduz o custo empresarial com um trabalhador, proporcionando as empresas reduzir horas de trabalho e salários, flexibilizando as leis trabalhistas a seu favor e, ao mesmo tempo, retraindo a sindicalização dos trabalhadores. Enfraquecidos social e politicamente, os trabalhadores recuam na luta pelos seus direitos.

No que tange a este assunto, Hoffmann ressaltou que:

Ora, na era da acumulação flexível, a palavra de ordem não poderia ser outra: flexibilizar. E flexibilizar não só o sistema de produção de bens, como também a mão-de-obra. O Direito do Trabalho, nascido em um contexto de rigidez das relações de trabalho, deve-se adaptar à realidade econômica e tornar-se flexível para sobreviver. (HOFFMANN, 2003, p. 169)

Segundo Ianni (1996, p.163), no contexto da globalização que estamos vivenciando na atualidade, o trabalhador é levado a ajustar-se às novas exigências da produção de mercadoria e excedente, lucro ou mais valia. Afirma ainda que a flexibilização do trabalho e do trabalhador é comandada por um novo padrão de racionalidade no processo de reprodução ampliada do capital, em escala global. Daí ocorre a intensificação de novas práticas de trabalho, como a terceirização de parte ou de toda a produção, muito disseminada nas empresas nacionais e transnacionais na busca de redução de custos e elevação dos índices de lucratividade.

Conforme afirmou Harvey:

Muitas vezes referido, hoje em dia, como o “precarizado” (para enfatizar o caráter flutuante e instável de seus empregos e estilos de vida), esses trabalhadores têm sempre representado um grande segmento da força de trabalho total. No mundo capitalista avançado se tornaram cada vez mais proeminentes nos últimos trinta anos devido a mudanças nas relações de trabalho impostas pela reestruturação societária neoliberal e pela desindustrialização. (HARVEY, 2011, p. 196)

Constata-se que o trabalhador se submete à precarização e ausência dos direitos trabalhistas, mediante as reformas na legislação trabalhista, em que a nova ordem ou “desordem” econômica, o neoliberalismo, age contra os direitos do trabalhador. Novos conceitos surgem dessa nova realidade do mundo do trabalho, no contexto do século XXI, como: flexibilidade, participação, trabalho em equipe, competência, competitividade, habilidades e qualidade total, ampliando na sociedade o caráter social e público da importância do progresso técnico para a humanidade.

E mesmo com tantas mudanças no mundo do trabalho, trabalho e capital permanecem sendo opostos na sociedade capitalista. Percebe-se, assim, um esvaziamento de sentidos do mundo do trabalho e a dissolução do trabalhador como um indivíduo transformador, crescendo a concorrência entre os trabalhadores e diminuindo a cada instante a solidariedade entre eles.

## **1.2- O mundo do Trabalho no cenário brasileiro, do contexto do Estado Novo aos dias atuais**

Nesta seção, objetiva-se buscar, no tempo histórico, a compreensão das mudanças das formas de trabalho no Brasil da década de 30, no século XX até aos dias atuais,

ênfatizando o papel dos sindicatos, dos trabalhadores e das políticas trabalhistas, bem como os instrumentos de desregulamentação do trabalho no cenário de crise da economia brasileira. Neste percurso, são levadas em consideração as relações de trabalho nas usinas sucroalcooleiras no Brasil.

Atualmente, a agroindústria canavieira tem obtido significativo aumento de produtividade, que faz do Brasil o maior produtor mundial de açúcar e de álcool. Porém, possui uma estrutura de produção caracterizada pela concentração fundiária e de renda, oportunizando uma hegemonia do capital no campo, condicionando o uso da terra ao agronegócio e aos interesses do grande capital pelo crescimento da produtividade e a integração dos mercados agrícola e industrial.

A respeito do capitalismo na agricultura do Brasil e, conseqüentemente, a proletarianização do trabalhador rural, Singer argumentou que:

[...] a relação de produção típica do capitalismo pressupõe não só uma força de trabalho 'livre', no duplo sentido de sem propriedade e sem peias à sua mobilidade, mas a sua venda sistemática e contínua por ponderáveis períodos de tempo a uma mesma unidade de produção. [...] A proletarianização do trabalhador rural transformou a maioria dos colonos, parceiros e moradores em trabalhadores diaristas ou 'volantes' (boias-frias). (SINGER, 1977, p.1)

A “agroindústria canavieira” é a mais antiga atividade econômica não-extrativista do Brasil, tendo intensificado seu processo de mecanização e implementação tecnológica por volta da década de 60, século XX, obtendo forte expansão econômica. Historiadores e pesquisadores, a respeito da História do Brasil, afirmam que, a partir de 1970, políticas governamentais, como o Pró Álcool, empurraram a expansão do setor financiando vários projetos de implantação de usinas de açúcar.

Na década de 1980, em função da crise do petróleo ocorrida no final da década de 1970, a cana-de-açúcar começou a ser utilizada também para produzir etanol, o álcool. Em 1990, com o aumento das exportações do açúcar, ocorreu uma expressiva expansão deste setor com uma forte mecanização da produção. A agricultura brasileira, no período entre 1965 e 1981, obteve uma modernização técnica e crescimento na atividade, sem alterar a estrutura agrária. Foi um período de forte expansão que mudou quando passou a enfrentar crises de superprodução e profundas mudanças decorrentes dos processos de reorganização política e econômica do país.

Dentro dessa perspectiva, faz-se necessário entender as consequências das atividades agroindustriais do setor sucroalcooleiro para o mundo do trabalho, que vem ocasionando a separação entre a produção voltada para a subsistência e as suas necessidades de reprodução. Na lógica do capital, a produção tem o fim apenas de reproduzir o próprio capital e aumentar a lucratividade, o que acarreta alterações no papel do trabalho, passando a exigir trabalhadores mais qualificados e dispostos a assimilar as inovações e a flexibilização, gerando um avanço da precariedade das relações de trabalho dos trabalhadores, em diversos setores da economia brasileira, sendo um deles o setor sucroalcooleiro no Brasil.

Vale salientar o contexto histórico do governo de Getúlio Vargas, em 1930, que protegeu a exportação agrícola e a grande propriedade rural e, em contrapartida, os trabalhadores rurais continuaram sem meios para se tornarem proprietários de terras, pois a maioria vivia em péssimas condições de vida, baixa remuneração, falta de assistência médica e proteção trabalhista. No início da década de 30, os grandes investimentos na região sudeste, tanto no campo como nas cidades, desencadearam uma significativa migração de trabalhadores de diversas regiões do Brasil para a região sudeste.

Neste mesmo contexto histórico, a indústria açucareira perpassava vários anos consecutivos de crise, havendo uma necessidade de ações que equilibrassem a produção e o consumo. Para atender a esta demanda, o Governo Vargas (1933) instituiu a Comissão de Defesa do Açúcar e, logo em seguida, cria o Instituto do Açúcar e Alcool (IAA), sob o prisma de atender com eficiência às demandas da economia açucareira no país. No que dizia respeito aos trabalhadores das usinas sucroalcooleiras, os mesmos pleiteavam juntamente ao Sindicato dos Trabalhadores em Usinas de Açúcar e Classes Anexas melhores condições de trabalho e aumento de salários, além de assistência à saúde, escolaridade de seus filhos, moradia.

Conforme o ACERVO BIBLIOTECÁRIO MINISTÉRIO DA FAZENDA/RJ; Brasil/Açúcar (1972); Brasil açucareiro; Diário Oficial da União (8/5/90):

Autarquia do governo federal com sede no Rio de Janeiro, criada em 1º de junho de 1933 por meio do Decreto nº 22.789, com o objetivo de orientar, fomentar e controlar a produção de açúcar e álcool e de suas matérias-primas em todo o território nacional. Alguns dias depois, esta lei foi regulamentada e parcialmente modificada pelo Decreto nº 22.981 de 25 de julho de 1933. Extinto em 1990 pelo presidente

Fernando Collor. ACERVO BIBLIOT. MIN. FAZ. RJ; Brasil/Açúcar (1972); Brasil açucareiro; Diário Oficial da União (8/5/90).

Com a intenção de controlar as insatisfações dos trabalhadores frente a uma condição miserável na qual estavam inseridos, o Estado Novo institucionalizou o controle sobre os trabalhadores de diversas maneiras, como: reorganização do movimento operário; cancelou registros de sindicatos, indicou homens de sua confiança para a direção dos sindicatos; os “pelegos”; os sindicatos se restringiam apenas às atividades recreativas e assistencialistas; proibiu greves e protestos. O Estado brasileiro passou a ter sob o seu controle a industrialização do país, visando a ampliar o parque industrial brasileiro com a produção de bens e serviços a baixos preços, objetivando fortalecer a burguesia industrial e o capitalismo no Brasil.

Durante o governo Vargas, uma parte significativa dos trabalhadores era composta pelos migrantes rurais, cidadãos pouco politizados, muito influenciados pela ideologia anarco sindicalista das primeiras décadas do século XX. Getúlio Vargas procurava se manter no poder por meio do apoio dos trabalhadores, fazendo discursos trabalhistas, embasados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943, valendo de sua condição carismática, influenciava as camadas médias e populares pois era visto pelos trabalhadores como o “pai dos pobres”. Já para os burgueses, era um representante que deveria manobrar as massas em favor do desenvolvimento da burguesia nacional.

Em 1940, Vargas concedia aos trabalhadores o salário mínimo, com o propósito de reduzir a pauperização dos trabalhadores no país e ampliar o mercado de indústrias de bens de consumo. Em 1943, toda a legislação social e trabalhista foi reunida na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que regulamentava as relações entre patrões e empregados e objetivava impedir a organização independente dos trabalhadores, a mesma existe até os dias de hoje.

Conforme afirmou Singer:

Durante a década de 30 e a primeira metade da de 40, o governo baixou abundante legislação do trabalho, estendendo os benefícios da previdência social ao conjunto dos trabalhadores urbanos, limitando e regulamentando a duração da jornada de trabalho, instituindo o salário mínimo, etc. É sabido, no entanto, que toda esta legislação foi inicialmente ignorada por grande parte dos empresários e assalariados. (SINGER, 1976, p. 30)

O Estado Novo e a consolidação da política populista de Vargas se fortalecia devido à desarticulação da classe trabalhadora, ao impedimento da existência de sindicatos livres e de um partido do proletariado, à política social paternalista, ao apoio dos trabalhadores que depositavam na ideologia nacionalista e trabalhista a esperança da justiça social. Pode-se dizer que a sindicalização atrelada ao Estado e a força do papel controlador do sindicato possibilitavam a formação de uma mão-de-obra menos politizada, facilitando a exploração da mesma por parte do patronato.

Uma grande contribuição ao assunto foi dada por Singer, quando enfatizou que:

Surgimento de uma estrutura sindical oficializada teve, para o governo revolucionário, uma dupla finalidade: marginalizou, no movimento operário, as lideranças anarquistas e socialistas (que naturalmente boicotaram a oficialização dos sindicatos) e constituiu uma força social e política nova, que se antepunha ao binômio latifúndio-coronelismo. Como os sindicatos oficiais eram manipulados pelo Ministério do Trabalho, sua ideologia deixou de ser de resistência ao capital. Em seu lugar, cresceu um ideário nacionalista e industrializante, que tendia transformar o operariado em base de massas do capital industrial. (SINGER, 1987, p. 70)

No ano de 1945, a ditadura do Estado Novo chegava ao fim, resultando na restauração do sistema partidário no Brasil e na adoção de um novo regime político, denominado Populismo, baseando-se na manipulação das massas populares como principal fonte de votos. Neste novo cenário, a economia passou a depender muito dos interesses políticos. Em 1946, durante o governo de Eurico Dutra, foi promulgada uma nova Constituição que manteve a proibição de voto para analfabetos e a questão agrária permaneceu sem importância e as Leis Trabalhistas, elaboradas durante o Estado Novo, se consolidaram ainda mais como a jornada de trabalho de oito horas, direito a férias, auxílio às gestantes entre outras. O governo continuava atrelado aos sindicatos, dificultando a realização de greves e manifestações operárias diversas.

Durante o segundo governo de Vargas, de 1951 até 1954, a política trabalhista ampliou as vantagens para os trabalhadores, como: a duplicação do salário mínimo e subsídios para o transporte urbano; alianças com os sindicatos e incentivo à participação dos trabalhadores nos mesmos. Porém, mesmo com um discurso populista, Getúlio Vargas não conseguiu evitar uma das mais importantes paralisações dos trabalhadores

ocorridas neste contexto político, que foi a Greve dos 300 mil, em 1953, que iniciou no setor têxtil e foi alcançando outras categorias. O movimento reivindicava aumento dos salários dos trabalhadores, que resultou na vitória dos grevistas, conseguindo 32% de aumento na época. As inúmeras greves ocorridas neste período demonstravam que o governo não tinha controle sobre os trabalhadores, necessitando assim que o Ministério do Trabalho agisse como um mediador nos conflitos entre trabalhadores e patrões.

Segundo ressaltou Polanyi, a respeito da caracterização das greves:

A greve, essa arma normal de barganha da ação industrial, era considerada, cada vez com mais frequência, como uma interrupção injustificada do trabalho socialmente útil e que ao mesmo tempo diminuía o dividendo social do qual em última instância provinham os salários. As greves de apoio provocavam ressentimentos, as greves gerais eram vistas como ameaça à existência da comunidade. De fato, as greves nos serviços vitais e de utilidade pública mantinham os cidadãos presos, enquanto os envolviam nos problemas labirínticos das verdadeiras funções de um mercado de trabalho. (POLANYI, 2000, P. 269)

Durante todo o período do governo Vargas, se buscou apoio dos trabalhadores, adotando medidas de seu interesse como: controle de preços de alimentos básicos e aumento do salário mínimo. Mesmo diante destas medidas, o governo não conseguiu controlar as manifestações trabalhistas. Deste modo, sancionou leis com severas punições, com o objetivo de coibir manifestações dos trabalhadores contra o governo. A tensão social refletida na greve, as dificuldades econômicas e a crescente oposição obrigaram Vargas a reestruturar sua política.

Em fevereiro de 1954, o ministro do Trabalho, João Goulart, concedeu um aumento de 100% do salário mínimo, ação que gerou uma grande oposição ao governo de Vargas. A oposição ao governo crescia com denúncias de corrupção feitas pela imprensa, em especial a dirigida por Carlos Lacerda que findou com o suicídio de Vargas em agosto de 1954. Do ponto de vista social, a crescente participação das classes trabalhadoras, a urbanização e as crises frequentes ampliaram a demanda social e as reivindicações trabalhistas. Pode-se dizer que, neste contexto, a sociedade brasileira experimentou um período de intensa politização e mobilização, ainda que estivesse sob o controle e tutela de um Estado autoritário e interventor.

No final do ano de 1954, iniciaram-se as articulações para a candidatura de Juscelino Kubitschek (JK) à presidência do Brasil. Sua campanha se baseou no Plano de Metas, “cinquenta anos em cinco”, que tinha como objetivo acelerar a acumulação, aumentar a produtividade dos investimentos, incentivar a industrialização, gerar novos empregos e elevar o nível de vida da população. Reunia nesta campanha vários representantes das oligarquias regionais, a classe média, setores da burguesia industrial, agrária e comercial, além de sindicalistas, todos em prol da expansão da indústria brasileira. Apesar dos bons resultados alcançados com a vitória e mandato de J.K., que significou a entrada do Brasil na fase de produção e consumo de bens duráveis, isso não significou uma transformação efetiva das relações políticas entre os diversos setores de classe e entre as classes; o constante aumento do custo de vida levou os trabalhadores a organizarem greves por aumento de salário. O Plano de Metas, Juscelino Kubitschek (1956-1961) não conseguiu conter as disparidades regionais, as desigualdades sociais e de renda, bolsões de miséria e as tensões sociais.

Durante o governo de JK, as perdas dos trabalhadores com a inflação eram atenuadas com os reajustes salariais concedidos. Além disso, desenvolveu ações como a Lei Orgânica de 1960, que assegurava um terço dos cargos nos órgãos dirigentes da Previdência para representantes dos sindicatos, permitindo uma boa relação do governo com o movimento operário. Ao mesmo tempo, essas ações não impediram que o movimento operário avançasse na sua organização e melhorias, independente do Estado como, por exemplo, a organização da Greve de 400 mil trabalhadores, em outubro de 1957, em São Paulo. Houve uma grande adesão dos trabalhadores, se deu também a criação de vários organismos intersindicais como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1962. Faz-se necessário salientar que, em muitas manifestações grevistas, J.K. interveio violentamente, exigindo atitude severa do Congresso para controlar os movimentos grevistas.

No início dos anos 60, a situação social dos trabalhadores no campo e nas cidades era a mesma, sem alteração: péssimas condições de vida, exploração do trabalho, tensões sociais. Vale salientar que o golpe militar no Brasil, ocorrido em 1964, foi uma vitória da burguesia multinacional, a grande burguesia nacional associada ao capital estrangeiro e aos militares. Os militares assumiram os interesses da burguesia, defendendo o

capitalismo e disciplinando o trabalho às necessidades do capital e dessa forma, a redução dos salários era justificada como financiamento do crescimento econômico.

No período de Ditadura Militar (1964-1985), o Ministério do Trabalho foi preponderante na defesa dos interesses capitalistas: reprimindo a classe trabalhadora; aumentando o controle sobre os sindicatos; legalizando decretos de proibição às greves; controlando políticas e órgãos trabalhistas, como o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); uma grande exploração dos trabalhadores e a queda da sua qualidade de vida.

Segundo Singer (1976, p. 57-58), o arrocho na economia brasileira, no ano de 1965, não se fez sentir igualitária e simultaneamente sobre todos os níveis salariais, mas seletivamente, atingindo de modo muito mais grave os assalariados menos qualificados, cujo nível de ganhos dependia, em maior grau, do poder de barganha da classe em conjunto.

Em síntese, com a forte repressão ao movimento sindical, se estabeleceu o arrocho salarial, em que os salários deixaram de acompanhar a inflação, sendo controlados pelo governo federal a taxas mais baixas, ocorrendo a transferência da renda real dos trabalhadores para as empresas e o Estado, permitindo que a crise econômica fosse superada por conta do empobrecimento dos assalariados. Em 1968, teve início no Brasil uma fase de prosperidade econômica aliada ao poder militar, um grande estímulo foi dado às exportações e aos investimentos estatais, além de um significativo aumento dos investimentos estrangeiros e do preço das matérias-primas no país. Com o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), houve a retomada da expansão econômica no país, sob o poder militar.

Nessa época, ampliou-se o crédito, tabelaram-se os juros e houve o controle dos preços, houve a eliminação das barreiras para a importação de tecnologias, foram feitos investimentos na área da construção, que se beneficiava dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o capitalismo se apoiava no Estado, nas grandes empresas nacionais e no capital das multinacionais. A economia brasileira se desenvolvia em diversos setores, como: industriais, bens de consumo e bens intermediários, obras públicas, e também se baseava na exportação e no desenvolvimento das indústrias, mesmo que acarretasse um acelerado endividamento externo.

Conforme afirmou Singer:

Esta expansão pôde contar inicialmente com abundante capacidade ociosa e um amplo exército industrial de reserva. Por isso, durante os primeiros dois ou três anos da expansão, deu-se um intenso crescimento do nível de atividade e do emprego sem que a taxa de inversão mostrasse qualquer incremento. (SINGER, 1976, p. 133)

O “Milagre Econômico”, no período entre 1969 até 1973, durante o regime militar, consolidou a imagem de um governo próspero, eficaz e progressista mesmo que, simultaneamente, gerasse grande nível de pobreza e exploração dos trabalhadores, em diversos setores industriais, comerciais, agrícolas, etc.; em síntese, aprofundou a exploração da classe trabalhadora submetida ao arrocho salarial, às péssimas e perversas condições de trabalho e à repressão política.

O Estado autoritário, durante a Ditadura Militar no Brasil, subordinou a política social à lógica da acumulação de capital e os direitos sociais passaram a ser mercadorias, vistos como bens privados e não coletivos. Com isso, aprofundou-se a perda do poder de compra da classe trabalhadora, além de intensificar a concentração de renda e a deterioração da qualidade de vida dos trabalhadores. Em 1974, o encerramento do Governo Médici ocorreu juntamente à crise internacional do petróleo e se configurou no esgotamento do “Milagre Econômico” do país. Era visível uma má distribuição de renda e uma especulação financeira desenfreada. Neste período, a economia brasileira foi marcada pela estagnação e pela crise do modelo taylorista e fordista, além do crescimento mais lento da economia, ocorrendo daí uma grande disparidade entre crescimento econômico e crescimento da oferta de emprego, acarretando um aumento na taxa de desemprego do país. A ausência de estabilidade no emprego aumentava a rotatividade, a insegurança e a competição entre eles.

O arrocho salarial e a intensificação da exploração do trabalho foram os elementos básicos para a grande acumulação de capitais. O controle total do governo militar sobre a política econômica e a circulação de informações permitiam ao governo anunciar índices de inflação fora da realidade, rebaixando ainda mais os reajustes salariais. Isso tudo ocorria juntamente com o aumento do ritmo do trabalho, horas extras, proibição de greves e o controle sobre os sindicatos, permitindo uma maior subordinação do trabalhador à fábrica, contendo sua luta e mobilização política contra o regime instituído

no país. A ditadura militar manteve inalterada a estrutura sindical do governo Vargas e interveio para colocar, ou manter nos sindicatos, lideranças pelegas e imobilistas, ocasionando uma estagnação nas lutas sindicais.

De 1974 a 1980, houve um forte avanço do capital estatal no país e do capital privado, uma associação direta do capital brasileiro público e privado com o capital estrangeiro, que era na verdade uma estratégia para se alcançar um desenvolvimento do capitalismo monopólico no país, reforçando o controle do poder dos governos militares na economia nacional, acarretando, no campo a consolidação da política de financiamento, isenções e incentivos fiscais na aquisição de maquinários e implementos agrícolas modernos, como aconteceu na região norte fluminense, com a ascensão das usinas sucroalcooleiras, já que, neste período de 1974 até 1981, o país obteve grandes investimentos europeus que se deram principalmente em programas energéticos, como o Proálcool (Programa Nacional do Álcool), responsável pelo crescimento da economia do país e das cidades produtoras de cana-de-açúcar, como a cidade de Campos dos Goytacazes. O Proálcool consistiu em um programa de estímulo à produção de álcool, fomentado pelo governo Federal para estimular a produção e o consumo, enquanto combustível alternativo ao petróleo

No entanto, é preciso salientar que, neste contexto, o processo de capitalização no campo, com a mecanização da produção, o predomínio do trabalho assalariado e a concentração da propriedade da terra, foi acompanhado por violenta expropriação e expulsão de milhões de pequenos proprietários e trabalhadores rurais das terras e das fazendas, ocasionando um intenso êxodo rural. Como bem acentuou Cruz (1992, p. 178): “em decorrência da concentração espacial e centralização dos recursos, um excedente de força de trabalho desqualificada, disponível para o capital agroindustrial (...) determinava que relações precárias de trabalho se mantivessem.”

O fim do milagre econômico se deu pela crise de endividamento externo e a crise do Estado Militar que não conseguia mais manter o ritmo do crescimento industrial, juntamente à crise econômica mundial e que acarretaram profundas contradições sociais e políticas no Brasil.

Neste cenário, o movimento operário politizou rapidamente os trabalhadores e foi a base para que parcelas significativas deles vissem a necessidade da construção de um

partido político próprio, o PT (Partido dos Trabalhadores), em 1979-80 e de uma central única em agosto de 1983, para unificar as suas lutas (CUT – Central Única dos Trabalhadores). Apresentavam um caráter crítico ao sistema capitalista vigente e encaminhavam as reivindicações econômicas dos trabalhadores dentro das limitações da legislação e da política da época.

Os desdobramentos do movimento operário aceleraram uma reordenação política, em que incluía repressão e ações de neutralidade no movimento dos trabalhadores. Mesmo diante desta realidade, o movimento trabalhista crescia, buscando seu espaço e impulsionando a distensão lenta e gradual na política vigente do país naquela época, o que colocou o movimento operário fortalecido em sua luta contra o poder da Ditadura Militar, avançando na participação e organização operária contra a estrutura sindical vigente e na construção de um novo sindicalismo.

É importante enfatizar que, mesmo num cenário de repressão, o PT (Partido dos Trabalhadores) expressou no final da década de 70, o avanço da consciência e da mobilização das classes trabalhadoras, defendendo a transformação da sociedade tendo como perspectiva a construção do socialismo pelos trabalhadores, diferenciando dos demais partidos políticos do país, porque era uma organização feita de baixo para cima, com integrantes da classe trabalhadora, visando a sua emancipação política, social e econômica.

Os patrões e o governo militar, apesar da radicalização de suas medidas, não conseguiram abalar e derrotar a classe operária brasileira no final dos anos 70. No ano de 1979, ocorreram inúmeras greves que abrangiam diversas categorias, o que intensificou o movimento operário numa luta contra o poder ditatorial no país, numa ação direta e de independência da classe trabalhadora. Com uma nova tática, os trabalhadores entravam nas fábricas e cruzavam os braços, sem promover piquetes que eram logo reprimidos pela polícia.

Em 1981, ocorreu a Primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora que reuniu assalariados urbanos e rurais, operários e assalariados de diversas categorias, sem-terra; um acontecimento de grande importância política. Antunes, a respeito da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), ressaltou que:

A CUT, por sua vez, nasceu em torno do novo sindicalismo, do sindicalismo mais combativo que se constituiu a partir de meados da década de 70 e aglutina sindicalistas independentes (isto é, sem militância anterior), setores da esquerda católica, tendências socialistas e comunistas desvinculadas dos partidos da esquerda tradicional, entre outras tendências. Tendo como eixo de sua ação o apoio à luta econômica dos trabalhadores contra o arrocho salarial e contra a exploração do trabalho, ampliou-se significativamente ao longo da década de 80. (ANTUNES, 1991, p.70)

Na primeira metade dos anos 80, no século XX, os movimentos sociais contribuíram fortemente para a abertura política, ou melhor, para a redemocratização do país. Foram muitos movimentos de trabalhadores e da sociedade civil, muitas resistências e campanhas contra o governo militar. Este agiu com força, violência e muita repressão para sufocar todas as ações contra a ditadura. Como se sabe, em 1985, o país acompanhava o movimento Diretas Já<sup>6</sup> e as eleições indiretas no Congresso, que votava para um presidente civil, destituindo o poder do governo militar no país.

Observa-se que, neste período ressaltado acima, houve um decréscimo na produtividade e rentabilidade industrial no setor sucroalcooleiro do país e, em especial, na região Norte Fluminense; como consequência ocorreu a estagnação econômica das usinas de açúcar e o avanço de outras atividades econômicas como a fruticultura, a indústria da cerâmica vermelha (fábrica de tijolos) e petrolífera. Surge neste cenário um aumento da economia informal, um redesenho das políticas públicas e transformações na economia agrária tradicional. No que tange à indústria ceramista do Norte Fluminense, é importante ressaltar que a mesma caracteriza-se pela utilização de processos produtivos artesanais que reproduzem práticas utilizadas desde o século XIX, como a utilização do forno a lenha. Sendo que, atualmente, uma pequena parcela de cerâmicas de tijolos conseguiu desenvolver técnicas mais inovadoras, com a implementação do gás natural no seu processo produtivo.

Nesse período, o país precisava ultrapassar dois desafios principais: a retomada do crescimento econômico com o combate à inflação e a transição do país para um regime

---

<sup>6</sup> Diretas Já – foi um movimento pela volta das eleições diretas para presidente da República no Brasil; teve uma grande participação popular, acabou acelerando a queda do Regime Militar.

democrático, o que exigia uma grande e complexa reforma política e constitucional. Para isso, o Governo de José Sarney (1985-1990) criou o Plano Cruzado para conter a inflação, porém não obteve sucesso e provocou crise de abastecimento e aumento ilegal de preços.

A nova Constituição brasileira passou a vigorar em 1988, porém a situação social permanecia grave, com planos econômicos que em nada contribuíam para a garantia dos direitos dos trabalhadores, apesar da ampliação de garantias sociais como o seguro-desemprego e os direitos da mulher trabalhadora. Neste período, o país vivenciou inúmeras greves, de diversos setores da sociedade, inclusive no mundo rural houve o aumento da organização e resistência dos trabalhadores agrícolas, como os boias frias.

Ao mesmo tempo, com a Constituição de 1988, houve um aumento expressivo da quantidade de trabalhadores sindicalizados devido à ampliação do direito de sindicalização para os funcionários públicos e trabalhadores rurais. A Constituição estabeleceu ainda, no art. 7º, inciso IV, o salário mínimo, fixado em lei nacionalmente unificado. Houve também a diminuição do máximo de horas de trabalho semanal, aumento da remuneração no período de férias do trabalhador, ampliação da licença maternidade e a criação da licença paternidade; poucos avanços para as classes trabalhadoras, de modo a conservar a ordem social existente.

Nesse contexto, Costa acentuou que:

Aspectos do trabalho até então de domínio exclusivo da gestão capitalista, como controle disciplinar, ritmos de produção, regras de promoção, estabilidade, distribuição de horas extras, condições de higiene e segurança no trabalho etc., passaram a ser confrontados, pelo menos nos setores mais fortemente organizados, mediante a militância dos trabalhadores e a reivindicação crescente de espaços de intervenção diretamente barganhados. Consequência dessa militância é que os acordos coletivos ganham vida e novo sentido a partir da incorporação de reivindicações relacionadas aos interesses de maior penetração dos sindicatos nos locais de trabalho e a ampliação de seu poder de representação interna. (COSTA, 2005, p.118)

Os desequilíbrios de renda, o arrocho salarial e o descaso com os direitos sociais, permaneciam vigentes no cotidiano da vida dos brasileiros e o setor informal apareceu aos olhos de alguns como a oportunidade de vencer a crise, onde o trabalho assalariado está ausente e o capital aplicado é pequeno, onde as regras dominantes não são

contratuais, ou seja, sem articulação direta com o processo de acumulação capitalista. Para Mattoso, a crise brasileira dos anos 80, a chamada década perdida:

É uma crise de esgotamento de um padrão de desenvolvimento excludente, que persiste até os dias de hoje, uma profunda transformação do capitalismo mundial, que acentua a desestruturação da ordem econômica internacional e favorece a desordem do mundo do trabalho. No que diz respeito ao mundo do trabalho, ocorreu a desestruturação do mercado de trabalho. (MATTOSO, 1995, p. 142)

Nesse contexto, em que os políticos e os grupos sociais dominantes tratavam a maioria dos brasileiros como não cidadãos, contribuindo para o adiamento da conquista da cidadania plena, mesmo com a elaboração de uma constituição denominada Constituição Cidadã, se tornava imprescindível a luta por um sindicato dos trabalhadores de caráter ofensivo, ligado aos interesses dos trabalhadores e anticapitalista.

Para os trabalhadores, a abertura política não significou melhorias para o trabalho, suas reivindicações, apesar de novas e mais combativas, diziam respeito a velhos e conhecidos problemas enfrentados pela estrutura sindical burocrática e centralizadora e buscavam formas de organizar seu movimento, criando mobilizações de base, que garantissem uma verdadeira possibilidade de autonomia, frente a um modelo econômico perverso.

No governo Sarney, de 1985 até 1990, notava-se uma grande disparidade econômica no país: no campo, uma economia de subsistência e de exportação; aumento da safra destinada à exportação não havendo expansão das lavouras para atender ao mercado interno; nas cidades, uma economia sustentada principalmente por atividades informais, geralmente precárias do ponto de vista do vínculo empregatício, eram trabalhadores inseridos nos setores de serviços pessoais, como: emprego doméstico, comércio ambulante, autônomos dos transportes, etc.

Ocorria uma crescente informalização e precarização das relações e condições de trabalho, ao mesmo tempo em que acontecia uma maior desestruturação do mercado de trabalho, intensificando as políticas neoliberais no cenário brasileiro, principalmente nos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso (FHC).

O governo de Collor de Mello, de 1990 até 1992, assumia uma política de ampla abertura comercial e privatizações, por uma estabilidade econômica, que acabou desencadeando fechamento de fábricas, desemprego e processos produtivos organizados

de acordo com os interesses neoliberais, ainda mais intensificados e organizados no país, num contexto de muitas mudanças no mundo do trabalho. Percebe-se uma grande alteração no papel dos sindicatos neste contexto, de uma nova morfologia do trabalho frente a um sindicato que necessita de mudanças para atender à classe trabalhadora em mutação, devido à política neoliberal vigente no final do século XX. O sindicato ficou vulnerável, se contentando com o neoliberalismo e com a política de Bem-Estar Social, se subordinando aos valores regidos pelo mercado.

Segundo Fernandes:

A eleição de Collor marcou o início da aplicação do projeto neoliberal no nosso país. Esse projeto defrontou-se com variadas resistências por parte dos empresários brasileiros, pois estes foram atingidos diretamente com a adoção de medidas de corte de subsídios, abertura comercial, reversão de políticas protecionistas, etc. (FERNANDES, 1995, p. 60-61)

O autor acredita que o movimento para ao *impeachment*<sup>7</sup> de Collor foi expressão da insatisfação da burguesia brasileira ao projeto neoliberal, que deixou como herança programas e políticas sociais fragmentadas, com caráter clientelista e de baixo poder de combate à pobreza e à desigualdade.

É importante considerar que o governo de Itamar Franco, de 1992 até 1995: ocorreu em um contexto de fragilidade política devido ao *impeachment* de Fernando Collor de Mello; iniciou a aplicação da legislação social infraconstitucional, formada por um conjunto de leis orgânicas, fundamentada em direitos de cidadania e trabalho; Previdência Social, Função Social da Propriedade Fundiária; Previdência Rural. Economicamente, seguiu as políticas macroeconômicas dos anos 90, o que acabou não contribuindo para as melhorias trabalhistas no país.

Como bem acentuou Costa:

As mudanças estruturais na economia brasileira no início dos anos de 1990, em especial, a abertura comercial promovida pelo governo Collor e ampliada pelo governo Cardoso, tomaram em cheio o setor industrial, rompendo com a política de substituição de importações, sustentáculo dos programas de desenvolvimento do país desde os anos de 1930. Esta experiência de adaptação competitiva ao mercado global deu início a processos generalizados de reestruturação produtiva dentro das empresas, lugar onde aquelas mudanças se concretizaram.

---

<sup>7</sup> Impeachment – impedimento ou impugnação, afastamento do cargo ou impedimento de seu exercício.

Fechamento de fábricas, enxugamento de plantas, redução de hierarquias, concentração da produção nas áreas ou produtos de maior retorno, terceirização, modernização tecnológica, redefinição organizacional dos processos produtivos, entre outros, sintetizaram as estratégias empresariais, como estratégia mesmo de sobrevivência, resultando num fenômeno de demissão em massa de dimensão jamais vivida na história da industrialização do país. (COSTA, 2005, p.111)

No Brasil, em especial no final da década de 80 e início da de 90, foram adotadas políticas econômicas alinhadas com os fundamentos do pensamento neoliberal, ao gosto dos investidores internacionais. As profundas mudanças no cenário econômico do Brasil com a entrada de capital externo, valorização da moeda local, aumento das importações e juros altos, inibiram o consumo e os investimentos na produção, acarretando aumento das despesas financeiras do governo e elevação do desemprego; desencadeando a flexibilização do processo produtivo das indústrias e a terceirização do trabalho e uma reestruturação produtiva que dispensava a mão-de-obra, em prol da automatização da produção.

O sindicato perdia cada vez mais seu poder de representação do trabalhador, simultaneamente ocorria a desregulamentação do mercado de trabalho, com a retirada dos direitos social e trabalhista. Várias empresas tiveram de reduzir suas atividades, outras fecharam, muitas diminuíram o número de seus empregados, e assim, o desemprego foi alarmante no país.

Antunes (1991, p. 32 a 35), em sua obra *O que é Sindicalismo*, afirmou que nesse mesmo cenário de profundas mudanças no mundo do trabalho no Brasil, se dava um novo sindicalismo, pois os sindicatos adotavam a preservação da ordem em comum acordo com os interesses do capital globalizado. Em contrapartida, assumindo essas características atreladas ao neoliberalismo, a política sindical se afastava dos interesses do mundo do trabalho.

Nesse contexto das reformas institucionais, os trabalhadores viam seus direitos e lutas se esvaziarem de sentido, diante das políticas sociais do Estado que reafirmavam os princípios do liberalismo. É importante ressaltar que, no governo de Fernando Henrique Cardoso, considerada a Era FHC, de 1995 até 2003, editou-se um pacote de medidas que alterava muitas regras trabalhistas, como: o vínculo contratual, a jornada e o salário; essas

medidas representaram um verdadeiro desmonte dos direitos de proteção ao trabalho e um retrocesso às ações do movimento sindical da época.

Um período em que os trabalhadores continuaram tendo que lidar com as altas taxas de desemprego e empobrecimento, um momento em que o Estado oportunizava o mínimo de condições e direitos aplicados na prática para os trabalhadores e simultaneamente possibilitava o máximo de condições para os detentores do capital. A Era FHC favoreceu o capital estrangeiro e provocou uma desnacionalização da economia do país; a dependência dos capitais estrangeiros tornava-se estrutural juntamente a um vasto programa de privatização de empresas públicas.

Numa sociedade desagregada, com políticas neoliberais que negavam a cidadania, impossibilitava o exercício dos direitos cidadãos, intensificava as privatizações e evidenciava uma nova divisão do trabalho, se consolidava a desregulação das relações de trabalho no Brasil pós-90, permitindo ampliar a jornada de trabalho pela terceirização, subcontratação e pelo trabalho informal. É importante considerar ainda, que segundo Antunes:

Não foram poucas as transformações: com a inovação tecnológica, através da automação e da robótica, desencadeou-se uma metamorfose na forma de ser do trabalho. Paralelamente ao definhamento do operariado industrial tradicional, vivenciou-se uma explosão do assalariamento no setor de serviços. Desproletarização nas fábricas e terceirização do trabalho. (ANTUNES, 1991, p.76)

Sendo assim, para os trabalhadores a situação ficou muito difícil, principalmente devido ao fechamento de grande número de empresas e à modernização de outras, que ampliaram o desemprego. Além disso, as reformas da Previdência e a falta de investimentos em saúde e educação fizeram diminuir ainda mais o padrão de vida da maioria dos trabalhadores.

O mundo do trabalho assumia a flexibilização da produção, experimentando o modelo Toyotista, com novos padrões de produção e de gestão da força de trabalho no cenário brasileiro, que aumentou ainda mais a lucratividade empresarial. Verificou-se, ainda, uma significativa redução do operariado em tempo integral, bem como a introdução de novas formas de contratação dos trabalhadores, ausentes de direitos sociais e trabalhistas, tais como o trabalho em tempo parcial e temporário.

Ao mesmo tempo em que acontecia uma supervalorização da estabilização, controle inflacionário e a redução do papel do Estado na área social, acentuavam-se no mercado de trabalho os assalariados sem carteira, trabalhadores autônomos, trabalhadores na construção para o próprio uso e na produção para autoconsumo, além de trabalhadores não remunerados, estes assumiam uma forma de trabalho que era sinônimo de atraso que, devido às circunstâncias da economia do país, gerou empregabilidade, fomentada diante de um quadro de crise e recessão.

Neste mesmo período, a economia sucroalcooleira no Norte Fluminense passou a enfrentar sérias dificuldades, influenciando novos arranjos e uma nova dinâmica das forças produtivas e da classe operária, contribuindo para a mudança no perfil sócio econômico dos municípios da região. A fragmentação do trabalho, a contratação eventual, a precarização e deterioração do mercado de trabalho geraram uma maior insegurança na renda dos trabalhadores, ampliando a desigualdade e a pobreza.

No espaço das usinas sucroalcooleiras foi comuns o uso de tecnologias avançadas, tanto na agricultura quanto na fábrica, que impulsionaram novas relações de trabalho tanto para os operários das usinas quanto para os cortadores de cana-de-açúcar. Em suma, a diversidade das lutas dos trabalhadores está intimamente ligada às condições específicas das relações de trabalho estabelecidas nos diferentes lugares do país, como os trabalhadores desprovidos de terras que lutam pela Reforma Agrária no país.

Em 1998, Fernando Henrique Cardoso ignorou a gravidade das taxas de desemprego e a desestruturação do mercado de trabalho. Avançava a precarização do trabalho no país, os trabalhadores viam-se na condição de desempregados, ampliando as formas de trabalho informal, negligenciando as políticas trabalhistas no país e subordinando o país às diretrizes neoliberais.

Acarretou também, neste período, um enfraquecimento das entidades de organização dos trabalhadores, que ficaram fragilizadas politicamente pelo desemprego e pela redução do trabalho formal, tornando ainda mais grave e profunda a desigualdade social no país, ressaltando neste contexto a eliminação dos direitos conquistados e reduções salariais. Uma política que se caracterizava pela desindustrialização, desnacionalização e, sobretudo, contra os trabalhadores, os mesmos se viram

transformados em “ex assalariados”. Uma realidade que se evidenciava pela ampliação do trabalho informal, precarizado e sem contribuições à Previdência Social.

Para os trabalhadores, a situação era extremamente difícil, comprometida com o fechamento de grandes números de empresas, a modernização de outras, reformas na Previdência, diminuição do padrão de vida da maioria da população, salários muito baixos, terceirização, subempregos; tudo isso promovido pelas políticas econômicas que privilegiavam os princípios neoliberais. Com uma participação cada vez menor do Estado como agente produtivo direto, acentuando as injustiças sociais.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no período de 2003 até 2010, por dois mandatos seguidos, manteve a política neoliberal e os lucros dos conglomerados industriais e financeiros, ampliou as políticas de redistribuição de renda, houve aumento do salário mínimo, ampliação do valor das aposentadorias, criação de empregos estáveis, maior integração das políticas de desenvolvimento e de mercado de trabalho, além de implementar diversos programas sociais.

Do ponto de vista dos trabalhadores, os sindicatos sofreram uma despolitização, atendendo muito mais a causas individuais do que coletivas, provocando assim uma desmobilização dos trabalhadores. A ascensão do PT (Partido dos trabalhadores) ao poder significou a consagração dos movimentos sociais, um presidente de origem operária e sindical, mas que ao mesmo tempo fez diminuir a capacidade de intervenção popular devido principalmente a conjuntura econômica favorável e a boa relação dos sindicatos com o governo Federal.

Em 2011, Dilma Rousseff assumiu a presidência da República, dando continuidade às políticas públicas desenvolvidas no Governo anterior. Devido ao cenário de crises política e econômica, não viabilizou muitas mudanças significativas no país. O processo de *impeachment em 2016* e sua saída do governo, em agosto de 2016, intensificaram o contexto de recessão, desemprego, terceirização e trabalho informal no cenário brasileiro. Neste período ocorreram inúmeras manifestações de trabalhadores contra as Reformas da Previdência e Trabalhista, devido principalmente a ampliação do projeto de Terceirização. Dessa forma, ressaltaram Antunes e Druck que:

A atual conjuntura do trabalho no país é difícil e se caracteriza por uma violenta ofensiva do capital contra a classe trabalhadora.

Ofensiva que embora tenha origem no plano da globalização econômica e financeira, dirigida pelo capital financeiro, encontra no território nacional os agentes que implementam suas exigências. No caso brasileiro, vivemos hoje a “ditadura dos mercados”, levada à prática pelo Governo Dilma Rousseff e com o apoio do Congresso Nacional, por meio do ajuste fiscal. (ANTUNES e DRUCK, 2015, p. 35)

Nos anos de 2017 e 2018, durante o governo de Michel Temer vivenciamos um governo que teve a mais alta taxa de rejeição da história política brasileira com políticos que governaram para o capital financeiro e seus interesses globais, impondo aos trabalhadores uma nova prática do trabalho, com a permanência da confrontação entre o capital e o trabalho.

Em face aos altos índices de desemprego, a economia informal ou o subemprego estão cada vez mais frequentes no cenário do mundo do trabalho em nosso país, acarretando graves problemas de ordem social, intensificando ainda mais questões como marginalização, violência, exclusão, miserabilidade.

No ano de 2017, a Terceirização ampliou no país com a aprovação da Lei 13.429/17 que alterou a Lei 6.019/74, ambas se referem a legalização do trabalho terceirizado. A Lei 13.429/17, aprovada durante o mandato do Presidente Michel Temer favoreceu: a contratação e subcontratação de trabalhadores em todos os setores da economia, o barateamento da mão-de-obra, a precarização do trabalho e a ampliação dos lucros das empresas. Implementações no mundo do trabalho que geraram um retrocesso nas conquistas dos trabalhadores, fortalecendo a desregulamentação dos direitos trabalhistas no país.

Sem dúvida, o ano de 2019 revela que o crescimento econômico é uma das condições necessárias, com possibilidades de resolução de problemas que se arrastam na história do país, como o do mundo do trabalho, tanto no espaço urbano quanto no rural. Para tal enfrentamento, se faz necessário conhecimento da nossa realidade, além de inúmeras implementações em todas as estruturas da sociedade, como: saúde, educação, habitação, políticas sociais e públicas, etc., assim como investir em novas perspectivas de retomada dos direitos sociais e trabalhistas no mundo do Trabalho.

## **CAPÍTULO 2 – HISTÓRIA DA ECONOMIA SUCROALCOOLEIRA NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE: DO AUGÉ AO DECLÍNIO**

O surpreendente crescimento da produção açucareira, no final do século XIX e no início do século XX, apontava para a ocorrência de transformações radicais no processo produtivo do fabrico de açúcar na região. Com o surgimento das usinas, unidades fabris de elevada mecanização e produção em larga escala, viu-se aumentar, sobremaneira, a produtividade média do Norte Fluminense o que o tornou bastante competitivo frente às demais regiões produtoras do país, localizadas, principalmente, no Estado de São Paulo e no Nordeste. (SILVA e CARVALHO, 2004, p.49)

Neste capítulo, pretende-se analisar historicamente as transformações econômicas ocorridas na região Norte Fluminense, no setor econômico sucroalcooleiro, ressaltando os períodos da ascensão e declínio do mesmo a partir da revisão de estudos de pesquisadores acerca da economia Norte Fluminense, no contexto dos séculos XX e XXI. Apresentam-se a relevância da economia canvieira e os dois momentos históricos: a ascensão e a crise do setor, que influenciaram novos arranjos e uma nova dinâmica das forças produtivas e da classe operária, contribuindo para a mudança no perfil socioeconômico da região e do mercado de trabalho.

### **2.1- Ascensão das usinas sucroalcooleiras, caso específico da Baixada Campista, das inovações tecnológicas às relações de trabalho**

Nessa seção, pretende-se caracterizar a ascensão da economia sucroalcooleira da região Norte Fluminense, no caso específico da Baixada Campista, espaço rural do município de Campos dos Goytacazes, analisando o processo de desenvolvimento da atividade industrial da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, localizada em Baixa Grande. Nesse contexto, abordam-se os dados sobre a produção, inovações tecnológicas, investimentos de capitais e a empregabilidade, além das relações sociais e cotidianas emergidas nesse espaço.

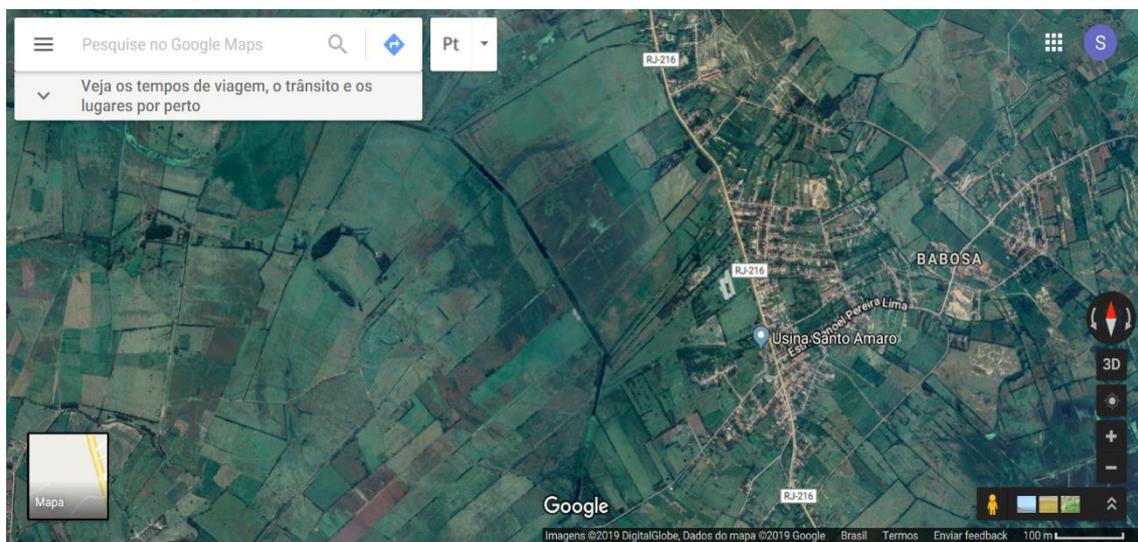
Cabe relatar que a Baixada Campista representa a metade do território de Campos dos Goytacazes e abrange ainda localidades do Município de São João da Barra, como: Cazumbá, Açu, Bajuru, Campos de Areia, Água Preta, Salgado, Pipeiras entre outros. Muitas dessas localidades são próximas à localidade de Baixa Grande, evidenciada nas figuras 1 e 2, havendo um grande deslocamento de pessoas das localidades vizinhas até Baixa Grande à procura do comércio, serviços como saúde e educação, serviços de loteria, etc.

**Figura 1: Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro. Atualmente desativada encontra-se na localidade de Baixa Grande, na região da Baixada Campista, no Município de Campos dos Goytacazes.**



Fonte: <https://www.google.com.br/maps>, acessado em 28/03/2019.

**Figura 2: Vista Geral da localidade de Baixa Grande, localizada na Baixada Campista – RJ.**



Fonte: <https://www.google.com.br/maps>, acessado em 28/03/2019.

A partir das primeiras décadas do século XX, o crescimento do setor açucareiro era visível, quando a maioria dos engenhos foi transformada em grandes usinas, que restabeleceram e consolidaram a estrutura latifundiária e instalaram, com a concentração da propriedade rural, o regime de grande exploração agrícola e industrial. Até hoje é possível visualizar as marcas e vestígios de um passado vinculado à atividade sucroalcooleira na Baixada Campista, mesmo que hoje seja pela paisagem das ruínas das grandes usinas do passado, como mostra a figura 3, as ruínas da Cia Agrícola Baixa

Grande – Usina Santo Amaro. É importante ressaltar que o município de Campos dos Goytacazes foi pioneira em possuir usinas de açúcar de forma particular, sem a concessão de benefícios oferecida pelo governo na política de engenhos centrais.

**Figura 3: Ruínas da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, na localidade de Baixa Grande.**



Fonte: Créditos da fotografia Flávia Freitas, foto tirada em 18/03/2019.

Cabe destacar que, no início do século XX, houve uma grande corrida por parte dos usineiros pela compra de terras, estas muitas vezes adquiridas de antigos engenhos. A economia açucareira nesse período era direcionada ao mercado interno, a maior procura pelo produto se deu não apenas pelo crescimento populacional, mas também pelo aumento do poder aquisitivo da população urbana.

Dessa acumulação e centralização da produção e do capital, resultou o aumento do número de trabalhadores dependentes da produção sucroalcooleira, sejam eles operários, lavradores ou fornecedores de cana. Essas mudanças exigiam o trabalho mecanizado, a cultura intensiva, a irrigação em alta escala, a estrada de ferro, o caminhão e o trator; recursos tecnológicos importantes para o desenvolvimento da produção sucroalcooleira, porém inacessíveis ao lavrador pois eram bens pertencentes aos donos do capital. Essa discussão remete-nos à ressalva de Pessanha:

É verdade que durou precisamente cinquenta anos, desde o primeiro engenho a vapor, para que se instalasse em Campos uma grande usina. Nesse interregno, todavia, a concentração do capital, com a absorção das pequenas engenhocas pelos engenhos maiores ia-se fazendo

paulatinamente. Dia a dia o grande capital germinava, com o acréscimo de pequenos acervos, com o desmantelamento de pequenos concorrentes. (PESSANHA, 1999, p. 101)

Ao contrário dos engenhos, no início do século XX, o açúcar era obtido na usina pela evaporação do caldo, empregando equipamentos complexos e técnicas avançadas, redefinindo as novas relações de produção capitalistas. Como fábrica, a usina era muito mais eficaz que o engenho, atingindo grandes resultados no aproveitamento da matéria-prima e na maior capacidade de moagem. Uma tecnologia avançada que favorecia a redução dos custos da produção. Nesse contexto, a economia açucareira, apesar de estar vinculada diretamente ao mercado interno, foi ampliando a produção, decorrente do aumento da população, principalmente na área urbana do país.

Segundo Neves:

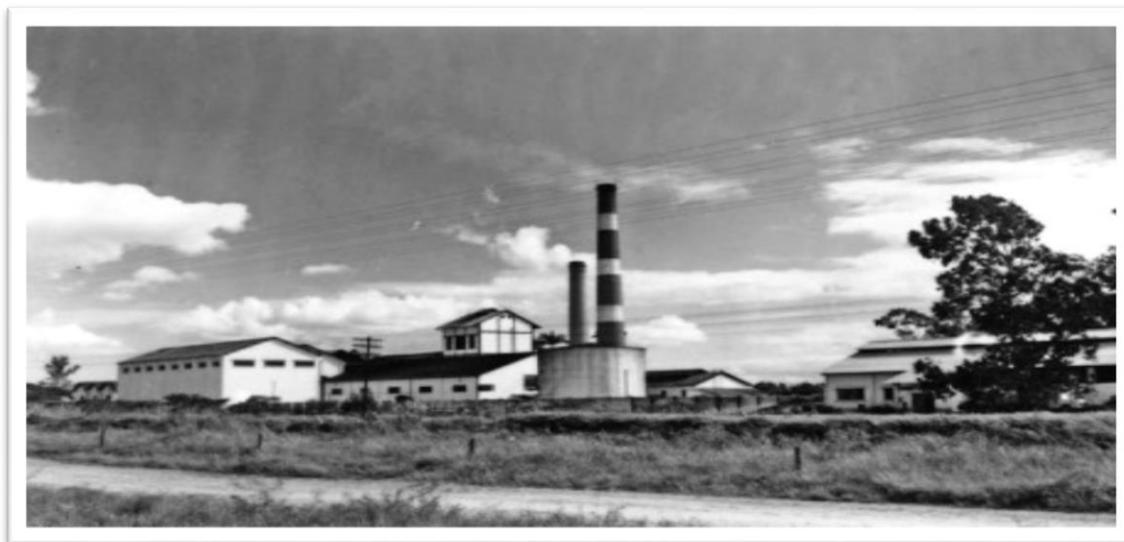
Quando a Nossa Região se constituía em área periférica ao polo dominante da economia açucareira, os pequenos produtores agrícolas se voltavam para a produção de cana para atender ao consumo interno – rapaduras, açúcar mascavo, aguardente. Valiam-se do acesso descontínuo a algumas poucas engenhocas então existentes. Dedicavam-se a uma atividade polivalente. Sobre a produção de subsistência recaía o caráter basicamente mercantil. As relações de troca visavam ao atendimento do consumo improdutivo dos trabalhadores vinculados ao polo dominante da economia, onde se concentravam os engenhos centrais. (NEVES, 1981, p. 27)

Vale salientar que o primeiro registro encontrado sobre a Usina Santo Amaro foi em 1909, no jornal Gazeta de Notícias, que informava:

A decisão dos usineiros campistas em iniciar a safra da cana após o dia 15 de junho e o motivo apresentado era a abundância do produto no Norte Fluminense. Segundo o Sindicato Agrícola Campista, essa era uma tentativa de elevar um pouco os preços e diminuir os prejuízos. Ao fim da reunião foi firmado um acordo entre os usineiros e pela Usina Santo Amaro assinava o proprietário citado como Freitas, Irmão & Barros. Em 1911 a usina apresentava uma produção de 101 toneladas de açúcar, correspondente a 1,18% da produção total das usinas de Campos. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1909)

A Companhia Agrícola Açucareira Santo Amaro foi fundada na condição de Usina Sucroalcooleira, em 31 de julho de 1937, localizada no 5º Distrito de Campos dos Goytacazes, na comunidade de Baixa Grande, evidenciada na figura 4, por Dr. Francisco Cavalcante de Albuquerque de Barros Barreto e funcionou entre as décadas de 1930 e 1990.

**Figura 4: Usina Cia Agrícola Baixa Grande - Usina Santo Amaro, localizada em Baixa Grande, na década de 1940.**



Fonte: Arquivo Pessoal de Dr. Fernando De La Riva Averhoff

O apogeu econômico da Usina Santo Amaro, posteriormente denominada de Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, aconteceu da década de 1940 até meados da década de 1980, sendo a sua falência decretada entre 1995/1996. Funcionava na produção de açúcar, álcool e rapadura.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a produção de açúcar de beterraba pelos países europeus sofreu grande redução, principalmente devido ao contexto da guerra e suas consequências, como: a devastação das terras europeias e a convocação dos trabalhadores para a guerra. Dessa forma, o açúcar brasileiro acabou se beneficiando no mercado, porém não havia condições técnicas de aumentar a produção externa e interna, necessitando da intervenção estatal para regularizar toda a economia canavieira, limitando a exportação do açúcar brasileiro.

Com isso a safra açucareira de 1929 coincidiu com a crise mundial de superprodução, assim os preços do açúcar tiveram uma grande queda, levando à falência de vários usineiros. Faziam-se necessárias medidas governamentais, diante de um cenário de crise econômica mundial. Cabe destacar que a crise econômica mundial, em 1929, afetou profundamente o escoamento da produção açucareira do Norte Fluminense, surgindo a necessidade de incentivos à comercialização por parte do Estado, incentivos estes que beneficiaram os usineiros e lhes proporcionaram maiores lucros, assim os proprietários de grandes fazendas e usinas buscaram aumentar seu quantitativo de terras na região Norte Fluminense.

Diante disso, houve a intervenção governamental na economia açucareira, que se deu oficialmente através do Decreto 19.717, que tornava obrigatória a aquisição, de álcool, na proporção de 5 %, pelos importadores de gasolina. Essa medida vigorou no país a partir de 1 de julho de 1931, assegurando a colocação do álcool fabricado no país, abrindo um mercado seguro para absorver a produção alcooleira. A indústria sucroalcooleira é uma das mais institucionalizadas na economia brasileira e sua modernização só foi possível devido à intervenção estatal no seu processo industrial ao longo da história. Segundo Paes:

A intervenção do Estado na atividade canavieira ocorreu no momento histórico, pós Primeira Guerra Mundial e da grande crise mundial. Essa intervenção foi realizada atendendo às reivindicações do setor canavieiro que apresentava com oscilações na produção, na demanda, e no preço do açúcar e necessitava de grandes investimentos para as instalações de unidades fabris e aquisição de instrumentos mecanizados. A partir daí, a maior parte da produção do açúcar se volta para o mercado interno e se desenvolve a primeira experiência de produção de álcool. (PAES, 2004, p.146)

Em setembro de 1931, o governo brasileiro baixava novos decretos a favor da economia sucroalcooleira, obrigando os produtores de açúcar a depositar, em armazéns previamente indicados, 10% da quantidade de açúcar que saía das usinas para o mercado consumidor, com o objetivo de evitar altas excessivas no preço do açúcar, prejudiciais aos consumidores. Porém, as medidas estavam sendo inadequadas para resolver a crise da economia açucareira no país.

Essa discussão remete-nos à consideração feita por Neves que ressaltou:

A intervenção do Estado, embora visando a fins diversos, fora quase sempre legitimada pela sua participação como agente mediador e orientador na busca de soluções para as situações de crise na comercialização. Esses momentos são definidos como críticos, em face dos conflitos surgidos a partir das alterações nas relações entre oferta e demanda da cana e do açúcar, a nível dos mercados interno e externo. Entretanto, a atuação do Estado como agente orientador da produção social do açúcar, a partir do período de instalação e expansão das usinas, se configurou pela criação e consolidação de mecanismos que assegurassem as possibilidades de realização do capital industrial e financeiro (privado e público). (NEVES, 1981, p. 53)

Dessa maneira, em dezembro de 1931, o governo brasileiro criou a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar, integrada por representantes do Governo Federal e dos Estados produtores, com a intenção de acompanhar a evolução da mesma e preservar o

equilíbrio interno entre produção e consumo através da exportação e sugerir ao governo medidas necessárias para a eficiência da economia. Segundo Neves:

Essas dificuldades qualificavam a situação de crise porque os usineiros e os agricultores estavam submetidos a um processo de descapitalização pela não-realização, a nível do mercado, do produto e do capital investido na produção, ou seja, pelo rompimento dos mecanismos de reprodução e reposição do processo produtivo. (NEVES, 1981, p. 55)

Em 1932, o governo decretava o limite da produção açucareira oficialmente e incrementava o fabrico do álcool motor, objetivando reduzir a oferta de açúcar e favorecer o aproveitamento da matéria-prima disponível no setor para a fabricação do álcool; tais medidas aperfeiçoavam a intervenção estatal na economia canavieira, durante o governo de Getúlio Vargas.

Neste contexto, foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em junho de 1933, com o objetivo de controlar a produção para evitar maiores prejuízos e incentivar a produção do álcool. Iniciava-se uma intensa intervenção do Estado na economia açucareira, o governo e os produtores acordavam os preços que os consumidores iriam pagar.

Neste cenário de crise, fez-se necessária a intervenção do Estado na economia, porém esta intervenção contribuiu para o processo de concentração do capital industrial, como percebemos na análise de Neves:

A situação de crise e a intervenção do Estado daí decorrente favoreciam a concentração do capital industrial, a eliminação das pequenas empresas industriais e fortificavam a própria intervenção a nível da produção agroindustrial do açúcar, perante os fatores definidos como deflagradores da superprodução ou da acentuação do engajamento na crise mundial[...] (NEVES, 1981, p.56)

Conforme o ACERVO BIBLIOTECÁRIO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA/  
RJ; Brasil/Açúcar:

A criação do IAA marcou a consolidação do intervencionismo governamental na agroindústria canavieira do país, instituído a pedido dos usineiros, principalmente os do Nordeste, então às voltas com uma violenta crise de superprodução. A intervenção do governo federal no subsetor teve início pouco depois da Revolução de 1930 (outubro), por meio do Decreto nº 19.717, de 20 de fevereiro de 1931, que tornou obrigatória a mistura de 5% de álcool à gasolina importada, bem como a utilização pelos veículos pertencentes a órgãos públicos de carburante que contivesse álcool pelo menos numa proporção de 10%. O mesmo decreto isentava de impostos e taxas de importação, até 31 de março de

1932, o material “necessário à montagem de usinas para o fabrico e redestilação do álcool anidro” e/ou “indispensável ao aperfeiçoamento e adaptação das destilarias existentes no país”. Os vários dispositivos desse decreto foram posteriormente complementados por uma série de medidas administrativas dos ministérios da Agricultura e da Fazenda. Entre tais medidas, cabe destacar a resolução baixada em 4 de agosto de 1931 pelo ministro da Agricultura, instituindo a Comissão de Estudos sobre o Álcool-Motor (CEAM), uma das entidades precursoras do IAA. (ACERVO BIBLIOT. MIN. FAZ. RJ; Brasil/Açúcar (1972, p. 170).

A respeito da função do IAA (Instituto do Açúcar e Álcool), cabe, no entanto, salientar que autorizava a moagem nas usinas fluminenses e todos os excessos da cana deveriam ser entregues ao IAA para que se transformassem em álcool anidro; era necessário adiantar ao órgão uma importância fixa sobre o produto de um carro de cana e vantagens sobre a venda do álcool. O álcool anidro era adicionado à gasolina e o hidratado era usado para mover motores.

Era oportunizado às usinas do Estado do Rio de Janeiro transformar os excessos de cana recebidos pelos seus fornecedores em açúcar demerara<sup>8</sup>, porém o mesmo deveria ser entregue ao órgão, ou seja, ao IAA. Outra tarefa atribuída ao IAA era determinar no último mês de cada ano, de acordo com a produção disponível e a importação de gasolina prevista, a proporção de álcool anidro a ser adquirido no ano seguinte pelos importadores de gasolina, para que pudessem despachar a sua mercadoria, pois a política de preços do álcool às companhias importadoras de gasolina não poderia causar danos aos produtores nem aos consumidores.

Todo esse processo intervencionista, conhecido como defesa da economia açucareira ou canavieira, limitava o volume produzido em cada safra, para manter o equilíbrio entre a produção e o consumo do açúcar, ou seja, a estabilidade do mercado. Essa ação era denominada pelo IAA de *Plano de Safra*, que distribuía o volume a ser fabricado pelas regiões produtoras em todo o país, determinando o período da moagem em cada zona produtora, datando o início, meio e fim da moagem, além de oferecer os serviços técnicos e especializados para garantir a todos a melhor safra.

---

<sup>8</sup> Açúcar demerara – açúcar que passava por um refinamento leve, sem aditivos químicos.

Decorrente do desenvolvimento da política canavieira, as terras na cidade de Campos dos Goytacazes passaram por uma considerável valorização, todavia ressaltou Neves que:

A terra, principalmente a partir da utilização dos instrumentos mecanizados, da ampliação da produção industrial das usinas, das alternativas abertas de acesso ao capital constante através do crédito e do estímulo à aquisição de áreas agrícolas por parte do usineiro, foi se tornando um bem escasso. Sua utilização implica o controle de outros recursos (transporte, acumulação de capital variável para investimento no pagamento da força de trabalho), de modo a incorporar as regiões mais distantes das praças de mercado (usina). (NEVES, 1981, p. 128)

É importante salientar que, no decorrer da década de 40, durante o século XX, a Baixada Campista sofria com as inundações que prejudicavam diretamente a produção sucroalcooleira da região. Assim, com o objetivo de resolver os graves problemas ocasionados na lavoura e nas usinas com as inundações, a partir de 1940, por iniciativa de Getúlio Vargas, houve investimentos na construção de canais de irrigação e outros de escoamentos das águas da Lagoa Feia.

Um período no Brasil de grande incentivo à industrialização e à modernização, o governo de Vargas incentivava o abastecimento do mercado interno com matérias-primas, bens intermediários e bens de produção necessários à diversificação industrial.

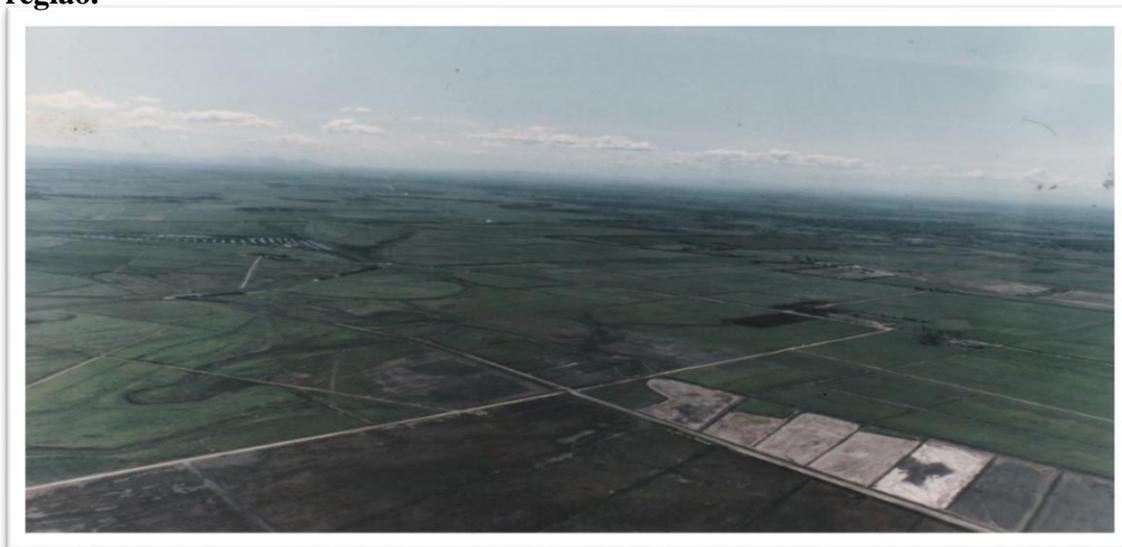
A usina Santo Amaro, localizada em Baixa Grande, lutava contra as inundações e infiltração da água em seus tonéis de melaço. Isso ocorreu devido ao maior número de lagoas e de curso de água, de diferentes proporções, estarem na faixa geográfica da Baixada Campista, na região Norte Fluminense. Apesar de Campos ter condições de evaporação - transpiração e luminosidade muito favoráveis, existia um déficit hídrico na região e a implantação de irrigação para compensar este regime de chuvas requeria um investimento elevado na Baixada Campista.

O Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) criou, a partir do início da década de 1940, uma extensa malha de canais, com aproximadamente 1.500 Km de extensão, com a finalidade de promover a drenagem e o saneamento nas terras da Baixada Campista, e evitar surtos de malária na região. O DNOS teve como finalidades: realizar a limpeza e dragagem de canais; construir pontes, bueiros e comportas; regularizar a Lagoa Feia através de alargamento do Canal da Flecha, instalando comportas automáticas e fixas; criar rede de drenagem; viabilizar projeto de irrigação nas lavouras

canavieiras. Todo esse investimento na região representava a reorganização da economia sucroalcooleira e a retomada dos postos de empregos gerados pela mesma.

Esse sistema hídrico captava água do rio Paraíba do Sul nas cabeceiras dos canais, interligada à lagoa Feia, construindo um reservatório regulador das águas da região por sua ligação com o oceano, por meio do canal da Flecha, o que permitia a adução de água para irrigação, pecuária e abastecimento de agroindústrias situadas na Baixada Campista. De acordo com a figura 5, se evidencia o que constatou Pessanha (1999, p.114), o DNOS empenhava-se em gigantesca obra de conquista da área que conseguira varar os séculos, pantanosa e inóspita, ao lado dos cobiçados campos da Baixada Campista.

**Figura 5: Terras da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, na localidade de Marrecas. Solo sendo recuperado pelas obras do DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento), implementação de um grande projeto de irrigação para a região.**



Fonte: Arquivo Pessoal de Dr. Fernando De La Riva Averhoff

Vale lembrar que a região Norte Fluminense, no período do Estado Novo, durante o governo de Getúlio Vargas, intensificou o investimento na diversificação da produção industrial, com o propósito de estimular empresas a produzirem diferentes produtos industriais derivados da cana.

Na Baixada Campista, houve a instalação de fábrica de papel de bagaço de cana que, porém, não teve o sucesso que se esperava. Acabou findando sua produção em pouco tempo de construção, devido a um enorme incêndio em suas dependências. A fábrica foi alienada a empresas de fora, gerando um enorme prejuízo ao usineiro Dr. Francisco

Cavalcante de Albuquerque de Barros Barreto, além de provocar o aumento de desempregados na região.

Cabe, no entanto, ressaltar que uma grande contribuição ao desenvolvimento da indústria sucroalcooleira, na região Norte Fluminense, foi a criação da Cooperativa Fluminense de Produtores de Açúcar e Álcool (COOPERFLU), em 1940, que tinha como principal objetivo obter o financiamento da comercialização do açúcar, oferecendo a bancos públicos e privados, como garantia, as safras anuais, e contando com o aval de contatos no governo. No entanto, esta ação não contribuiu para o desenvolvimento da região conforme o esperado pois parcela significativa dos usineiros da região acabou se acomodando às concessões do governo, não se preocupando com a inovação e competitividade no mercado de suas indústrias sucroalcooleiras.

Deste modo, as regulamentações realizadas pelo IAA proporcionavam aos agroindustriais a criação de destilarias anexas às usinas e a construção de novas instalações. Nesta ocasião, as usinas foram incentivadas a usar os resíduos de matérias primas para produzir álcool que seria adicionado à gasolina incrementando a produção e o consumo em escala nacional, com o propósito de injetar novos recursos à economia sucroalcooleira do país.

Em novembro de 1941, o governo brasileiro decretou o Estatuto da Lavoura Canavieira, que consistia em intervir e solucionar os problemas das relações entre os usineiros e os fornecedores de cana, em outras palavras, entre os industriais e os fornecedores da matéria-prima na economia canavieira.

É importante considerar, ainda, que o Estatuto da Lavoura Canavieira, bem como todas as políticas intervencionistas ocorridas no primeiro governo Vargas, direcionadas às relações de produção no campo, foram rejeitadas e criticadas pelas camadas patronais rurais. Por parte dos usineiros, o Estatuto da Lavoura Canavieira, ao garantir uma fração de terra gratuitamente ao trabalhador rural empregado na produção açucareira, estaria acentuando as diferenças e acirramentos entre os usineiros com as classes produtoras, além de desrespeitar o direito à propriedade privada; a crítica dos usineiros ao Estatuto da Lavoura Canavieira estava relacionada ao ideário comunista, combatido na época e visto como uma ideia subversiva durante o Estado Novo, liderado por Vargas entre 1937 a 1945.

Neste contexto, era notável a necessidade de um sindicato que defendesse os interesses e garantisse os direitos dos trabalhadores rurais no país, mas é importante reiterar que nesta época muitos sindicatos eram cooptados e controlados pela política intervencionista varguista, muitas vezes se colocando ao lado do patronato.

Como era evidente na região Norte Fluminense, no momento de inúmeras greves por parte dos trabalhadores nas usinas da Baixada Campista, lutando pelo aumento do salário-mínimo, a política governamental alegava que os usineiros não tinham condições financeiras para atender à reivindicação de reajuste salarial, devido à crise econômica da agroindústria do açúcar.

Dessa maneira, para amenizar os confrontos entre os trabalhadores das usinas e os usineiros, por melhorias na política trabalhista, o IAA, dentre tantas medidas de assistência social, estabelecia o direito à moradia, assistência médica, dentária e hospitalar gratuita, ensino primário gratuito aos filhos dos trabalhadores em idade escolar. Eram direitos assegurados aos trabalhadores das usinas, quando não cumpridos pelos usineiros, os mesmos pagavam multas ao IAA. Inclusive o art. 144 do estatuto criou a taxa de um cruzeiro antigo por tonelada de cana.

Cabia ao I.A.A. através da Resolução 58/1943, regulamentar a cobrança, a arrecadação e aplicação da referida taxa, vinculando a receita realizada a três Fundos: Fundo de Assistência Financeira, destinado à amortização dos empréstimos às Cooperativas de Plantadores de Cana, auxiliando o período de entressafra dos fornecedores; Fundo de Assistência Social concebido pelos usineiros e pelo IAA para assistência social, médica e hospitalar para os trabalhadores rurais da lavoura e da indústria canavieira; Fundo de Assistência às Associações de Plantadores de Cana, constituído de 10% da arrecadação para ser distribuído proporcionalmente entre as associações de plantadores de cana para a manutenção e desenvolvimento de seus serviços.

Em 1959, o governo resolve criar a COOPERSUCAR (Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo), com o objetivo de defender os preços dos produtos oferecidos pela atividade sucroalcooleira na região paulista, pois as constantes alterações na cotação do açúcar no mercado internacional e a estagnação tecnológica no setor, em usinas que haviam sido montadas e mantidas quase que nos

mesmos padrões desde o início do séc. XX forçaram um investimento por parte dos programas governamentais para a manutenção da rentabilidade das usinas. As usinas paulistas foram pioneiras em tecnologias vindas de fora, como a compra de moendas de quatro rolos com alimentação por Donelly, o desfibrador, entre outras.

Esse apoio à economia sucroalcooleira no Estado de São Paulo, por parte do governo, gerou insatisfação dos usineiros do estado do Rio de Janeiro, que também se sentiram no direito de obterem o mesmo apoio financeiro para o investimento tecnológico nas suas usinas.

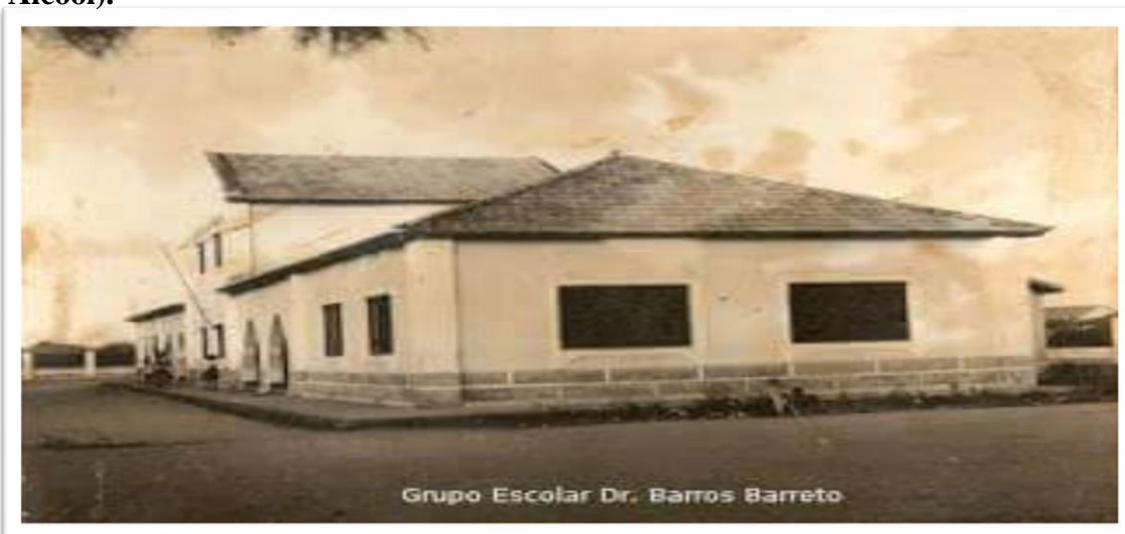
Diante deste quadro, foi estimulada anos mais tarde, a criação de programas como o FUNPROÇUCAR (Fundo para o Programa de Apoio a Agroindústria Açucareira) e PLANALSUCAR (Plano Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar), para incentivarem e oferecerem possibilidades às usinas da região do Rio de Janeiro para adquirir em tais tecnologias na colheita e produção sucroalcooleira.

Em 1965, os trabalhadores da atividade sucroalcooleira do país se depararam com uma nova realidade em relação aos seus direitos trabalhistas que foram ampliados e assegurados pela assistência social garantida pelo IAA. Os trabalhadores e seus dependentes passaram a ter direito a: maternidade, educação profissional e ensino médio gratuitos, financiamento a cooperativas de consumo, financiamento de culturas de subsistência, programas educativos, culturais e recreação.

Nesse aspecto, os trabalhadores rurais da indústria sucroalcooleira passavam a ter direitos garantidos legalmente, como: assistência médico-hospitalar, direito à estabilidade no emprego, o direito a uma área de terras gratuita e próxima à moradia para a produção de culturas de subsistência e a proibição da redução salarial no período entressafras.

Muitas dessas medidas aplicadas, inicialmente no setor canavieiro, foram ao longo do tempo incorporadas ao estatuto do Trabalhador Rural. Diante desses direitos, os usineiros deveriam proporcionar aos seus trabalhadores e dependentes a instalação de ambulatórios, hospitais, consultórios odontológicos, escolas (como mostram as figuras 6 e 7), creches, instituições recreativas, como cinema; todas essas ações faziam parte do programa de assistência social desenvolvido e gerido pelo IAA, para garantir tais direitos aos trabalhadores da produção sucroalcooleira.

**Figura 6: Grupo Escolar Dr. Barros Barreto, localizado em Baixa Grande, fundado em 1948, pelo usineiro Dr. Francisco Cavalcante de Albuquerque de Barros Barreto, atendendo à política de assistência social exigida pelo IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool).**



Fonte: Arquivo Pessoal da Instituição de Ensino

**Figura 7: Colégio Estadual Dr. Barros Barreto, localizado em Baixa Grande, na atualidade pertencente à Secretaria Estadual de Educação.**



Fonte: Arquivo Pessoal, foto tirada em 18 de abril de 2018

Vale ressaltar que, neste contexto, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar no município de Campos dos Goytacazes, que aliava a política governamental aos anseios dos trabalhadores das usinas sucroalcooleiras da região. O Sindicato funcionava atrelado à política do Governo de Getúlio Vargas. Como ressaltou Pessanha:

Esse período também foi rico pela conquista de novos direitos, quer no plano nacional, pela via parlamentar, quer como decorrência de lutas sindicais, no plano regional. Carteiras profissionais, não mais clandestinos nas empresas, 13º salário, salário-família, fim do famigerado desconto-habitação de 27% nas usinas, reconhecimento das delegacias sindicais, aumentos salariais periódicos acima do índice da inflação, eram direitos obtidos pelos trabalhadores das usinas em seus pleitos reivindicatórios, com ameaça de greve, ou sem ela. (PESSANHA, 1999, p. 130)

De forma a caracterizar o mundo do trabalho no interior das usinas sucroalcooleiras, é importante ressaltar como era a divisão do Trabalho nesse período:

- \* Trabalhadores da indústria sucroalcooleira, ou “administradores da usina”, eram profissionais graduados com formação de nível superior em administração ou contabilidade, muitas vezes não possuíam formação acadêmica, sua grande experiência adquirida por anos de trabalho nas indústrias permitia assumir tal função.
- \* Os “técnicos” das usinas, os mesmos possuíam formação superior ou técnica em diferentes áreas, como Engenheiros Mecânicos Industriais, que cuidavam da montagem e supervisão das máquinas da usina; Técnicos em Química, Engenheiros Agrônomos.
- \* Operadores de maquinários, exerciam atividades simples, que naquele período não exigia formação técnica, como: “operadores das caldeiras”, responsáveis pelas atividades de manutenção e alimentação das caldeiras, operários que manuseavam diversas outras máquinas e “funcionários” da limpeza geral da fábrica, os faxineiros.
- \* Trabalhadores da agricultura canavieira, ou seja, os trabalhadores da lavoura da cana-de-açúcar, conhecidos como “boias-frias”, exerciam seu trabalho durante a colheita, no período de safra, e também na plantação e manutenção dos canaviais, nos períodos de entressafra.
- \* Os cortadores de cana informais não possuíam nenhuma espécie de vínculo empregatício com as indústrias.

Em síntese, o trabalho na usina sucroalcooleira era dividido em: operários industriais, operários agrícolas, capatazes, feitores, fiscais, técnicos, engenheiros, químicos, empregados de escritório e outros, além da diretoria formada pelos proprietários. Faz-se necessário ressaltar também os médicos, enfermeiros, dentistas, professores, assistentes sociais, guardas, vigilantes, porteiros e outros trabalhadores. A sociedade sucroalcooleira era comandada pelo usineiro. É importante destacar também a

estrutura social deste período do auge da produção sucroalcooleira na região Norte Fluminense que, segundo Piquet (2004), era bem nítida:

- os usineiros, que representam o capital industrial e com forte expressão política;
- os fornecedores de cana, em posição subordinada à dos usineiros, e aí incluídos os pequenos, médios e grandes produtores;
- os pequenos proprietários, arrendatários ou parceiros, produtores de cana ou não, cuja produção básica não assegura o sustento da família e, por isso, vendem sua força de trabalho para outras unidades agrícolas ou para outros setores de atividade; e
- os trabalhadores assalariados ou não, permanentes ou temporários. (PIQUET, 2004, P. 28)

Nesse aspecto, Ianni enfatizou que:

Ao crescer a importância das máquinas e equipamentos nas atividades produtivas, desenvolveu-se a divisão social do trabalho e modificou-se a importância relativa da força de trabalho. Ao mesmo tempo, também as outras atividades agrícolas sofreram influências dos padrões de organização da produção predominantes na agroindústria canavieira. Para ajustarem-se às exigências do capital aplicado na usina, os fazendeiros proprietários de canaviais tiveram de reorganizar as suas empresas. (IANNI, 1984, p. 42).

Em 1959, com a Revolução Cubana e a implantação do regime comunista em Cuba, abriu-se uma grande oportunidade para o açúcar brasileiro ser vendido para os Estados Unidos pois até então o açúcar cubano abastecia o mercado norte-americano. O rompimento das relações diplomáticas e econômicas entre Cuba e os Estados Unidos favoreceu gradativamente a economia sucroalcooleira brasileira.

A participação no mercado norte-americano, a partir de 1960, possibilitou um avanço da economia canavieira brasileira, com alta produção de açúcar para exportação, emergindo melhores condições técnico-econômicas que impulsionaram um complexo agroindustrial canavieiro em regime de economia de escala, com recursos governamentais direcionados ao aperfeiçoamento da produtividade agrícola, como o PLANALSUCAR, este visto como um projeto indispensável ao fortalecimento da economia canavieira na conjuntura açucareira internacional, principalmente para os usineiros do Estado do Rio de Janeiro. A partir deste programa, se viram representados politicamente, já que não tinham sido assistidos anteriormente pelo programa COOPERSUCAR, que atendia aos usineiros paulistas e tinham apoio do governo Federal.

Pode-se afirmar que o COPERSUCAR, o IAA e o PLANALÇUCAR foram implementações importantes para alavancar a atividade sucroalcooleira na década de 1970, juntamente com a conjuntura internacional que elevou os preços do açúcar no mercado internacional. Como bem acentuou Neves:

A produção de açúcar, ao se transformar através dos tempos numa das principais atividades econômicas voltadas para a exportação, incorporou um extenso número de intermediários, mais um amplo jogo de interesses contraditórios, a adaptação aos padrões de racionalidade e de produtividade, impostos em grande parte por relações que são totalmente externas aos produtores agrícolas. Colocados sob tais condições, esses agentes econômicos devem-se adequar às pressões externas, na maior parte das vezes, através de rearranjos internos às suas práticas econômica e política. (NEVES, 1981, 17)

Dessa maneira, outros produtores agrícolas, percebendo que a produção do açúcar estava gerando uma maior lucratividade, passaram a plantar cana de açúcar para fornecer às usinas interessadas. Logo, essas facilidades propostas pelo Estado, contribuíram para o enriquecimento dos usineiros, ou seja, para a concentração e centralização do capital através do maior contingente de terras devolutas e investimentos em tecnologia; além de alternativas para a diversificação da economia da região, como na localidade de Baixa Grande onde em 1957, o usineiro da Usina Santo Amaro inaugurou uma fábrica de papel, que utilizava o bagaço da cana como matéria-prima.

Apesar dos subsídios dados pelo IAA para as usinas, na década de 1960, as mesmas se encontravam estagnadas com baixos ou nenhum investimento em inovações tecnológicas. Nesta época de crise, muitas usinas foram vendidas, inclusive a usina Santo Amaro que é o foco de nossa pesquisa neste trabalho. Além desta, outras usinas de grande importância na região também foram vendidas, sendo elas: São José, Paraíso, Outeiro, Sapucaia, Cupim e Santana.

A política preconizada pelo IAA de apoio às Usinas do Estado de São Paulo e Nordeste, principalmente, em detrimento do apoio à região Norte Fluminense, levou ao desestímulo das áreas canavieiras e, por consequência, estagnação econômica e maior precarização do trabalho.

As usinas da região Norte Fluminense em 1940, totalizavam 22 e eram: Barcelos, Cambaíba, Carapebus, Conceição de Macabu, Cupim, Mineiros, Novo Horizonte,

Outeiro, Paraíso, Poço Gordo, Pureza, Queimado, Quissamã, Santana, Santa Cruz, Santa Isabel, Santa Maria, Santo Amaro, Santo Antônio, São João, São Pedro, Sapucaia.

Cabe salientar que no início dos anos 60, chegava a Campos a família cubana De La Riva, liderada pelo patriarca chamado de Dom Fernando. O então dono da Usina Santo Amaro, Dr. Dudley Barros Barreto, resolveu vender a mesma para os cubanos. Agora sob uma nova direção, passa a ser nomeada de Cia Agrícola Baixa Grande - Usina Santo Amaro, tendo como proprietário Dom Fernando De La Riva.

Nesta época, estavam ocorrendo muitas fusões de usinas, de vários Estados brasileiros, essas fusões eram chamadas de transferência de cotas. Em outras palavras, a fusão era a unificação de duas pequenas indústrias de açúcar para a formação de uma indústria maior, de uma central açucareira maior, que possibilitasse a produção de açúcar em menos tempo, com maior rendimento.

Nesse mesmo período, a Usina de Poço Gordo, na Baixada Campista, foi comprada por usineiros paulistas. Com isso muitos trabalhadores foram dispensados, já que os paulistas acabaram se interessando apenas pelos maquinários da usina e não pela manutenção do funcionamento da mesma, ampliando os problemas sociais, devido aos altos índices de desemprego já existentes na região.

Nessa época, Dom Fernando De La Riva possuía know-how na produção de açúcar, havia sido o segundo maior produtor em Cuba e, após fugir do regime socialista para a Flórida, lá montou a Usina Talismã. Dom Fernando de La Riva comprou também a Usina de Mineiros, fazendo a fusão entre a produção sucroalcooleira de Mineiros e Baixa Grande. Devido ao afastamento de seu pai por motivos de saúde, e posteriormente com o seu falecimento, na década de 1980, Dr. Fernando de La Riva Averhoff assumiu a gestão da Cia Agrícola Baixa Grande - Usina Santo Amaro.

Neste contexto, ressaltou Cruz que:

No Norte Fluminense, apesar da progressiva perda de importância da agroindústria açucareira no cenário nacional, no final da década de 1960, são criadas condições favoráveis ao setor com a alta de preços no mercado internacional, com os fartos recursos federais disponibilizados pelo sucesso da política desenvolvimentista e com a estratégia da acumulação capitalista no setor industrial de máquinas, equipamentos e insumos para a agroindústria açucareira. (CRUZ, 2006, p. 52-53)

Era preciso acelerar o processo de desenvolvimento nacional frente aos competidores no mercado internacional, facilitando a política de exportação através da implementação de inovações tecnológicas na produção sucroalcooleira do país. Dessa forma, Cruz ressaltou que:

Os investimentos ocorridos no período, principalmente na expansão da capacidade industrial das usinas, foram comandados pelas elites agropecuárias e agroindustriais, lideradas por uma parcela da elite açucareira. Essas lideranças implementaram uma estratégia de ação regionalista, pela qual lograram monopolizar a definição e a representação dos seus interesses. Tal estratégia envolvia alianças com setores da imprensa, técnicos e políticos locais, por um lado, e aliança com a burocracia, os técnicos e os políticos das instâncias supra escalares de poder. (CRUZ, 2003, p.74)

Observa-se ainda que o IAA contribuiu, mesmo que indiretamente, para a elaboração de planos e programas voltados para o setor canavieiro:

A fim de formular e executar planos e programas de médio e longo prazos, tais como o Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional (elaborado em 1963-1964); o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (Planalsucar) e o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira, ambos de 1971, o Instituto desenvolveu uma política de engajamento nacional para o setor. Em fins de 1975, foi também instituído o Programa Nacional de Alcool (Proálcool). Embora não fosse de autoria do instituto, sua execução tinha em parte a responsabilidade do IAA. (ACERVO BIBLIOT. MIN. FAZ. RJ; Brasil/Açúcar (1972); Brasil açucareiro; Diário Oficial da União (8/5/90)

O PLANALSUCAR era a possibilidade de resolver o problema da agroindústria canavieira, era colocar em prática, através do trabalho dos técnicos agrícolas, o cruzamento, seleção, testes contra doenças e pragas, novas mudas, trabalhos genéticos, etc. que garantissem melhor qualidade na produção canavieira do país, para fazer frente à concorrência internacional.

No município de Campos dos Goytacazes, havia uma Estação do PLANALSUCAR, que funcionava como Estação Experimental de Campos/RJ, onde recebia clones de outras Estações do país. Exigia o emprego de uma mão-de-obra bem diferenciada pois exigia a formação técnica de nível médio e ensino superior; o que acarretou em uma procura por cursos técnicos em agronomia e pela conclusão dos estudos a níveis médio e superior, principalmente pela geração mais jovem das regiões de economia canavieira.

Na região em estudo, ou seja, a Baixada Campista, área rural pertencente ao município de Campos dos Goytacazes, as usinas sucroalcooleiras, além de produzir o açúcar e o álcool, ainda produziam para o mercado produtos como: o bagaço, a pasta de filtragem (a borra), o melaço, plásticos, cama para animais, chapas de fibras, aguardente, papel, etc. Cabe, no entanto, salientar que nos anos de 1970 os recursos do Governo Federal eram muito significativos nas regiões sucroalcooleiras. Em 1972, uma Cooperativa de Crédito dos Lavradores de cana-de-açúcar (COOPERCREDI) foi formada, objetivando a expansão da lavoura, a modernização das plantas industriais e a pesquisa.

Em 1972, o Governo promulgou o FURAISSUL, Fundo para Racionalização da Agroindústria da Região Centro-Sul, Decreto Lei 1.186 de 27 de agosto, “Programa para Fusões e Incorporações” para a Região Sul, (SP e Rio), apesar dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro pertencerem à região sudeste, este foi o nome dado pelo Governo Federal para financiar as usinas com dinheiro do “Fundo de Exportação”, obtido do confisco cambial do Instituto do Açúcar e do Álcool na exportação do açúcar das usinas quando o mercado estava muito favorável. Foi uma ação com o objetivo de estabilizar a produção sucroalcooleira da região sudeste do país.

O FURAISSUL era dinheiro fácil com prazos longos, juros e correção monetária baixa, era favorável, praticamente auto pagável, (justificadamente, pois provinha de fundos originários das próprias usinas) e com um objetivo saneador: funcionar como unidades menores em indústrias modernas, mais eficientes e produtivas.

As usinas sucroalcooleiras do Estado do Rio foram instruídas para apenas autorizar o uso do financiamento para a compra de Equipamentos e Maquinarias, todas estas fabricadas em São Paulo, e não para investimentos em fundação e renovação de lavouras novas. Para expansão de lavouras, teriam que tomar empréstimos caríssimos do Banco do Brasil, o que acarretou um descontentamento por parte dos usineiros do Estado do Rio de Janeiro.

Em 1973, o governo juntamente com o IAA, elaborou o FUNPROÇUCAR (Fundo para o Programa de apoio à Agroindústria Açucareira) que financiou a modernização das indústrias e a maioria das usinas foi totalmente remodelada em todo

país, como pode ser visto nas imagens das implementações tecnológicas na Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, em anexo (Anexo 1).

Outras ações foram implementadas pelo governo Federal que ajudaram o país a enfrentar a crise do Petróleo em 1973, como: o PROÁLCOOL (Programa Nacional do Álcool), criado no final dos anos de 1970; considerado o maior programa de energia renovável já estabelecido em termos mundiais; programas e incentivos governamentais que oportunizaram avanços tecnológicos no setor sucroalcooleiro e transformações no mundo do trabalho das usinas. O trabalho se tornava mais dinâmico e técnico, provocando outras preocupações para a sociedade, o aumento da reserva de mão-de-obra desqualificada.

É importante ressaltar o avanço do país na fabricação do álcool, em um contexto de crise do petróleo, permitindo ao mercado interno, e até mesmo internacional, outra fonte de combustível automobilístico. É inegável que as usinas sucroalcooleiras do país se beneficiaram de terem o álcool, produzido diretamente a partir da fermentação do caldo de cana ou pela diluição de mel, resultantes da produção de açúcar. Proporcionando este processo uma eficiência maior da atividade e a simplificação da produção, obtendo um açúcar de melhor qualidade e com possibilidade de garantir uma melhor rentabilidade, como pode ser notado na figura 8, o auge da produção sucroalcooleira da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro.

**Figura 8: Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, localizada em Baixa Grande, no auge da produção sucroalcooleira.**



Fonte: Arquivo Pessoal de Dr. Fernando De La Riva Averhoff

A criação do PROÁLCOOL teve como objetivo gerir a substituição de importações com base na agricultura, utilizando o álcool carburante nacional em lugar da gasolina oriunda do petróleo importado, o que aumentou a capacidade de moagem para fornecer caldo para as novas instalações das destilarias anexas no Estado do Rio. Neste contexto, ocorreram muitos investimentos em inovações tecnológicas na usina Cia Agrícola Santo Amaro. Neste contexto, Paes evidenciou que:

Enquanto outras regiões do Brasil cresceram com a implantação do PROÁLCOOL, o Estado do Rio de Janeiro perdeu posição passando, na década de 80, a ocupar entre o 5º e 6º lugares e finalmente, na década de 90, encontra-se na desconfortável posição de 8º lugar. A região canavieira de Campos perde posição principalmente para São Paulo, Paraná, Alagoas, Pernambuco, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. (PAES, 2004, p. 149)

Isso amenizou por um tempo os efeitos da crise, as agroindústrias tiveram um crescimento ótimo durante a década de 1970 e, contraditoriamente, logo após este crescimento, ocorreu a queda dos lucros e a falência da maioria das usinas campistas. Como destacou o DIEESE:

A partir de 1975 com a implantação do Proálcool, que trouxe um grande volume de subsídios para o setor, sua produção cresceu de forma “agressiva” em vários estados, passando a ser o principal empregador de mão-de-obra agrícola no Brasil. Esse desempenho permitiu a retomada, em 1989 das campanhas salariais no setor canavieiro do Nordeste, espalhando-se para as demais regiões. (DIEESE, 2001, p.228-229)

Dessa forma, Silva e Carvalho, sobre a região Norte Fluminense, ressaltaram que:

Nos anos 1970, as atividades ligadas ao setor sucroalcooleiro respondiam por, aproximadamente, 70% da renda gerada na região. O que a tornava extremamente dependente dos ciclos de produção e dos preços do açúcar e do álcool. Com a implementação do Proálcool, visando minimizar os efeitos da crise energética do petróleo, os usineiros locais demandaram créditos de forma indiscriminada aumentando, sobremaneira, a capacidade produtiva da região. (SILVA e CARVALHO, 2004, p.71)

Até o final da década de 1980, a maior parte das usinas da região Norte Fluminense, apesar de uma conjuntura de crise econômica mundial, conseguiu ampliar a sua capacidade de moagem e a produção de álcool, devido à política de incentivo dada pelo Proálcool. Como se pode verificar nas figuras 9 até 16, ocorreram muitas implementações tecnológicas e compra de equipamentos industriais.

**Figura 9: Vale de controle de água das areias das terras de Marrecas com material orgânico e alta produção, pertencente à Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro.**



Fonte: Arquivo Pessoal de Dr. Fernando De La Riva Averhoff

**Figura 10: Aplicando adubo líquido Saccharum Green nos campos com palha, terras pertencentes à Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro.**



Fonte: Arquivo Pessoal de Dr. Fernando De La Riva Averhoff

**Figura 11: Comporta de Controle de colocação de vinhoto da Ilha Grande – Marrecas, terras pertencentes à Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro.**



Fonte: Arquivo pessoal de Dr. Fernando De La Riva Averhoff

**Figura 12: Esteira de arrasto dos Chutes Donnelly 2º e 4º terno, Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, localizada em Baixa Grande.**



Fonte: Arquivo Pessoal de Dr. Fernando De La Riva Averhoff

**Figura 13: Destilaria da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, localizada em Baixa Grande.**



Fonte: Arquivo Pessoal de Dr. Fernando De La Riva Averhoff

**Figura 14: Vista da Ponte Rolante, Hilo Móvel e Fixo do outro lado para carros de Estrada de Ferro, Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, localizada em Baixa Grande.**



Fonte: Arquivo Pessoal de Dr. Fernando De La Riva Averhoff

**Figura 15: Vista do prédio da moenda – fabricação e entrada de canas, na Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, localizada em Baixa Grande.**



Fonte: Arquivo Pessoal de Dr. Fernando De La Riva Averhoff

**Figura 16: Vista Geral da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, localizada em Baixa Grande, em funcionamento na década de 1980.**



Fonte: Arquivo Pessoal de Dr. Fernando De La Riva Averhoff

Na década de 1980, a crise na economia açucareira foi drástica, apesar de a segunda metade da década de 1970 ter sido o auge da produção açucareira, as dívidas contraídas para financiar esta grande produtividade, as baixas taxas de crescimento do PIB<sup>9</sup> brasileiro e a dependência em relação ao governo Federal, que não liberava recursos como antes, determinaram a falência de muitas usinas entre as décadas de 1980 e 1990, como aconteceu com a Cia Agrícola Baixa Grande - Usina Santo Amaro, em 1996.

Uma grave crise econômica de caráter estrutural, que resultou em estagnação com inflação alta, além da evolução da pobreza em todo o país, condicionou fortemente a dinâmica do mercado de trabalho a partir dos anos 80. Com o esgotamento de um modelo de Estado interventor, reduzindo sua proteção ao capital industrial, tem-se no país a abertura para a economia mundial, a partir das práticas neoliberais praticadas pelo governo. O Estado não tinha mais capital para investir em empresas que estavam se deteriorando e que, deixadas sob seu próprio controle, caminharam para uma crise ainda maior.

Nos anos de 1981 e 1982, o desemprego transformou-se em uma nova realidade para o país, um período de estagnação, desemprego e aumento da desigualdade social. A monitoração do FMI (Fundo Monetário Internacional) iniciou-se no ano de 1983, no sistema econômico do país, que acabou por acentuar a tendência recessiva da economia brasileira em virtude, principalmente, da contenção salarial e redução de investimentos à atividade industrial. Tratando-se do município de Campos dos Goytacazes, percebia-se, segundo Paes que:

Uma estreita relação entre o aumento das desigualdades frente à necessidade de criar e assegurar os direitos convertidos em capacidades, especialmente das pessoas excluídas do processo produtivo a partir da decadência do setor canavieiro. Considera-se assim, que muitos dos problemas do desenvolvimento local podem estar estreitamente relacionados com a necessidade de expandir as capacidades das pessoas. (PAES, 2004, p.155)

Como já dito anteriormente, o governo concedia ao Instituto do Açúcar e Alcool (IAA) a autoridade sobre a produção industrial açucareira, controlando os planos de safra, rigidez dos preços impostos, mercado interno. Porém, a longo prazo, a política intervencionista gerou problemas sérios na produção sucroalcooleira, principalmente para

---

<sup>9</sup> PIB – Produto Interno Bruto

a região Norte Fluminense, devido ao desenvolvimento do polo açucareiro paulista que, com apoio do I.A.A, implantou complexos agroindustriais de açúcar com alta rentabilidade. Até a década de 1970, os Estados nacionais controlavam severamente a economia dos países porém, no Brasil, essa intervenção só diminuiu a partir da década de 1990, com a implementação de políticas neoliberais e privatizações de estatais, que não ocasionaram o desenvolvimento esperado e muito menos representou melhorias de vida para a população.

As condições dos financiamentos adquiridos pelos usineiros que, originalmente, eram suaves, ao atrasar os pagamentos, caíram em mora e se tornaram extraordinariamente onerosos, com correção monetária plena, juros elevados e a inflação descontrolada da “Época de Sarney”. Esta conjunção aumentou as dívidas de forma exponencial. A inflação ofuscava o entendimento do que estava acontecendo, o que a contabilidade não conseguia demonstrar em tempo hábil, ante a incredulidade de industriais competentes que nunca imaginaram enfrentar tais condições macroeconômicas e políticas.

Na verdade, a inflação elevada era nada mais que uma desvalorização contínua do dinheiro, decorrente de emissões que aumentavam a oferta monetária, que se manifestava nos preços, salários e assim por diante. O problema inflacionário levou o governo à tomada de decisões políticas econômicas, que prejudicaram ainda mais a classe trabalhadora do país, como controles e congelamentos de preços e salários, ações implementadas pelo Plano Cruzado.

Paralelamente, desde 1983, o IAA passou a descumprir a Lei 4870 que determinava que os preços controlados obedecessem ao levantamento de custos efetuado pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), o que permitia que todos os fatores de produção fossem remunerados de forma Constitucional para que a atividade funcionasse normalmente com prosperidade. Esta defasagem gerou prejuízos incalculáveis, levando as usinas à descapitalização, no meio da situação macroeconômica acima descrita, potencializando o caos já existente.

O IAA, também, executou os financiamentos do FURAI SUL, FUNPROÇUCAR e PROÁLCOOL, já em valores elevados, levando à quebra das usinas e à ruína da

economia açucareira da região, desempregando milhares de operários e plantadores de cana.

Conforme destacaram Cruz e Terra:

Ocorreu uma sequência de fechamentos e incorporações das unidades industriais e de abandono das atividades de produção de cana por parte de produtores independentes. Como alternativa, as poucas usinas que sobreviveram modernizaram-se e aumentaram a produção de cana cultivada em terras próprias por meio de melhorias técnicas e da irrigação. (CRUZ e TERRA, 1997, p.29)

Com o objetivo de tornar mais clara a questão, se faz necessário entender que as instituições de representação dos interesses dos plantadores de cana e usineiros eram: o Sindicato Rural e a Fundação Rural, no âmbito da pecuária e da agricultura; a Cooperativa de Crédito dos Lavradores de Cana-de-açúcar do Estado do Rio de Janeiro Ltda. (COOPERCREDI), a Associação Fluminense dos Plantadores de Cana (ASFLUCAN) e a Cooperativa dos Plantadores de Cana (COOPERPLAN), ligadas aos fornecedores de cana; além do Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo (SIRAERJ) e a Cooperativa Fluminense dos Usineiros Ltda. (COOPERFLU). Todas estas instituições eram aparatos legais que regulamentavam o desenvolvimento das regiões sucroalcooleiras do país.

Em síntese, a crise brasileira, que se intensificou no final da década de 1980, provocou uma diminuição nos recursos direcionados às usinas sucroalcooleiras e com isso sua estrutura desmorona, em um cenário brasileiro de hiperinflação, enormes dívidas interna e externa, estagnação econômica, diminuição na arrecadação; diante deste quadro de instabilidade econômica, os subsídios, créditos e financiamentos ficaram comprometidos.

Em 1990, foi extinto o IAA no governo Collor, dessa forma os empresários tinham livre acesso de comercialização, pois já não havia um órgão para regular o setor. Como a agroindústria açucareira era a base da economia da região, o seu colapso econômico atingiu muitos setores da sociedade, ou seja, o Norte Fluminense não tinha uma economia diversificada e o impacto da crise que o setor sucroalcooleiro sofreu fez com que toda a região ficasse estagnada economicamente, uma profunda crise das relações de produção.

Como consequência, tivemos trabalhadores sem profissões definidas, sem qualificação, cumprindo qualquer tipo de atividades como alternativas de obter renda,

tendo um mínimo de garantia para a sua sobrevivência. Como afirmou Mattoso, nos anos de 1990:

O desemprego produtivo não foi apenas medíocre e resultante de efeitos de oscilações do ciclo econômico sobre o mercado de trabalho. O Estado nacional foi desmontado a golpes de privatizações lesivas, de sonegações, guerras fiscais e de sucessivos cortes de gastos nas despesas públicas. (MATTOSO,1999, p 9)

Tendo em vista que nos anos de 1980 e 1990, devido à redução de subsídios pelo governo, os usineiros ficaram desestimulados em expandir e renovar seus canaviais, neste mesmo contexto o preço do barril do petróleo começava a cair no mercado internacional e a gasolina teve redução de preço; conseqüentemente ocorreu a queda da produção e consumo do álcool.

Para melhor evidenciar esta situação, é importante entender que o Estado brasileiro, através de sua política intervencionista e programas de financiamentos à indústria sucroalcooleira, assumia o papel de protetor da elite campista em diversos momentos. Vivenciando um cenário de grave crise, iniciada com a crise do petróleo na década de 1970, sem capacidade de investimento e com o desmantelamento do regime ditatorial, as usinas, principalmente da região Norte Fluminense, ficaram descapitalizadas e sem recursos para gerir seu funcionamento.

## **2.2 – Declínio da atividade industrial canavieira na Baixada Campista, heterogeneidade nas relações trabalhistas e no mercado de trabalho**

Objetiva-se ressaltar o declínio da atividade industrial canavieira, analisando: a inexistência de políticas alternativas para o problema; a redução dos financiamentos governamentais para a economia canavieira da região no contexto da década de 1980 no país; a intensa retração das atividades produtivas do setor sucroalcooleiro, ocorrida nos primeiros anos da década de 1990; a problemática do desemprego; as novas formas de trabalho e as modificações do mercado de trabalho na localidade e no entorno da mesma.

Como a agroindústria açucareira era a base da economia da região, o seu colapso econômico atingiu muitos setores da sociedade, ou seja, o Norte Fluminense não tinha uma economia diversificada e o impacto da crise que o setor sucroalcooleiro sofreu, desencadeou um novo cenário para a Baixada Campista, de produtora de cana passou a

ter índices extremamente baixos de produção de cana, uma crise profunda do setor sucroalcooleiro, que era o maior responsável pela geração de emprego, na região.

Diante do contexto de crise do setor sucroalcooleiro, em agosto de 1997, foi criado, pelo governo federal, o Conselho Interministerial do Açúcar e Álcool – CIMA, que segundo Moraes:

O Conselho Interministerial do Açúcar e Álcool – CIMA, modificou o sistema de descentralização e tomada de decisões, envolvendo representações do governo e do setor produtivo, com o objetivo de propor políticas regulatórias para o setor sucroalcooleiro. O CIMA era formado por um Comitê Consultivo, um Comitê Executivo e uma Câmara Técnica. O CIMA tornou-se a arena decisória, tanto pela importância das suas resoluções, quanto pelo assessoramento prestado ao governo em relação ao setor sucroalcooleiro. Na época, a interlocução acontecia com o Ministro da Economia. (MORAES, 2002, p. 22).

Após ter sido cenário para a economia da cana-de-açúcar, a partir da década de 1970, século XX, Campos dos Goytacazes passou a ser um polo de grande importância econômica na indústria moderna em função da economia petrolífera. Em contrapartida, se exigia da região Norte Fluminense a difusão de novas tecnologias, a introdução de novos produtos e novas empresas, expansão de novos mercados, aperfeiçoamento e capacitação da mão-de-obra local. Tratando-se do espaço rural, a reserva de mão-de-obra obtida com o fechamento da maioria das usinas sucroalcooleiras da Baixada Campista, era desqualificada em sua maioria para atender à demanda do mercado petrolífero.

Sobre a crise da produção sucroalcooleira no Estado do Rio de Janeiro, principalmente, Pessanha ressaltou que:

Nos anos 80, ainda se tentou junto ao governo a consolidação dos débitos das usinas. Debalde, esperaram os usineiros. Mudando o Ministério de João Figueiredo e a Presidência do I.A.A., nada foi resolvido. O I.A.A. passou a ignorar a cooperativa dos usineiros fluminenses, privilegiando as da Coopersucar paulista, inclusive Barcelos, Cupim e Carapebus, no Estado do rio. Com o fim da Ditadura, em 1985, agravou-se a crise. Com dívida superior a 150 milhões de dólares, tendo o I.A.A. como avalista, acabou não havendo consolidação. O governo Sarney, com seu Plano Cruzado, ainda representou alguma esperança, que logo desvaneceu, em 1987, quando então, começou a derrocada da maioria das usinas. (PESSANHA, 1999, p. 242)

Sobre esta mesma ótica, a respeito da falta de apoio governamental à indústria sucroalcooleira, Silva e Carvalho consideraram que:

Entretanto, a década de 1980 foi crítica para a economia açucareira no Norte Fluminense. As baixas taxas de crescimento do PIB nacional, em meio à espiral inflacionária que se verificou no país, inviabilizaram o crédito privado para novos investimentos e acirravam a dependência dos produtores às, cada vez mais precárias, políticas de subsídios do Governo Federal. Portanto, é compreensível o impacto negativo determinado à região, quando o setor diminuiu a produção no final dos anos 1970 e entrou em colapso nos anos de 1980 e 1990. Os resultados mais visíveis da estagnação econômica do setor e seu impacto sobre a região foram o fechamento de inúmeras usinas, o elevado grau de desemprego gerado e a precarização das relações trabalhistas. (SILVA e CARVALHO, 2004, p.65)

Assim, entendemos que no século XX a região Norte Fluminense se destacou pela economia e poder, em torno da cana-de-açúcar; diferentemente do século XXI, que enfatiza os recursos petrolíferos (royalties e participações especiais) para o desenvolvimento da região.

O período da história da economia sucroalcooleira na região Norte Fluminense evidencia a crise e a desagregação do sistema sucroalcooleiro e, ao mesmo tempo, a importância de se repensarem e reformularem novas formas de relações econômicas com base no mercado e geração de renda pautada na economia petrolífera na Região, que por sua vez não absorvia o contingente de mão-de-obra dispensada com o fechamento das usinas, devido à desqualificação da mesma para atender a este novo mercado.

#### Segundo Piquet:

A ligação entre os campistas e o petróleo se dá por outro ângulo quando em inícios de 1980 a Petrobras começa a oferecer empregos nas plataformas, através de concursos. Naquela época a Escola Técnica Federal de Campos (hoje, CEFET-Campos) já formava 400 técnicos por ano pois, ao longo do século XX, uma sólida estrutura educacional e de formação profissional é constituída, centrada na cidade de Campos dos Goytacazes. Como a atividade açucareira é de baixa exigência quanto à qualificação de mão-de-obra e geradora de um mercado de trabalho sazonal de baixo poder aquisitivo o que por sua vez leva a uma restrição do emprego nos demais setores, a região tornara-se exportadora de mão-de-obra, com ou sem qualificação. Ser petroleiro passou a representar uma nova perspectiva para os jovens da região. (PIQUET, 2004, p. 29-30)

É importante considerar que a maioria das usinas da Baixada Campista decretou falência e, em decorrência dessa situação, a maioria de seus trabalhadores não conseguiu ser reaproveitado enquanto força de trabalho, tornando um exército de reserva de mão-de-obra.

A Cia Agrícola Baixa Grande - Usina Santo Amaro conseguiu manter sua produção e safra até 1992, sem grandes prejuízos, apesar do cenário de crise econômica vivenciado no país. Porém, em 1993, iniciou seu processo de crise pois não conseguia pagar as dívidas geradas com os programas de financiamentos oferecidos pelo governo, os juros eram muito altos e a dívida da usina aumentava muito, simultaneamente à queda da produção ocasionada pela seca.

Em 1994, devido aos atrasos de pagamentos aos operários da usina e também ao pagamento da cana-de-açúcar aos fornecedores, agravava a situação de crise na região. Ocorreram neste período duas grandes greves realizadas pelos operários da usina, inconformados com os atrasos nos pagamentos de seus salários. O tempo de safra diminuiu muito, assim houve uma grande dispensa de trabalhadores, em 1995, e as demissões afetaram neste período 80% do quadro total de funcionários da usina, segundo análise de documentos de arquivos da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro permitida pelo usineiro da Cia.

Nos anos seguintes, foram vendidas algumas propriedades de terras da usina, para pagamento de dívidas aos bancos e também para fornecedores, trabalhadores e direitos trabalhistas aos que foram demitidos. E nesta situação de crise, a produção de cana era cada vez mais reduzida, não conseguindo manter o pagamento das despesas da indústria. A perspectiva do usineiro e de seus administradores, no final da década de 1990, século XX, era de continuar moendo e fornecendo cana para outras usinas na região, porém com o aumento dos problemas ocasionados com a crise econômica, como dívidas a bancos e aos trabalhadores, além de propriedades tomadas pelo Movimento dos Sem Terra, decidiu-se por fechar totalmente a usina, parando todo o seu funcionamento, em 1999.

No decorrer dos anos posteriores, o parque industrial da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, em Baixa Grande, foi totalmente esvaziado, seus maquinários vendidos e também propriedades da mesma, além de muitos bens terem sido penhorados para a Justiça do Trabalho e para pagamentos de dívidas com o Governo Federal. Nos dias atuais, a Cia Agrícola Baixa Grande ainda se mantém juridicamente, com atividades administrativas e contábeis; porém importante registrar que a Usina Santo Amaro foi fechada e decretada falência.

Como visto, neste período da década de 1990, a elite sucroalcooleira campista se encontrava em decadência, o setor sucroalcooleiro entrava em colapso. Os recursos do petróleo e a sua dinâmica substituíam a cana, além do crescimento das cerâmicas de tijolos na região da Baixada Campista absorvia a maioria da mão-de-obra desqualificada da região; sobretudo constatava-se um novo cenário no cotidiano da região Norte Fluminense, caminhões de cana eram substituídos por caminhões de tijolos que abasteciam todo o Estado do Rio de Janeiro e estados vizinhos.

Como considerou Cruz:

O problema do desenvolvimento do NF expressa-se num aparente paradoxo. Por um lado, trata-se de uma região que foi beneficiada pelos recursos voltados para a modernização da agroindústria açucareira, principalmente a partir da década de 50, bem como pelos recursos oriundos da extração do petróleo, a partir da década de 80. E, por outro, de uma região que adentra o século XXI reproduzindo e agravando sua herança histórica mas negativa, de pobreza, de exclusão, de desigualdades sócio econômicas, o que a mantém entre as regiões mais problemáticas em termos de desenvolvimento, no Brasil, enquanto aparece como uma das que detém maior volume de recursos públicos locais para superar essa herança. (CRUZ, 2003, p. 78-79)

Assim, faz-se necessário ressaltar que com a crise do setor sucroalcooleiro e da monocultura da cana que, comprometidos na década de 1980, emergiram do ponto de vista econômico, a produção de petróleo na bacia de Campos e o recebimento de recursos petrolíferos pelas prefeituras e o aumento da produção de tijolos nas cerâmicas da Baixada Campista permitiam novos rumos para a política econômica da região, no final do século XX, ocorrendo uma reestruturação de setores tradicionais da economia da região.

Segundo Cruz:

A permanência da atividade sucroalcooleira, em bases modernas, ao lado dos recursos herdados em função do exercício dessa atividade; o volume de capital fixo e de ambiente construído pela instalação do complexo extrativista do petróleo, pela sua produção e pelos negócios por ela desencadeados; e, a partir do final da década de 80, os royalties e as participações especiais pagos pela Petrobrás aos governos municipais – não têm sido suficientes, por si sós, para alterar o quadro geral e essencial do desenvolvimento daquela região, caracterizado pelo baixo dinamismo do mercado de trabalho e da economia em geral, em termos de atividades econômicas, geração de trabalho e distribuição de renda. (CRUZ, 2003, p. 75-76)

Cabe salientar que na medida em que as usinas da Baixada Campista vão deixando de moer e a matéria prima passava a ser abundante, provocando uma queda acentuada no

seu valor de mercado, isso causava a retração de investimentos públicos neste setor. Simultaneamente ocorria, por parte dos trabalhadores da usina, o medo ao desemprego, levando-os a aceitar salários muito mais baixos, a trabalhar muito além da jornada de oito horas e a ocupar subempregos e atividades informais, como saída para a situação de insegurança e crise as quais estavam vivendo, neste contexto de falência da atividade sucroalcooleira na região.

Cruz acrescentou que:

A produção de cana e de açúcar, ao final da década de 90, realizada, agora em usinas altamente tecnificadas, passou a ser metade da produção do auge nos anos 80, ou seja, de quatro milhões e meio de toneladas de açúcar, contra quase dez milhões atingidos naquela década. O emprego no setor caiu, entre meados de 80 e 2001, de cerca de 50.000 para cerca de 15.000. Foram 35.000 postos de trabalho perdidos e praticamente o mesmo tanto de mão-de-obra deslocada para o mercado de trabalho urbano, desqualificada, em virtude dos baixos níveis de instrução e de educação formal e das condições precárias de vida. (CRUZ, 2004, p. 89)

Dentro deste cenário, ocorreu também o crescimento do trabalho informal, somadas a tudo isso a insegurança e a precariedade de sua proteção social, pois juntamente com a perda do emprego nas usinas, se perdia também sua contribuição na Previdência Social. Sendo assim, a grande parte da população da Baixada Campista, antes mobilizada para o corte da cana e trabalho na usina, se via excluída do emprego formal e regulamentado, tendo como ocupação alternativa o trabalho informal, autônomo e subempregos, que legitimavam a precarização desses trabalhadores.

Essa precarização do trabalho era evidenciada no período da economia sucroalcooleira, porém os trabalhadores tinham o direito à assistência social, direito este que perderam definitivamente com a falência da Usina, passando para responsabilidade do governo Municipal, Estadual e Federal, que não conseguem até os dias atuais atender à tamanha demanda assistida pelas usinas na região Norte Fluminense.

A informalidade tem como consequência a exclusão dos direitos trabalhistas e a assistência social que tinham enquanto trabalhadores da usina. Dessa maneira, com a perda de seu emprego na usina, perdiam também a aposentadoria, seguro-desemprego, assistência à saúde, escola para seus filhos e tantos outros direitos conquistados duramente durante a atividade da produção sucroalcooleira. Se faz necessário salientar que os trabalhadores da agroindústria canavieira, ao longo de sua história, tiveram que

lutar contra o não cumprimento da legislação trabalhista, como também contra as péssimas condições de trabalho degradante e a extrema exploração da sua força de trabalho, esta pautada no modelo de produção fordista.

Inclusive, é importante ressaltar que a exploração do trabalhador na lavoura canavieira ainda ocorre principalmente nas atividades de colheita manual da cana-de-açúcar, no trabalho árduo do corte da cana-de-açúcar em condições precárias, em muitos casos desumanas, ainda é realidade do mundo do trabalho brasileiro.

Além disso, foram muitos os entraves da região Norte Fluminense para solucionar o problema do grande contingente de mão-de-obra assalariada sem emprego, como a questão da qualificação da força de trabalho necessária naquele momento para ser absorvida na economia petrolífera que estava em ascensão. Trazia à tona a necessidade de investimentos em educação básica e técnica, principalmente, com a finalidade de qualificar esses trabalhadores.

Cruz advertiu que:

Não se deve esquecer que a desqualificação e o baixo índice de escolaridade são características históricas da força de trabalho regional, tradicionalmente ocupada em atividades agropecuárias e agroindustriais de baixo nível tecnológico. A mão-de-obra regional sofre, ainda, a concorrência de mão-de-obra que vem de todas as partes do Brasil e do exterior, atraída pelo “novo Eldorado” da extração de petróleo no Norte Fluminense. (CRUZ, 2006, p. 60)

É preciso atentar que o desemprego é a condição de milhares de excluídos do mercado de trabalho; não está relacionado apenas à questão do nível de escolaridade e qualificação profissional do trabalhador pois não é uma questão de mérito pessoal, mas sim conjuntural, não havendo na prática, um modelo de empregabilidade eficaz para atender à demanda do mercado capitalista e garantir a regulamentação trabalhista ao mesmo tempo, sem onerar ambos os lados.

Como visto, se constata no mundo do trabalho atual a impossibilidade de superar a alienação humana promovida pelas condições específicas que o trabalho assume na produção capitalista; a tecnologia a cada dia substitui o proletariado de maneira avassaladora, havendo um aniquilamento do trabalhador frente à falta de novas oportunidades no processo produtivo; ampliação da exclusão social; flexibilização no

mundo do trabalho; desfiliação e fragmentação da sociedade; precariedade e desregulamentação do trabalho.

Vivemos a era das incertezas, principalmente em relação ao mundo do trabalho, visto o aumento do desemprego, dos empregos mal pagos e sem qualificação, terceirização, emprego informal; um cenário decorrente da política neoliberal, da mudança do papel do Estado, das transformações nas relações de emprego, da diminuição da estabilidade no emprego e, principalmente, a flexibilização da organização do trabalho. A esse respeito, Cruz acrescentou que:

Fica mais uma vez evidente, na realidade, que crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento. É preciso conhecer a dinâmica do mercado de trabalho, ou seja, quais são os segmentos da força de trabalho, seu grau de expropriação e as possibilidades de integração na dinâmica econômica regional, bem como identificar quais são as atividades econômicas capazes de mobilizar a força de trabalho e promover a sua inserção enquanto produtora de riqueza, por meio de sua organização e do provimento dos meios para tal (crédito, conhecimento, técnica, instrumentos de trabalho, informação, políticas públicas urbanas e de bem-estar). (CRUZ, 2004, p. 112-113)

No contexto do século XXI, foi notável em Campos dos Goytacazes a expectativa de investir em outras atividades agrícolas, como a fruticultura, como possibilidade de crescimento econômico no espaço rural da Baixada Campista para superar os entraves da monocultura canavieira na região. Como enfatizou Paes (2004, p. 164-167), essa perspectiva coloca os agricultores familiares como foco central do desenvolvimento rural sustentável. Porém, como salientou a mesma autora, para desenvolver a sustentabilidade, cabe aos governos formular políticas de estímulo ao desenvolvimento do espaço rural e facilitar a participação equitativa dos diversos segmentos sociais.

No que concerne ao setor produtivo da Baixada Campista, foram realizados alguns empreendimentos com a proposta de aumentar a oferta de empregos, por exemplo: o FUNDECAM (Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes), criado pela Lei Municipal n. 7.084 de 02/07/2001 e regulamentado pelo Decreto n. 147/2002 de 31/03/2002, ligado à prefeitura, realizou projetos de implementação de empresas na região, porém não houve sucesso, pois a geração de empregos foi ínfima frente à realidade e à necessidade da Baixada Campista

Dessa forma, investindo no espaço rural, utilizando suas próprias condições naturais e estruturais, seria possível diminuir o êxodo de pessoas trabalhadoras para as

idades, reduzindo a miséria, criminalidade e desemprego na região. Silva e Carvalho consideraram que:

Por fim, o novo ciclo de crescimento econômico que se apresenta para o Norte Fluminense e sua associação à difusão de conhecimentos por meio, principalmente, das universidades instaladas na região e da qualificação da mão-de-obra exigida pelo setor mais dinâmico da economia recente, o de petróleo, possibilitam a reestruturação de setores tradicionais da economia regional defasados tecnologicamente, mas de grande potencial produtivo. Esse é o caso da indústria ceramista do Norte Fluminense, constituída por centenas de olarias cuja produção é exportada, essencialmente para as metrópoles do Sudeste do país. Outro setor bastante tradicional na região e com grande potencial para ser dinamizado é a agropecuária. Pode-se, aí, ressaltar os programas públicos de incentivos à modernização e à diversificação da agricultura, em especial a fruticultura, e a possibilidade de modernização das usinas de açúcar da região. (SILVA e CARVALHO, 2004, p. 69)

Constata-se a necessidade de repensar uma política pública para um novo modelo de produção e atividade econômica, em uma região historicamente pautada na monocultura da cana-de-açúcar e que possa buscar e possibilitar alternativas para o mercado de trabalho na Baixada Campista, para superar a decadência do setor canavieiro e do setor das cerâmicas de tijolos, aproveitando suas potencialidades agrícolas e humanas, criando uma nova configuração política econômica que se ajuste à realidade da Baixada Campista.

### **CAPÍTULO 3 – AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO DOS ANTIGOS OPERÁRIOS DA CIA AGRÍCOLA BAIXA GRANDE – USINA SANTO AMARO**

O passado deixou seus traços, suas inscrições, escritas no tempo. Mas esse espaço é sempre, hoje como outrora, um espaço presente, dado como um todo atual, com suas ligações e conexões em ato. (LEFEBVRE, 2006, p. 37)

Neste capítulo, serão analisados os relatos coletados através de entrevistas semiestruturadas e da realização de itinerários com os antigos operários da Cia Agrícola Baixa Grande - Usina Santo Amaro, na localidade de Baixa Grande. Analisa-se, assim, a relação dos antigos operários com a Usina e a percepção deles em relação às mudanças no ambiente de trabalho vivenciadas, as novas histórias e relações sociais construídas por esses trabalhadores.

Para a compreensão da história de ascensão e crise do setor sucroalcooleiro da região, que influenciaram novos arranjos e uma nova dinâmica das forças produtivas e da classe operária. Foram realizadas pesquisas bibliográficas e uma pesquisa com abordagem qualitativa, compreendendo entrevistas semiestruturadas e itinerários com os antigos operários da usina em estudo, verificando com as metodologias trabalhadas como se deu a consolidação de implementações tecnológicas, políticas e econômicas que beneficiaram o setor sucroalcooleiro no país e na região em estudo, até a década de 1990. Bem como uma análise conjuntural da realidade vivenciada pelos antigos operários da usina na rotina de seu trabalho durante todo o tempo de funcionamento e crise deste setor.

Dentro dos métodos presentes no enfoque qualitativo, elegeu-se a pesquisa do tipo qualitativa, cuja finalidade foi conhecer e descrever as características de um fenômeno em estudo, tendo aqui como objetivo levantar e apresentar informações a respeito do mundo do trabalho na Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, evidenciando não só a rotina de trabalho, como também as histórias e vivências emergidas neste espaço e tempo.

A compreensão da construção da metodologia científica pode ser caracterizada, segundo Andrade, da seguinte maneira:

O conhecimento é relativo, nunca acabado; existe uma unidade inseparável entre o empírico e o racional, entre o teórico e o prático, entre o quantitativo e o qualitativo, fazendo romper as dicotomias e

estabelecendo as inter-relações e as contradições; a seleção dos métodos está aliada à definição do objeto de estudo, e o valor ético da produção científica consiste no respeito à diversidade de conhecimentos. (ANDRADE, 2010, p.30)

O principal critério de seleção dos entrevistados foi o tempo de serviço dos mesmos na Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro e um segundo critério, também importante, era os mesmos terem trabalhado em funções diferentes na usina. Pela condição de eu ser moradora da localidade e ter um sentimento de pertencimento à história de trabalho da usina, foi possível entrar em contato com os antigos operários e formalizar o convite para a realização das entrevistas e itinerário com alguns deles.

A respeito da metodologia do itinerário, a mesma foi aplicada logo após a entrevista realizada com o apoio de um fotógrafo e um filmador pois dessa maneira o percurso com o entrevistado possibilitou um momento de reflexões e vivências compartilhadas com a atenção merecida. O entrevistado teve a função de um guia no espaço físico da localidade e da usina em estudo, apontando os espaços relevantes para ele, assim como os locais onde ele parava com frequência ou não, no percurso que fazia para ir para o trabalho, onde se encontrava com amigos e/ou familiares, a chegada à usina, compreendendo sua visão e interpretação, maneiras de ver, sentir e agir no universo de trabalho construído nesse espaço.

A partir do itinerário realizado, foi preciso elaborar um mapa mental, mostrando as concepções do entrevistado, suas percepções do lugar percorrido, identificando comércio, praças, lugares, que considerou relevantes ou simbólicos para ele. É um referencial teórico metodológico, que possibilitou interpretar as antigas e novas histórias, memórias e vivências das relações sociais construídas por esses trabalhadores.

#### **De acordo com Petiteau e Pasquier:**

O itinerário é uma experiência partilhada entre o pesquisador e o outro. Esse método se assemelha aos métodos biográficos pois, além do tema de investigação, a história vida continua a ser o fio condutor durante todo o ciclo da relação entre o pesquisador e o outro, sem que a história se confunda com um testemunho. (PETITEAU e PASQUIER, 1987, p. 1)

Ao longo dos percursos realizados com a metodologia itinerário e das entrevistas feitas, foi possível revelar muitas histórias que mostraram trajetórias de trabalho e de vida

entre experiências de quando trabalhavam na usina e com o fechamento da mesma, histórias do cotidiano que teceram uma forma de memória importante para se desvelarem as experiências desses antigos operários e as novas condições de trabalho encontradas por eles com o declínio da economia canavieira. Segundo Petiteau e Pasquier:

O percurso não é somente o deslocamento no território do outro, é ao mesmo tempo, um deslocamento em seu universo de referências. O território é, simultaneamente, aquele que é experimentado e percorrido no espaço-tempo dessa jornada e aquele do relato metafórico. (PETITEAU e PASQUIER, 1987, p.3)

O método do itinerário foi elaborado para atender a pesquisas no espaço urbano, porém com a contribuição da professora Catherine Reginensi (UENF), o mesmo foi adaptado ao trabalho em estudo no espaço rural do município de Campos dos Goytacazes. Como se constata a seguir, foi uma experiência enriquecedora, que provou ser possível a aplicação deste método a outros territórios pois tornou-se um diálogo entre pesquisador e entrevistado, com diferentes nuances e provocações, que resultaram em um trabalho de pesquisa qualitativa complexo e de grande percepção do objeto de estudo proposto.

### **3.1 – As entrevistas semiestruturadas: a percepção dos antigos operários em relação às mudanças vivenciadas no ambiente de trabalho**

Feita a revisão bibliográfica a respeito da trajetória histórica do mundo do trabalho e a história do setor sucroalcooleiro em Campos dos Goytacazes, desde o século XX aos dias atuais, relacionando com o contexto nacional e internacional, este trabalho passa a se dedicar, nesta seção, a analisar as entrevistas realizadas com os antigos operários, demarcando os fatos essenciais ao objeto de estudo.

Objetiva-se compreender: os relatos dos antigos operários na perspectiva de conhecer alguns fatos da vida operária na usina, as suas relações com as inovações tecnológicas ao longo do funcionamento da mesma; as relações sociais e cotidianas emergidas nesse espaço; a rotina de trabalho; a política trabalhista evidenciada no decorrer de suas funções; a experiência vivida durante as mudanças socioeconômicas ocorridas após o fechamento da usina, caracterizando os novos paradigmas de trabalho e vida dos operários entrevistados da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro.

Para este trabalho de pesquisa, adotou-se o formato de entrevistas semiestruturadas, onde os entrevistados foram inicialmente indagados sobre a questão do mundo do trabalho na usina, sobre como era trabalhar na Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro. Logo em seguida, dava-se início às questões direcionadas a partir de temas/tópicos, oportunizando ampla liberdade para o entrevistado relatar suas vivências e memórias do período vivido enquanto operário da usina.

Entre os meses de agosto de 2018 até janeiro de 2019, foram realizadas as entrevistas com os antigos operários da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro. Foram 10 entrevistados e os mesmos autorizaram a divulgação das entrevistas dadas. As entrevistas foram gravadas e ocorreram, na sua maioria, na localidade de Baixa Grande, na Baixada Campista, pertencente ao município de Campos dos Goytacazes, região onde se concentrava a maior parte da produção sucroalcooleira do município. A localidade de Baixa Grande fica à margem da Rodovia 216, fica a 33 Km da cidade de Campos dos Goytacazes e próxima à praia de Farol de São Thomé.

Importante destacar que uma entrevista foi realizada na sede da Associação Fluminense dos Plantadores de Cana, ASFLUCAN, já que o entrevistado ainda mantém ligações com a instituição. E a entrevista com o usineiro foi realizada em sua residência na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Copacabana, na Zona Sul.

O primeiro encontro com os entrevistados aconteceu de uma maneira informal, exploratória, no intuito de obter informações para a elaboração de um roteiro de entrevistas e para a organização dos itinerários no cenário das ruínas da usina e do escritório da mesma. Os relatos desse primeiro encontro foram de grande valor, carregados de histórias de vida, cotidiano, relações sociais e culturais, das suas aspirações enquanto operários, uma reconstrução da realidade em que viveram, durante o auge e declínio da usina.

Os dez entrevistados atuaram em diferentes ocupações durante o período em que trabalharam na Usina: 1 mecânico, 1 tratorista, 1 técnico agrícola, 1 laboratorista, 2 controle de estoque/ almoxarifado e serviços administrativos e contábeis, 1 auxiliar do Departamento Agrícola e secretária da Diretoria, 1 administrador do departamento de dados e processamento/ computador, 1 balanceiro e auxiliar de escritório, 1 soldador. Foi realizada ainda uma entrevista com o usineiro, Dr. Fernando De La Riva Averhoff.

Inicialmente apresentamos o perfil dos entrevistados, dados coletados com as entrevistas concedidas pelos mesmos:

- Entrevistado 1 – Amaro Rangel da Silva (Figura 17) - 77 anos, morador da localidade de Baixa Grande, trabalhou na Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, durante 30 anos; ocupou cargos de tratorista no início do seu trabalho na usina e depois foi promovido a mecânico. Foi aposentado como mecânico da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro. Durante todo o trabalho prestado à Cia, teve sua carteira de trabalho assinada pela mesma. Com o fechamento da usina, abriu uma oficina mecânica, na mesma localidade em que reside, onde trabalha até os dias de hoje com seus dois filhos.

**Figura 17: Entrevistado Amaro Rangel da Silva**



Fonte: Créditos da fotógrafa Flávia Freitas, foto tirada em 24 de agosto de 2018.

- Entrevistado 2 - Salvador Monteiro Braga (Figura 18) – 64 anos, morador da localidade de Baixa Grande, trabalhou por 20 anos na Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, na lavoura e como tratorista, com carteira de trabalho assinada. Com o fechamento da usina, ficou durante um tempo no corte de cana em outras comunidades da Baixada Campista. Depois de três anos, tornou-se funcionário de cerâmica de tijolos, trabalhando em diversas atividades, de acordo com a necessidade da cerâmica. Hoje, se encontra aposentado pela cerâmica.

**Figura 18: Entrevistado Salvador Monteiro Braga**



Fonte: Foto arquivo pessoal, tirada em 23 de agosto de 2018.

- Entrevistado 3 – Antônio Soares (Figura 19) – 56 anos, foi morador da localidade de Santo Amaro, trabalhou por 8 anos na Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, como técnico agrícola no projeto de irrigação das lavouras canavieiras de propriedade do usineiro. Trabalhou para a mesma com carteira de trabalho assinada. Com o fechamento da usina, conseguiu um trabalho na prefeitura de Campos dos Goytacazes, como inspetor da vigilância sanitária. Atualmente mora no bairro Parque Imperial, atuando ainda no setor da vigilância sanitária.

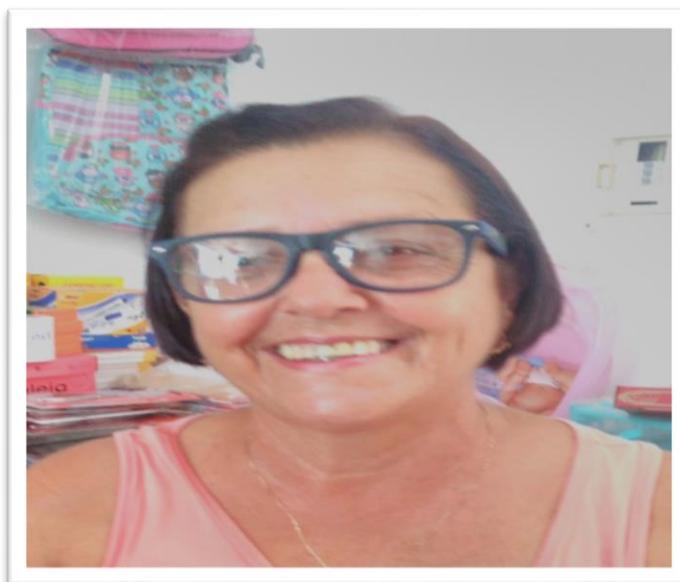
**Figura 19: Entrevistado Antônio Soares**



Fonte: Foto arquivo pessoal, tirada em 10 de setembro de 2018.

- Entrevistado 4 – Janete Lima Gomes (Figura 20) – 55 anos, moradora da localidade de Baixa Grande, trabalhou por um período de 6 anos na Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, até o seu fechamento no cargo de laboratorista da usina; com carteira de trabalho assinada. Com o fechamento da usina, foi morar na cidade de Santos, em São Paulo, trabalhou no comércio. Há dez anos, retornou para a localidade de Baixa Grande e abriu uma loja de produtos diversos, de material de papelaria a presentes. Não é aposentada, trabalha por conta própria, ou seja, autônoma.

**Figura 20: Entrevistada Janete Lima Gomes**

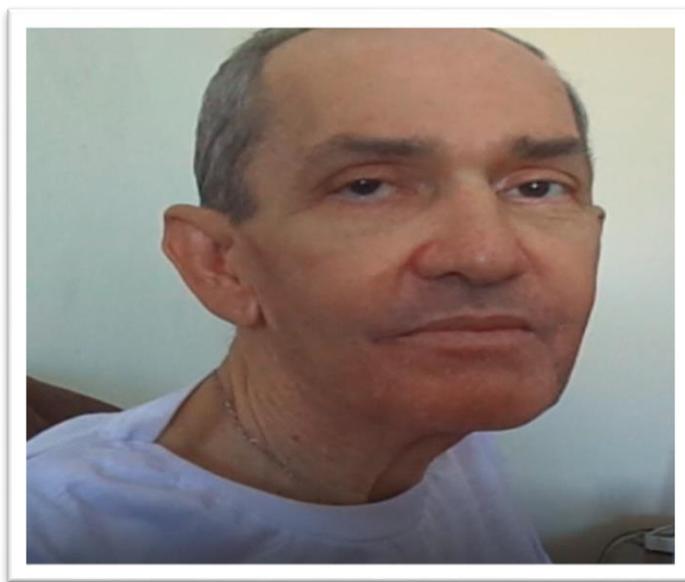


Fonte: Foto arquivo pessoal, tirada em 15 de setembro de 2018.

- Entrevistado 5 – Josemilton Ribeiro (Figura 21) – 60 anos, morador da localidade de Baixa Grande, trabalhou na usina por 25 anos, inicialmente na Fábrica de sapatos que era pertencente ao grupo Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro. Logo em seguida, foi trabalhar como balanceiro, atuando em diversas balanças tanto dentro do pátio industrial quanto fora. Depois, foi promovido para o trabalho no almoxarifado da usina, no controle de estoque e materiais. Por último, foi trabalhar no escritório da usina, cargo que atuou até quase o fechamento da usina pois, faltando alguns meses para ser decretada a falência, o operário pediu demissão da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro.

Durante todo o tempo de trabalho para a Cia, teve sua carteira de trabalho assinada pela mesma. Com o desligamento da usina, terminou seus estudos na área de saúde e depois de muitos esforços e na condição de desempregado por alguns anos, conseguiu emprego como enfermeiro por contrato. Atualmente, se encontra afastado por doença.

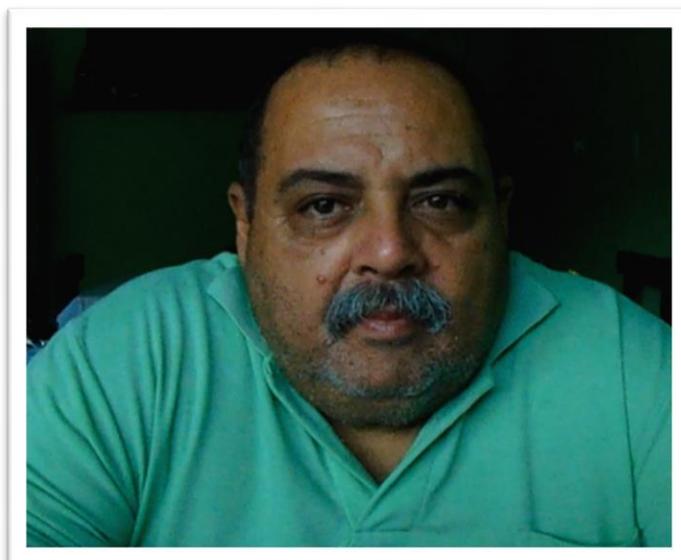
**Figura 21: Entrevistado Josemilton Ribeiro**



Fonte: Foto arquivo pessoal, tirada em 20 de setembro de 2018.

- Entrevistado 6 – Aguinaldo Pessanha Fernandes (Figura 22) - 59 anos, morador da localidade de Baixa Grande, trabalhou na usina por 16 anos, exerceu inicialmente a função de balanceiro, posteriormente nos serviços do almoxarifado e no escritório no departamento de contabilidade. Em todo o tempo de serviço prestado à Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, teve sua carteira de trabalho assinada pela mesma. Com o fechamento da usina, ficou desempregado por alguns meses, fazendo alguns biscates nas cerâmicas da localidade. Depois foi morar e trabalhar em Macaé, onde trabalhou em uma empresa que prestava serviços à Petrobras; com o fechamento da empresa, depois de 6 anos de trabalho, retornou a Baixa Grande, abriu um negócio próprio, uma lanchonete e atualmente um self service, sendo autônomo.

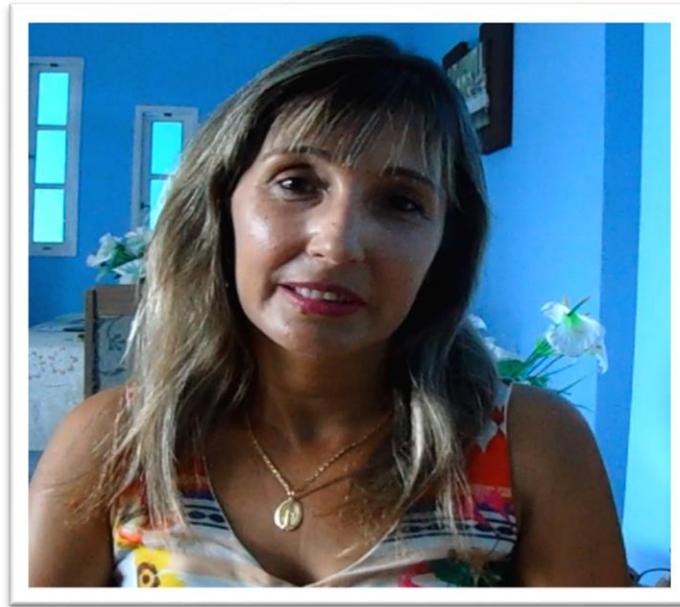
**Figura 22 – Entrevistado Aguinaldo Pessanha Fernandes**



Fonte: Foto arquivo pessoal, tirada em 28 de setembro de 2018.

- Entrevistado 7 – Adriana Rangel Dias (Figura 23) - 46 anos, moradora da localidade de Baixa Grande, trabalhou na usina por 6 anos, no escritório de contabilidade da usina. Inicialmente, atuou como auxiliar no Departamento Agrícola, responsável em contabilizar toda a quantidade de cana extraída dos canaviais e, também nesta função, fazia pagamentos aos fornecedores e lidava diretamente com eles. Depois, foi promovida à Secretária da Diretoria, atuava diretamente com o usineiro Dr. Fernando De La Riva e com sua diretoria. Em todo o tempo de serviço prestado à Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, teve sua carteira de trabalho assinada pela mesma. Com o fechamento da usina, ficou desempregada e depois de alguns meses iniciou um trabalho de biscate em uma cerâmica da localidade. Depois de alguns anos, conseguiu terminar sua graduação fez licenciatura em Letras; trabalha há cerca de cinco anos como professora concursada da Rede Estadual de Ensino e atua também como gerente da cerâmica de seu esposo.

**Figura 23: Adriana Rangel Dias**



Fonte: Foto arquivo pessoal, tirada em 20 de outubro de 2018.

- Entrevistado 8 – Milton Roberto da Silva Campista (Figura 24) 58 anos, morador da localidade de Baixa Grande, ainda é trabalhador da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, há cerca de 40 anos trabalha para a família De La Riva. Apesar do fechamento da Usina, continua prestando serviços de administração e contabilidade à Cia Agrícola Baixa Grande. Em 02 de julho de 1979, iniciou sua carreira profissional na Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, atuando como auxiliar de escritório, no setor de custos e responsável pelo pagamento na Lavoura; em 1984, foi convidado a fazer parte do setor de informática; em 1989, foi promovido a encarregado geral do setor de Processamento de Dados da Usina e Desenvolvimento de Sistema de Computação da mesma. E por fim, atuou como um dos diretores da Cia até o fechamento da Usina. Atualmente, é administrador e responsável pela contabilidade da Cia Agrícola Baixa Grande, administrando as propriedades e bens da mesma, além de todo o trabalho jurídico da mesma ao Governo e Ministério da Justiça.

**Figura 24: Entrevistado Milton Roberto da Silva Campista**



Fonte: Foto arquivo pessoal, tirada em 22 de novembro de 2018.

- Entrevistado 9 – Pedro André Ferreira de Souza (Figura 25) – 61 anos, morador da localidade de Baixa Grande, trabalhou na usina por cerca de 25 anos, como soldador. Durante todo o tempo de serviço prestado à Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, teve sua carteira de trabalho assinada pela mesma. Com o fechamento da usina, ficou desempregado por alguns meses. Nesse período, trabalhou fazendo alguns serviços de solda para as cerâmicas da localidade. Depois de algum tempo, resolveu, com muita dificuldade financeira e com a ajuda de um irmão empregado da Petrobrás, abrir seu próprio negócio: uma serralheria, sendo autônomo.

**Figura 25: Entrevistado Pedro André Ferreira de Souza**

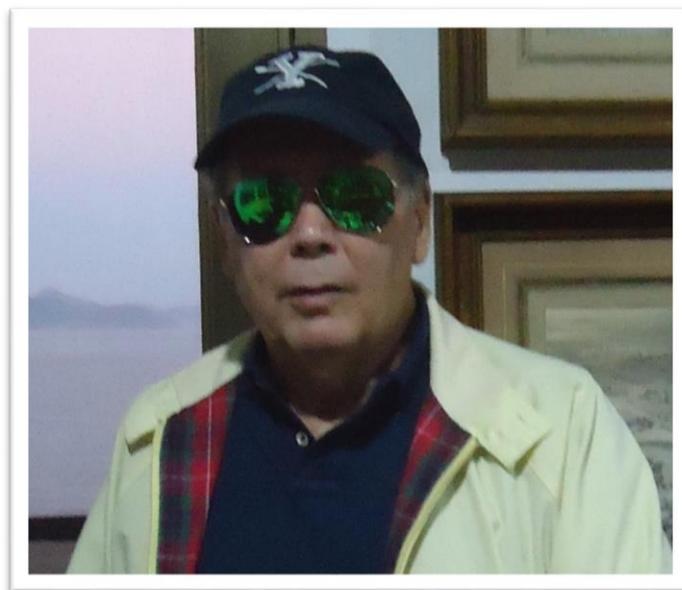


Fonte: Foto arquivo pessoal, tirada em 12 de janeiro de 2019.

Também contribuiu para esta pesquisa, a entrevista concedida pelo usineiro da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, Dr. Fernando De La Riva Auverhoff, que atuou na função de usineiro desde sua juventude, ajudando seu pai na administração da usina até o fechamento da mesma em 1997; de grande importância as informações dadas sobre o funcionamento da indústria, do auge ao seu declínio, oportunizando a compreensão dos projetos elaborados e executados pelo governo Federal no setor da economia sucroalcooleira no país, além da imensurável contribuição com seu acervo pessoal de imagens de todo o processo de produção e trabalho na usina. Na pesquisa, seu depoimento foi nomeado como:

- Entrevistado 10 – Dr. Fernando De La Riva Auverhoff (Figura 26) - nascido em Cuba, foi morador da localidade de Baixa Grande, da década de 1950 ao final da década de 1990. Atualmente, mora na cidade do Rio de Janeiro. Ainda mantém propriedades na localidade de Baixa Grande, a qual visita de vez em quando.

**Figura 26: Dr. Fernando De La Riva Auverhoff**



Fonte: arquivo pessoal, foto tirada no dia 30 de agosto de 2018.

As entrevistas duraram, por entrevistado, de duas a três horas pois além do tempo dispendido para responder ao roteiro dos temas/tópicos elaborado para a realização da entrevista, a conversa percorria livremente pelas memórias e vivências do tempo em que foram operários da usina.

O roteiro de entrevistas respeitou as funções dos antigos trabalhadores na usina, assim os temas/tópicos abordados eram direcionados a temas gerais e específicos e à função exercida por cada um deles. Do ponto de vista mais amplo, se indagou sobre:

- Tempo de serviço na usina;
- Carteira assinada nas funções exercidas;
- Funções exercidas pelos trabalhadores;
- Ambiente de trabalho;
- Relação entre os trabalhadores dentro e fora da usina;
- Pagamento de horas extras;
- Rotina diária;
- Relação com o chefe mais próximo e com o usineiro;
- Condições de higiene e segurança;
- Participação do sindicato no cotidiano da usina e se os trabalhadores eram sindicalizados ou não;

- Assuntos a respeito de sua família, como filhos, casados ou não; escolaridade dos filhos, esposa trabalhava fora ou não, etc. no período em que trabalhava na usina;
- Oportunidade de “subir” de cargo na usina;
- Oportunidade de fazer cursos de aprimoramento e técnico concedido pela usina;
- Assistência Social concedida pela usina – usufruía deste benefício, de que maneira;
- Recordações do tempo de serviço, momentos positivos e negativos na trajetória profissional na usina;
- Lazer e Cultura oferecidos pela usina;
- Habitação, moradia na vila operária ou não?
- O que ocasionou na vida do trabalhador o fechamento da usina;
- Participação em greves e movimentos por direitos trabalhistas e melhores salários;
- Atividade ou trabalho exercido posteriormente ao fechamento da usina;
- Necessidade de migrar em busca de trabalho;
- Condições econômicas e sociais da localidade, com o fechamento da usina.

Em relação aos assuntos mais específicos às funções exercidas na usina, foram:

- Atividades desenvolvidas;
- Caracterização do setor de trabalho, horário, disciplinas e regras;
- Inovações tecnológicas no setor de trabalho;
- Tempo gasto na produção do açúcar ou nas funções exercidas, era controlado ou não pela gerência;
- Exercia alguma influência sobre os operários, lutava por direitos trabalhistas e melhores salários;
- Opinião sobre a atuação do Sindicato na época em que trabalhou na usina;
- Sofreu algum acidente de trabalho ou presenciou algum?
- Indenização recebida da usina ou não, em algum período específico e com o fechamento da mesma;
- Atividade que ocupava no momento do declínio da usina;

- As atividades exercidas após o fechamento da usina;
- Como era ser operário da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, frente à comunidade, amigos e familiares.

A maioria das entrevistas ocorreu na residência dos operários da usina, na presença de familiares; a pesquisa e as entrevistas revelaram muitos sentidos e reflexões do tempo em que trabalharam na usina, as relações trabalhistas, as funções exercidas na mesma, o papel social exercido enquanto trabalhadores, sendo muito relevante a memória do cotidiano dentro da usina, a participação ativa no processo de produção do açúcar e álcool, a ação no sindicato ou não, a realidade e direitos assistidos pela assistência social, os ganhos e perdas em todo esse tempo dedicado ao trabalho na produção sucroalcooleira.

As entrevistas aqui analisadas delinearam as formas como os antigos operários viveram e compartilharam suas vivências no mundo do trabalho da usina e foram singulares e muito particulares a cada um. Muitos relatos, carregados de história cotidiana e sentimentos afetivos relacionados ao espaço da usina, foram percebidos e qualificados no teor da pesquisa. Olhar, sentir e pensar são ações inseparáveis pois a memória é a relação do indivíduo com a sua história, esta plural na forma de expressar e compreender o mundo em que vive. Assim, do ponto de vista metodológico, tratou-se de buscar a verdade dos fatos relatados pelos antigos operários com sensibilidade, investigação, reflexão e análises que pudessem desvendar a subjetividade do mundo do trabalho vivido por essas pessoas, que foram protagonistas da história da Usina Santo Amaro, desde o auge até o seu declínio.

Por esse viés, foram iniciadas as entrevistas com os antigos operários da usina e com o usineiro e logo foi perceptível, em todas as entrevistas realizadas, um sentimento de saudosismo em relação à época em que trabalharam na usina. Refletindo uma interpretação de realidades distintas, de acordo com as funções executadas durante o funcionamento da usina, com uma grande representação histórica de suas práticas sociais, políticas e culturais articuladas naquele contexto vivido durante a atividade sucroalcooleira da região Norte Fluminense.

No decorrer das entrevistas, era possível perceber que as respostas dadas eram muito semelhantes entre os entrevistados. Em outras palavras, o que muitos destacaram

como importante, inesquecível, revelador, se obtinha com exatidão no depoimento do outro. Os pequenos acontecimentos do cotidiano, aparentemente sem maior importância, ganhavam a sua verdadeira dimensão ao serem relacionados com todo o processo da pesquisa realizada sobre o auge e declínio da produção sucroalcooleira na Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro.

Pesquisar o mundo do trabalho na Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro é entender que em tempos históricos num espaço diverso, produziram-se histórias de vida, onde os trabalhadores criaram e recriaram sua existência não só materialmente como afetiva e simbolicamente. Trata-se de uma pesquisa que, muito mais que destacar o mundo do trabalho e as análises sobre o mesmo, tenta resgatar o passado para compreender mais adequadamente o presente da Baixada Campista. Trata-se de um resgate de memórias e histórias vivas e particulares, neste mundo tão exposto à exploração e precarização como é o mundo do trabalho.

Metodologicamente, cabe destacar a importância da análise do contexto sócio cultural e econômico da região em estudo, implicando analisar a lógica capitalista, a exploração e precarização do trabalho, a construção de uma memória coletiva no espaço da usina, o ser e o agir dos operários no auge e declínio da atividade sucroalcooleira exercida por eles. É importante explicar que a memória coletiva seria o passado concebido e vivo na consciência presente dos indivíduos já que é sabido que a história e a memória estão intrinsicamente ligadas, como afirma Le Goff (1992, p. 473), a história seria a forma científica da memória coletiva.

As entrevistas realizadas foram muito ricas pela qualidade dos depoimentos obtidos. Os entrevistados revelaram suas vivências, fatos, acontecimentos, significados, segredos esquecidos, leitura das experiências vividas, sua identidade de operário da usina, muitas características de um universo que até então estava adormecido em sua memória.

De grande relevância para a pesquisa e compreensão da dinâmica capitalista no setor sucroalcooleiro, a entrevista concedida pelo usineiro Dr. Fernando De La Riva pois muito acrescentou a respeito da política intervencionista estatal, atuação do IAA e a respeito das implementações tecnológicas feitas pela Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro. Sobre a chegada de sua família ao Brasil e compra da Usina Santo Amaro, relatou:

Nossa família De La Riva saiu de Cuba, foi direto para o Estado da Flórida, nos Estados Unidos. Foi realizada uma sociedade com Henry Ford, dono da Ford, para construir a usina Talismã. Quando todo parque industrial estava montado e a plantação de cana pronta para colher, uma geada destruiu toda plantação. Daí resolvemos vir para o Brasil, primeiramente para o nordeste. Envolvido com cana desde Cuba, sabíamos quem procurar na região. Foi através desse conhecimento que chegamos até Campos e montamos nosso patrimônio maior que foi a Cia Agrícola Santo Amaro. Depois de muitos anos gerando empregos e tendo muitos lucros, o negócio passou por crises e chegou ao fim.

É importante considerar que a profundidade nas entrevistas só foi possível quando os entrevistados sentiram-se à vontade para contar sua trajetória de vida, desde sua infância à fase adulta, expressando seus momentos de alegrias e superações ao lado dos familiares e comunidade. Por diversas vezes, foram surpreendidos pela emoção e exposição de suas vidas e trajetórias de muitas lutas e fragilidades, principalmente a respeito das situações que viveram no mundo do trabalho para conseguir o sustento de suas famílias. E a partir de todos os relatos, a importância de extrair dos mesmos as semelhanças, diversidades e ambiguidades referentes ao objeto de estudo, ou melhor, ao espaço vivido e concebido do trabalho executado na usina.

Tornava-se preponderante, portanto, iniciar o trabalho de organizar, recortar, ordenar, transcrever e distinguir o que era pertinente ou não ao objeto de estudo da pesquisa realizada, tendo a compreensão de toda a complexidade das histórias concebidas e representadas durante este processo de construção metodológico.

As entrevistas semiestruturadas permitiram revelar a rotina e as vivências relacionadas ao mundo do trabalho dos antigos operários da usina, estabelecendo uma relação de significados do passado e do presente enquanto trabalhadores, pensar e repensar o trabalho vivido por eles, a compreensão das mudanças ocorridas ao longo de sua trajetória de trabalho na região da Baixada Campista no decorrer dos anos, as suas trajetórias de vida modificadas com o declínio sucroalcooleiro na região e as alternativas buscadas por eles para saírem da situação de desempregados.

Desde o início das entrevistas, era notável o não querer falar a respeito da precarização do trabalho no ambiente das oficinas e do pátio industrial da usina. Foram assuntos delicados e os entrevistados não oportunizaram condições para conversar a respeito. Os entrevistados foram mais receptivos para falar de assuntos como as relações sociais e cotidianas emergidas nesse espaço, a rotina de trabalho, a política trabalhista

evidenciada no decorrer de suas funções, a experiência vivida durante as mudanças socioeconômicas ocorridas após o fechamento da usina. Desta forma, foram organizadas as análises a partir dos temas de maior relevância, obtidos com as entrevistas.

### **3.1.1 - Assistência Social**

Como ponto de partida, nas entrevistas, quando perguntados a respeito da assistência social prestada pela usina aos operários, foi unânime a resposta de todos os entrevistados em relação às relevantes ações praticadas pela assistência social da Usina para a vida dos trabalhadores e seus dependentes, familiares.

Todos relataram a dependência que tinham dos serviços prestados pela assistência social, como: médicos, dentistas, enfermeiros, escolas, remédios, moradia, lazer e tantos outros benefícios concedidos a eles, no tempo em que trabalharam como operário da Usina. Apontaram ainda que trabalhavam com entusiasmo em troca dos direitos concedidos pelo usineiro.

Seguem, abaixo, alguns relatos sobre o tema abordado nas entrevistas:

Meus filhos estudaram na escola da localidade, a usina pagou tudo: do uniforme ao material escolar. Tinha tudo meus filhos. Entrevistado Salvador Monteiro Braga

(...) me lembro que a usina, lá dentro dela, tinha médico, enfermeiro, dentista, era só ir lá e marcar nosso horário. Atendiam a gente bem, minha família tinha direito também. Quando era caso muito grave a gente era levado no Hospital dos plantadores de Cana. Entrevistado Amaro Rangel da Silva

Fiz muito uso da assistência social concedida pela usina, em todos os anos que ela funcionou. Primeiro, como filha de operário, pois meu pai era mecânico na usina. Assim desde pequena ia ao médico e dentista no ambulatório da usina. Meus estudos até o ensino fundamental II, o antigo ginásio foi pago pela usina, no Colégio Cenecista Santa Terezinha, da localidade, até o material escolar eles davam. E quando na fase adulta fui trabalhar na usina também fiz uso da assistência social, eram médicos muito bons, nos atendiam muito bem. Quando precisava de remédio, era só levar a receita na farmácia da localidade. Boas lembranças dessa época. Entrevistada Adriana Rangel Dias

Notável também, em todos os depoimentos realizados, que para esses trabalhadores a precarização em que viviam não era tão sentida por eles, devido à assistência social que tinham na usina pois, para eles, a garantia de consultas médicas, odontológicas, enfermagem, remédios, escolas, atendimento especial caso precisassem

de hospitais, tanto para eles como para os seus dependentes, era mais importante que lutar por ou reivindicar melhores salários. A exploração do trabalho assalariado pelo capital não era perceptível no mundo do trabalho da usina pelos antigos operários, devido ao trabalho exercido pela assistência social na vida deles e de seus familiares, intensificando a alienação e silenciando a voz operária do setor sucroalcooleiro. O assistencialismo articulava uma visão de mundo do trabalho na usina sem lutas operárias, ou até mesmo, sem consciência operária em que a precarização do trabalho deixava de ser perceptível pela maioria dos trabalhadores.

Afirmaram que o usineiro e sua família eram muito presentes na vida deles, havendo uma relação muito próxima e quando precisavam de algo urgente, de grande necessidade, eram atendidos rapidamente. Como relatou o entrevistado abaixo:

Quando minha esposa passou mal para ter nosso primeiro filho, o usineiro colocou à disposição seu carro e motorista, levando a gente para o Hospital dos Plantadores de Cana imediatamente e deu toda cobertura para que ela fizesse uma cesariana, já que estava tendo complicações para um parto normal. Isso não tem preço. Entrevistado Josemilton Ribeiro

Teve ainda, outro caso, que destaca bem o papel importante desempenhado pela assistência social, no cotidiano da usina no auge do funcionamento da mesma, lembrado pelo operário Josemilton Ribeiro:

Um operário da usina teve apoio do usineiro para fazer um tratamento de saúde em um de seus filhos na cidade do Rio de Janeiro; tudo pago pelo usineiro, como: passagens, consultas, hospedagem, remédios e tudo mais que fosse necessário.

Em tempo de incertezas no mundo global, em todas as entrevistas, foi unânime o medo dos operários perderem seu emprego e seus direitos, ficarem desempregados. Era o mesmo que ficar sem a assistência social concedida pela usina pois eram preocupados com o sustento de suas famílias e os direitos à saúde e educação que seus dependentes tinham. Os relatos feitos pelos antigos operários revelaram a dependência que tinham com os serviços prestados pela Assistência social e indicavam uma situação vivida por eles de dependência e dominação capitalista.

### **3.1.2 - Questão Habitacional**

Outro aspecto abordado foi a questão habitacional. Foram construídas vilas operárias e as casas eram distribuídas de acordo com as funções exercidas na usina. Para

os operários que exerciam as funções administrativas e de chefia, eram destinadas casas maiores e centralizadas, mais próximas à usina. Para os trabalhadores ligados diretamente à produção, embarque e desembarque da cana e corte da cana, e outras funções dentro do pátio industrial eram destinadas casas menores e separadas uma da outra por uma única parede. Chamavam de casas geminadas. Estas eram mais afastadas da usina, próximas aos valões por onde passava o vinhoto da usina. As moradias refletiam fielmente a realidade do sistema capitalista, em outras palavras, a desigualdade social.

As moradias concedidas eram mais uma forma de controle sobre o trabalhador, que não se restringia apenas ao interior da usina, mas também ao espaço em que viviam e circulavam. Como afirma Chalhoub:

A construção das vilas operárias onde os trabalhadores moravam, as festas e comemorações locais, o trabalho feminino e infantil são algumas das faces desse processo de organização social e da inculcação de novos valores na vida do trabalhador livre. (CHALHOUB, 1986, p. 30)

Neste sentido, era profundamente arraigada nas relações entre patrão e empregado, a questão do trabalho que era recompensado pelo direito à moradia, saúde, educação, como favores prestados pela usina aos seus trabalhadores e não como obrigações que deveriam ser cumpridas pelo usineiro, tais decretadas pelo I.A.A. (Instituto do Açúcar e do Alcool) para que as usinas continuassem recebendo apoio financeiro do governo Federal.

A entrevistada Adriana Rangel Dias ressaltou que, ao se casar, também com um operário da usina, que exercia a função de encarregado, receberam da usina uma casa que segundo ela:

(...) era grande e espaçosa, próxima ao escritório da usina. Lugar que eu e meu marido trabalhávamos. (...).

Já o entrevistado Josemilton disse que:

Minha casa era boa, mas era geminada com outro colega de serviço. Era separada, nossas casas, por uma parede.

O entrevistado Pedro André Ferreira de Souza relatou que sua casa era na Vila Operária, na rua de Pitangueiras, chamada de “Rua de Casa”, e disse:

Minha casa era bem menor, porque eu era soldador. Era geminada com outro colega do setor. Não era espaçosa como as casas dos

encarregados. Mesmo assim, vivia muito bem com minha família. Lembro que não havia muros, a gente acabava participando um da vida do outro. Apesar de muitas vezes gerar muita confusão, até sinto falta hoje.

### **3.1.3 - Lazer e Cultura**

Foi indagado também sobre as formas de lazer e cultura oferecidas pela Usina aos trabalhadores e todos os entrevistados relataram o orgulho e satisfação de fazer parte da equipe de trabalhadores da usina e participar das atividades por ela patrocinadas. Em relato, o entrevistado Antônio Soares disse que:

Fazer parte de um time de futebol da usina e jogar com outros times da Baixada Campista, de diversas usinas da região, era um orgulho. Além do futebol, também ocorriam muitas festas promovidas pela usina, como o Dia do trabalhador, em que além de uma missa na dependência da Usina, havia também sorteios, premiações e shows para os trabalhadores e seus familiares. Tenho boas lembranças desta época. Levei muito troféu para a usina, meu time sempre ganhava os torneios de futebol da Baixada.

Alguns entrevistados se recordaram do antigo cinema, que tinha na localidade de Baixa Grande, uma iniciativa do dono da Usina. Eles costumavam frequentar o cinema nos dias de domingo com a família.

O entrevistado Salvador Monteiro Braga disse com emoção:

Minha primeira vez no cinema foi em Baixa Grande, o lugar era tão bom que tinha até cinema. Gostava de ir levando minha família. Lembro como se fosse hoje, nossa euforia para ver passar os filmes.

Lembraram também das missas antes da moagem e no término da mesma, pedindo proteção divina para a produção do açúcar e álcool, todos participavam, inclusive a família do usineiro e toda a comunidade.

Todos os entrevistados relataram a respeito das festividades religiosas e das missas antes e depois da moagem, o entrevistado Josemilton Ribeiro destacou:

Toda a comunidade podia participar, o portão ficava aberto. Os alunos das escolas também. O padre benzia todos os maquinários e fazia prece por uma boa produção naquele ano. Eu me sentia agradecido por fazer parte daquele mundo.

### **3.1.4- Condições de Higiene e Segurança**

Em relação a este assunto, foi unânime o relato dos entrevistados em afirmar que havia preocupação por parte da diretoria da Cia Agrícola Baixa Grande - Usina Santo Amaro com: a segurança, instalações de equipamentos de segurança, limpeza e higiene, havendo um setor responsável somente pela limpeza, tanto do pátio industrial como da parte administrativa.

O entrevistado Milton Roberto da Silva Campista destacou:

(...) a usina pagava aos trabalhadores pela insalubridade, era preocupada com a questão por exemplo de muito barulho no pátio industrial causar algum dano para a saúde dos trabalhadores. Me lembro bem também da organização do trabalho dos serventes para garantir a limpeza de todos os setores de trabalho e também do refeitório.

O entrevistado Pedro André Ferreira de Souza ressaltou que fez curso de Segurança do Trabalho e que:

Foi muito importante para mim, pois trabalhava diariamente com peças grandes e perigosas, muito risco de acidente. A usina dava os cursos sempre que podia.

### **3.1.5- A relação dos trabalhadores da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro com a comunidade de Baixa Grande**

Outro aspecto destacado nas entrevistas foi a questão da vida do operário de usina na comunidade, como ele era visto por aqueles que não faziam parte deste local de trabalho; todos os entrevistados destacaram a importância de serem trabalhadores da usina, perante a comunidade de Baixa Grande; havia um prestígio social e respeito pela condição de operário da produção sucroalcooleira, tanto no setor comercial, religioso e social da comunidade.

As relações comerciais dos operários também eram controladas pelo usineiro. Eram distribuídos vales para os trabalhadores buscarem remédios na farmácia. Ou vale para a venda, compra de mercadorias. No final do mês, esses vales eram descontados no pagamento dos operários. A usina pagava diretamente aos comerciantes da localidade. Em alguns casos, a usina não descontava no salário, concedia ao trabalhador como benefício ou gratificação pelo trabalho realizado para a mesma.

Como relatou, o entrevistado Josemilton Ribeiro:

(...) muitas vezes no sufoco, a gente sabia que podia contar com os vales. Na farmácia ou na venda era certo. Saía da consulta já com a receita do médico e ia direto na farmácia de Valdeci pegar o medicamento.

Para os moradores da Baixada Campista era um privilégio ser operário de uma usina sucroalcooleira, no contexto do auge desta economia na região Norte Fluminense, nos anos 50 aos 80, do século passado.

Como relatou a entrevistada Adriana Rangel Dias:

Ser filha de funcionário da usina e depois funcionária da mesma, era desejo de muitas pessoas da comunidade. Eu consegui, isso me fazia muito realizada. Era um emprego visto como seguro, com carteira assinada, direitos assistidos, que me garantia o sustento e ser bem vista na comunidade. Sabe, lugar pequeno tem essa cultura, ser trabalhador é algo que enobrece o ser humano.

E também o entrevistado Salvador Monteiro Braga:

Eu tinha crédito nas vendas e padaria por ser trabalhador da usina, quando recebia meu salário ia logo pagar as notinhas. Os comerciantes davam crédito a gente.

### **3.1.6 - Participação no Sindicato da categoria**

É notável que não havia ali naquela época uma consciência operária por parte da maioria dos operários da Usina, no sentido de lutarem e reivindicarem por melhores condições de trabalho. Para a maioria deles, os direitos concedidos eram suficientes e satisfatórios. Nesse percurso, quando indagados a respeito da participação em Sindicatos da classe operária, não expressaram, na sua maioria, identidade com os movimentos operários e reivindicações ocorridos na época. Afirmaram que percebiam a visita do sindicato nos seus setores de trabalho, que questionavam e fiscalizavam as condições de trabalho oferecidas pela usina aos seus trabalhadores.

Quando perguntados a respeito da atuação enquanto trabalhador da usina no sindicato de sua categoria, todos os entrevistados disseram não ter tido nenhum papel relevante ou de influência sobre seus colegas. Afirmaram que, no momento de crise da usina até o seu fechamento, ocorreram algumas greves, motivadas pela ausência de pagamento dos salários que estavam atrasados. Porém, a maioria dos entrevistados

afirmaram, não ter participado do movimento contra o usineiro e da greve, oriunda deste contexto.

No período de crise econômica e atraso do pagamento de seus salários (1994 a 1996), os entrevistados afirmaram terem ocorrido duas greves. Acrescentaram, ainda, que mesmo com a pressão de alguns trabalhadores na frente dos portões da usina, pedindo para que todos os operários não entrassem para mais um dia de trabalho, muitos operários, naquela época, inclusive eles, entraram para trabalhar. Foram dias muito tensos, relataram. A maioria dos entrevistados não participaram das greves. O entrevistado Amaro Rangel da Silva lembrou que:

Foi um dia muito conturbado, os colegas de trabalho cercaram a frente da usina e demoraram para liberar a entrada deles e de outros que não concordavam com a greve ou paralisação. Depois de muita conversa, foi liberada a entrada dos trabalhadores, como a minha. Eu nunca fiz greve.

O entrevistado Salvador Monteiro Braga também destacou que:

Nunca fiz greve, me chamaram de covarde, porque não aceitei parar de trabalhar, na época dos salários atrasados. Tempo difícil. (...) Foi uma situação muito tensa, o usineiro e a sua família pediam calma para todos. O usineiro resolveu vender na época alguns bens para acertar os salários, mas mesmo assim não foi suficiente, pois deviam muito aos bancos e ao governo, diziam que eram dívidas altas.

De grande relevância foi o depoimento do entrevistado Pedro André Ferreira de Souza. Disse, ter participado das greves e das reuniões realizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores a favor dos operários. Ressaltou que:

Fiz parte de várias reuniões do sindicato, na época da crise da usina. Fiz greves também, quando meus companheiros paravam, eu também parava. Queríamos o pagamento de nossos direitos. Não era contra a usina, muito pelo contrário, nós lutamos para que ela continuasse trabalhando, dando emprego para todos nós. O sindicato nos instruiu na hora das demissões.

### **3.1.7- Horas Extras e Registro na Carteira de Trabalho**

Quanto às horas extras<sup>10</sup> trabalhadas, principalmente na época de Moagem, todos os entrevistados responderam que recebiam pelas mesmas. Em relação aos salários, disseram que havia diferença de acordo com os cargos e funções, além do tempo trabalhado em cada função. Quem trabalhava mais, recebia mais; quem não negava trabalhar fora do horário tinha privilégios com o usineiro. Disseram que os considerados “marcha-lenta” eram logo mal vistos e muitas vezes substituídos pelos chefes.

Como destacou a entrevistada Janete Lima Gomes:

Eu trabalhava no laboratório dentro da usina, recebia em dia meu salário, gostava do que fazia. Vi muitos colegas serem mandados embora porque negavam serviço. Meu setor era de muita responsabilidade, aprendi muito com engenheiros e técnicos da FUNDENOR<sup>11</sup>, que prestaram serviços à usina. Sempre recebi pelas horas extras trabalhadas, eu gostava muito da época da moagem, que o trabalho dobrava e o salário também, por causa das horas extras.

Percebe-se, no decorrer de todas as entrevistas, que a luta por salários ou por melhores condições de trabalho era substituída pela preocupação em manter-se empregado e ter condição de manter o sustento da família. Todos os entrevistados afirmaram ter “carteira assinada”<sup>12</sup>, durante todo o tempo de trabalho executado na Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro.

### 3.1.8 – Relação de trabalho dos trabalhadores com seus chefes e usineiro

Notável nas entrevistas que as relações entre patrão e empregado eram muito intrínsecas, não havia por parte dos trabalhadores o interesse de engajamentos políticos e sociais por melhorias nas suas condições de trabalho. Para a maioria, o trabalho exercido dentro da usina era privilegiado e deveria ser mantida por eles essa relação de confiança que tinham com o usineiro, ou seja, essa cumplicidade.

---

<sup>10</sup> Hora extra – para as empresas uma solução cômoda e barata da extração da mais-valia, significa acumulação; já para o operário, é a complementação salarial e aumento de sua jornada de trabalho.

<sup>11</sup> FUNDENOR – Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional, criada por proprietários de terra, pecuaristas e produtores de cana, em campos dos Goytacazes, no início de 1970. Entre muitas funções, intermediou os recursos, desenvolveu o discurso e articulou as diversas escalas de poder, viabilizando ações regionalistas em benefício da região Norte Fluminense.

<sup>12</sup> “Carteira assinada” – expressão usada para indicar que houve um contrato entre o empregador e o empregado e que esse contrato foi registrado na carteira de trabalho do empregado.

Disciplina e dedicação profissional eram pontos fundamentais para serem contratados pela usina, para fazerem parte de seu quadro de funcionários. Durante as entrevistas, destacaram ter uma boa relação com os chefes imediatos e até mesmo com o usineiro. Como prioridade no trabalho, disseram que era exercer um bom trabalho, cumprir sua rotina, se mostrar interessado no trabalho, como garantia de estabilidade do emprego, por consequência, havia uma relação de respeito e confiança com seus chefes.

O entrevistado Antônio Soares ressaltou que:

Um certo dia, dei uma sugestão ao usineiro Dom Fernando de comprar uma plantadeira que fazia várias modalidades no trabalho com a terra. Na mesma hora ele respondeu: - O que faço com meus homens, mandarei embora? Eu disse a ele: - Não, eles serão conduzidos a outras atividades. No dia seguinte, ele mandou me avisar que tinha encomendado as plantadeiras. Fiquei satisfeito do patrão ter ouvido minha sugestão.

Durante todas as entrevistas realizadas, todos os entrevistados disseram que a relação entre os colegas de trabalho e seus chefes era de muita confiança, pautada na amizade e respeito. Quando perguntei a respeito de algum de seus colegas terem posição diferente frente à política trabalhista executada pela usina, a maioria respondeu que era unânime o prestígio de ser operário da usina. Não percebiam desavenças ou movimentos contra o trabalho que lhes era cobrado.

Em relação aos chefes imediatos, os antigos operários disseram ter uma boa relação, disseram que os chefes eram exigentes e cobravam o tempo gasto na produção, controlavam todo o processo de trabalho da usina. Disseram, também, que aqueles trabalhadores que não atendiam ao modelo de produção imposto, como as regras e o tempo de execução do trabalho, eram imediatamente demitidos. Os chefes imediatos prezavam pela qualidade e disciplina nos serviços.

O entrevistado Amaro Rangel da Silva destacou que:

Minha relação com meu chefe e dono da usina era de muito respeito. Lembro de uma situação que fui chamado para trabalhar em outra usina da região com um salário muito bom; fui comunicar ao usineiro da minha saída, demissão. Imediatamente se dirigiu ao chefe do meu setor e autorizou aumentar meu salário equivalente ao que iria receber na usina que tinha me convidado, disse que trabalhador bom não se perde. Fiquei muito feliz em ter meu trabalho reconhecido, daquele dia em diante tive um aumento muito bom no meu salário.

### **3.1.9- Oportunidade de “subir” de cargo e incentivo na realização de cursos de capacitações e cursos técnicos**

Apontaram também que a usina propiciava condições de promover aqueles trabalhadores mais eficientes, como sair do almoxarifado e ir para o escritório, trabalhar na contabilidade da usina. Ou ainda de tratorista para mecânico, pagando curso técnico para o trabalhador assumir a nova função com eficiência. Ou ainda de técnico agrícola passava a ser administrador de todo o trabalho na lavoura, chamava de “olheiro do usineiro”.

Outra percepção nas entrevistas foi em relação a uma consciência operária de que todos teriam a oportunidade de um futuro promissor na usina, devido aos incentivos por parte do usineiro, oferecendo cursos de capacitações aos trabalhadores. Porém, com o decorrer dos anos, era possível identificar que a ascensão profissional não era para todos e sim para alguns. Que a maioria iria continuar na posição de operários que vendiam sua força de trabalho, para uma função de serviços pesados, sem gratificação ou reconhecimento.

A maioria dos trabalhadores que exerciam atividades nos galpões, oficinas, almoxarifados, serventes, cortadores de cana não completavam seus estudos sendo considerados como mão-de-obra desqualificada. Poucos conseguiram se qualificar, os que estudaram, conseguiram cargos de liderança, administração, ou cargos de confiança dentro da usina. A respeito deste assunto, o operário Josemilton Ribeiro disse que:

(...) eu fui promovido do almoxarifado para o escritório da usina, daí em diante comecei a aproveitar as oportunidades e incentivo da minha amada esposa, para fazer cursos para se especializar mais e ter meu trabalho reconhecido.

As primeiras escolas primárias na comunidade foram construídas com o apoio do usineiro, que doou os terrenos e visava a propiciar aos empregados e aos filhos dos seus empregados uma educação básica, para que pudessem atuar melhor no manuseio das máquinas. Assim, foi construída inicialmente uma escola, grupo escolar Dr. Barros Barreto, administrada pelos padres da ordem beneditina, do Mosteiro de São Bento, próximo à Baixa Grande. Com o passar do tempo, a usina inaugurou com a ajuda da comunidade uma nova escola, Colégio Santa Terezinha, para atender à demanda da comunidade e dos dependentes dos operários da usina. Os entrevistados ressaltaram que

estudar era galgar melhores cargos na usina, muitos deles não terminaram os estudos, mas incentivavam seus filhos a estudarem para ocupar cargos melhores dentro da usina.

O entrevistado Antônio Soares ressaltou que:

Havia incentivo para nós jovens irmos para a cidade estudar. Eu fiz curso técnico agrícola, o usineiro valorizava e apoiava.

Considera-se que as próprias mudanças verificadas com a implementação das inovações tecnológicas no processo de produção da usina criaram novas exigências na formação educacional dos operários. As chances da empregabilidade nos setores administrativos e contábeis também aumentaram, assim se fazia necessário oferecer cursos técnicos aos operários dos setores, para que os mesmos atendessem aos interesses econômicos e produtivos da indústria.

Como ressaltou Josemilton Ribeiro:

Eu fiz vários cursos técnicos para ter mais chances de mudar de cargo na usina, aproveitei todas as oportunidades que me deram.

O depoimento do entrevistado Milton Roberto da Silva Campista também aponta para a importância de aproveitar as oportunidades dadas pela usina, como os cursos técnicos em contabilidade e informática, que possibilitaram a ele ir crescendo e assumindo cargos melhores.

Marcante para mim foi entrar na usina como um jovem aprendiz, nos dias de hoje, e depois com o passar dos anos me esforçando e aproveitando todas as oportunidades, cresci profissionalmente. Estudei o técnico em contabilidade e fui promovido de auxiliar de escritório para o departamento de processamento de dados da usina; quando fiz a capacitação em informática, naquela época chegavam os computadores no Brasil, era tudo muito difícil compreender; mas eu encarei e consegui entender o funcionamento de um computador. Subi de cargo novamente, ficando à frente do departamento de Desenvolvimento de sistema e contábil. Foi muito importante para mim. Depois de um tempo, fui promovido a fazer parte da diretoria e encarregado por diversas funções de chefia, principalmente administrativa, como até hoje ainda exerço para o dono da Cia Agrícola Baixa Grande.

Entretanto, trabalhar e estudar não era tão comum naquela época, principalmente na realidade da Baixada Campista, em um contexto de dificuldades por parte da maioria da população em estudar na cidade. O entrevistado Pedro André Ferreira de Souza relatou que:

Fiz um curso técnico de segurança no trabalho, que me ajudou muito no meu trabalho. Vi chegar muitas máquinas novas e precisava fazer meu trabalho bem feito. Outros cursos foram oferecidos, mas eu não fiz, era muito longe e desgastante ir para a cidade estudar. Na época da moagem eu trabalhava até de madrugada, não tinha como estudar.

Os cursos técnicos e de capacitação eram oferecidos em estabelecimentos de ensino no centro da cidade de Campos dos Goytacazes. Além da grande distância, 32 Km; havia ainda a limitação do transporte público e a falta de flexibilidade do horário de entrada e saída dos trabalhadores, para dar continuidade aos estudos. Apesar do incentivo por parte do usineiro, ainda existiam muitas limitações, por motivos econômicos, sociais, culturais, estruturais.

### **3.1.10- Acidentes de Trabalho**

Os entrevistados não passaram por nenhum acidente de trabalho, porém relataram acidentes de trabalho com colegas. Afirmaram que a maioria dos acidentes não era grave, e os operários acidentados recebiam imediatamente cuidados dos enfermeiros e médico que trabalhavam dentro da usina, no ambulatório da mesma.

Todos relataram apenas um único grave acidente que causou a morte de um operário e um ferido gravemente com queimaduras, devido à explosão de uma caldeira. Disseram que a família do trabalhador falecido recebeu todo o apoio do usineiro. O entrevistado Salvador Monteiro Braga relatou que:

Foi um susto muito grande quando a caldeira explodiu, ficamos muito tristes com a morte de um amigo de trabalho. O usineiro ficou muito triste, não se conformava. Ajudou muito a família do trabalhador. Nunca vou esquecer aquele dia. (...) E o mesmo aconteceu com o que foi queimado, o usineiro levou para a cidade do Rio de Janeiro, para um tratamento de queimaduras. O trabalhador levou muito tempo afastado do serviço e com cobertura da usina.

O entrevistado Milton Roberto da Silva Campista ressaltou sobre o mesmo episódio que:

A usina bancou todo o tratamento de cirurgia ao transplante de pele do operário queimado no acidente. Foi o maior acidente em usina da época, na nossa região. Depois desse acidente, percebi a preocupação da diretoria em dar ainda mais segurança no trabalho aos operários.

### 3.1.11 – Inovações Tecnológicas

A respeito das inovações tecnológicas, implementadas na produção sucroalcooleira, no período do auge da mesma, se destaca o depoimento do entrevistado Salvador Monteiro Braga:

Que satisfação, eu vi chegar, cinco tratores de vez na lavoura, ficamos muito felizes, eu logo fui convidado pelo administrador para dirigir um deles.

Acrescentou Antônio Soares:

Era muita tecnologia que chegava no campo. O projeto de irrigação era uma delas. (...) Ver chegar cinco tratores do grande, foi uma maravilha, tudo melhorou. Foi uma festa.

As inovações tecnológicas são entendidas pelos trabalhadores como melhoria na execução de suas funções, isso foi perceptível nos relatos direcionados a diversas funções como na oficina mecânica, tratorista, ao almoxarifado, no escritório de contabilidade, projeto de irrigação, na plantação da cana, na colheita; enfim destacaram a importância dos investimentos ocorridos na usina no seu período de grande desenvolvimento. Afirmaram que a chegada das máquinas mais sofisticadas trouxe melhores condições de trabalho principalmente durante o contexto do “Milagre Econômico” no Brasil comandado pelos militares.

O entrevistado Dr. Fernando De La Riva disse:

Foram muitos implementos à produção sucroalcooleira em um período da história brasileira, tivemos um governo preocupado em fazer aumentar nossa produção. Nesse período recebemos muitos investimentos, através de empréstimos para comprarmos máquinas e investir na assistência social e lazer para os trabalhadores. Era inegável o avanço e a qualidade da produção com máquinas ultramodernas. Foi fundamental para fortalecer nosso empreendimento.

Acrescentou ainda que:

Destaco também empreendimentos de nossa Cia Agrícola Baixa Grande na criação de uma fábrica de adubos, no projeto de irrigação das terras de Marrecas, por exemplo, no investimento a pesquisas no laboratório químico da usina, para garantir uma safra de qualidade (...) muitos empreendimentos, alguns deram certo, outros não. Sempre contamos com o apoio da política governamental, financiamentos

cedidos pelo I.A.A., tínhamos que lutar pela nossa região, pois muitas vezes por interesses políticos, os paulistas se beneficiavam mais.

O entrevistado Aginaldo Pessanha Fernandes lembrou que:

Lembro me bem da chegada de 8 caminhões no pátio da usina, tudo novo, foram muitos investimentos na época que a usina funcionava bem.

O entrevistado Pedro André Ferreira de Souza lembrou que no seu setor de soldagem, foram muitas máquinas novas e eficientes. Foi lá onde realmente aprendeu seu ofício e que até hoje proporciona o seu sustento. O mesmo relatou:

Fiquei espantado com tantas máquinas, coisa de outro mundo. Era um privilégio poder trabalhar com elas, isso foi mais ou menos por volta de 1978, participei da montagem de vários equipamentos na Usina. Era algo incrível, montar todas as peças e ver o resultado da produção, que crescia muito.

### **3.1.12 – Declínio e fechamento da Usina**

Durante as entrevistas, foi logo perceptível o sentimento de tristeza em relação ao declínio da produção sucroalcooleira na região. Disseram que era difícil aceitar naquele momento de crise, o fim da usina. Sua falência era o fim do emprego para eles e isso era assustador. No decorrer do contexto da crise do “Milagre Econômico”, no final dos anos 1980, os operários puderam perceber a grave crise econômica do país com o drástico rebaixamento de seus salários e o fim de muitos programas de investimentos ao setor sucroalcooleiro na região.

Relataram que eram muitas incertezas que pairavam no ar, como ficariam suas famílias sem a assistência social concedida pela usina, poderiam continuar morando nas casas da usina, e a aposentadoria seria possível daqueles que faltava tão pouco para isso? Tinham receio do que estaria por vir. A esse respeito, o operário Amaro Rangel da Silva relatou que:

Fiquei com muito medo de perder todos os meus direitos, pensava que faltava tão pouco para a minha aposentadoria. E estava preocupado com a minha família, meus filhos perderiam o direito de ir para a escola particular, não teria como pagar o colégio Cenecista Santa Terezinha, foram dias angustiantes. Resolvi ir ao escritório conversar com o usineiro sobre a minha situação, como era um dos mecânicos mais antigos, o usineiro regularizou toda a minha vida, tinha por ele grande apreço, e ele me aposentou; dois anos depois. Fiquei indo por dois anos

seguidos para frente da usina, cumpria meu horário de serviço, mesmo a usina fechada, sem produção. Como suas sirenes ainda tocavam, só vinha embora quando tocava para o fim do expediente. Demorei para acreditar que nunca mais veria sua torre funcionar de novo.

Acrescentou, ainda, com muita emoção que:

Da minha varanda até hoje, recordo da usina. Daqui vejo a torre, o que sobrou da usina, e muitas vezes me pego chorando ao lembrar do tempo em que trabalhava lá.

Diante do cenário de crise, com os depoimentos obtidos, foi possível perceber que mesmo tendo que contornar tantas insatisfações e conflitos, houve uma solidariedade entre trabalhadores e usineiro, entre os próprios trabalhadores, fortalecendo os laços afetivos durante o período de crise. Em muitos momentos da entrevista, ficava evidente o sentimento do espírito de equipe e família, intrínseco nas relações dos operários naquele momento de instabilidade e incertezas. O entrevistado Josemilton Ribeiro relatou:

Eu era muito humano, me preocupava com os companheiros que não tiveram a mesma chance que eu. Principalmente no período da falência, com os atrasos dos salários eu me preocupava em atender aqueles que estivessem em uma situação mais agravante; porém não poderia fazer muito, não poderia ir contra a usina; era considerado uma pessoa de confiança.

O operário disse também que naquele cenário de pressão, em que ele estava submetido, resolveu pedir demissão, acrescentou:

Não suportei mais ver toda aquela situação de crise da usina. Era muito triste, nossos salários atrasados, via minha família passando necessidade, foi horrível. Quando saí da usina, minha amada esposa me ajudou muito, ela era enfermeira, e me ajudou a terminar alguns cursos na área de saúde e acabei empregado como enfermeiro.

No contexto de declínio da usina, o entrevistado Salvador Monteiro Braga disse com emoção, a respeito da presença firme da família do usineiro no período de crise.

Relatou ele:

Os donos da usina, passavam por todas as máquinas rezando e a esposa do usineiro benzendo todo o maquinário, com a esperança da produção aumentar e tudo voltar como era antes. Era uma cena triste, mas de conforto pra gente. Todos nós tristes com o acontecido.

Lembrou ainda que:

Foram anos bons trabalhando na usina, não tenho nada a reclamar dos patrões. Eles eram bons e pagavam em dia o salário. Minha família

toda vivia do trabalho que era oferecido por lá e foi assim que sustentei meus filhos.

Para o entrevistado Antônio Soares, o cenário de crise da usina também aumentou devido à relação tensa entre usineiro e fornecedores de cana, ressaltou:

O caos para a usina, na minha opinião, era negociar com os plantadores de cana. Pela falta de apoio e incentivo, não tinham muito lucro, acabaram não tendo interesse em manter as lavouras de cana em alta, para vender suas canas à usina. Uma relação difícil.

Já para o entrevistado Milton Roberto da Silva Campista, o fechamento da usina se deu também por questões políticas locais, por falta de apoio à produção sucroalcooleira em decorrência da ascensão da economia petrolífera e seus benefícios para a região naquele momento, apontou:

A política local só via com bons olhos a economia ligada ao petróleo, não mostrou interesse em implementar e apoiar a economia sucroalcooleira. E isso era generalizado, pois não foi só a Usina Santo Amaro que fechou, foram praticamente todas; apenas duas se mantiveram funcionando, apesar das dificuldades. Muitas usinas ficaram endividadadas, sem apoio governamental, o país em grave crise econômica, (...) plano cruzado e plano real que afetaram a vida de todos trabalhadores e brasileiros de maneira geral, foi um momento muito tenso. A usina fechou, paralisou seu funcionamento, mas a Cia Agrícola Baixa Grande ainda existe juridicamente.

Também se verifica essa opinião no relato do entrevistado Dr. Fernando De La Riva:

O fracasso do I.A.A. e do Proálcool, o cenário de crise do nosso país desencadearam na crise de nossas usinas na região de Campos dos Goytacazes. Mas o que mais afetou, foi na verdade um grupo político da região que não se mostrava interessado em manter a economia sucroalcooleira, tendo interesse em apenas oportunizar implementações e possibilidades a produção petrolífera. Porém, não perdia só o usineiro, mas toda a região rural e urbana, pois com o fechamento de um grande posto de emprego, é a decadência de um lugar, de uma cidade. Nada disso foi levado em conta. E nós, usineiros, não conseguimos sozinhos manter nosso patrimônio e indústria. Tivemos muitos ataques, invasões de terras, tudo beneficiou ao decreto final da falência de nossa usina.

A entrevistada Janete Lima Gomes ressaltou:

O antigo parque industrial da usina de Baixa Grande está tomado pela ferrugem e para pagar os últimos funcionários que recorreram pelos seus direitos na Justiça, algumas peças industriais e máquinas foram vendidas para usinas de São Paulo.

### **3.1.13 – Indenizações**

A respeito deste assunto, a maioria dos entrevistados confirmaram ter sido indenizados com o fechamento da usina. Alguns levaram mais tempo na negociação, outros conseguiram de forma mais imediata ao decreto de falência da usina. Sendo preponderante, na maioria dos entrevistados, que o seu tempo de serviço na usina foi pago com a escritura da casa em que moravam e que pertencia a usina e, com a negociação, passava a ser do trabalhador. Relatos dos entrevistados definem bem esta situação, como a entrevistada Adriana Rangel Dias:

Foi um alívio negociar meu tempo de serviço com a casa em que morava, pois já estava numa situação tensa eu e meu marido sem emprego, com um filho para criar. Receber a casa como pagamento pelos tempos trabalhados por mim e pelo meu marido foi maravilhoso.

Também uma situação semelhante aconteceu com Josemilton Ribeiro:

A casa da usina passou a ser minha, como indenização pelo meu tempo de serviço prestado a ela. Naquele momento de crise, foi uma satisfação ter resolvido desse modo.

O entrevistado Aguinaldo Pessanha Fernandes lembrou que:

Foram tempos difíceis, acertos de conta que muitos deles fiz parte, pois era da contabilidade. Quando chegou minha vez eu também optei por ficar com a casa. E não me arrependo até hoje.

### **3.1.14 – As transformações ocorridas na vida dos entrevistados o fechamento da usina**

Uma questão que gerou muita emoção para os entrevistados foi a vida deles e da comunidade quando ocorreu o fechamento da Usina. Foi relatada a questão da dificuldade que muitos tiveram em aceitar aquela situação de desemprego, a sensação de empobrecimento e as dívidas contraídas no comércio local, a tristeza e desespero por não ter mais como oferecer à sua família dignidade, saúde e escola de boa qualidade, a perda do prestígio na comunidade, a perda de seus direitos trabalhistas. Os antigos operários se sentiram órfãos, não tiveram nenhum apoio institucional ou de políticos locais na solução de um problema que não era individual mas coletivo.

Cada entrevistado ressaltou suas dificuldades para ser inserido novamente no mercado de trabalho, muitos foram para o mercado informal ou trabalho autônomo<sup>13</sup>, outros praticaram êxodo rural, outros, ainda, foram para cerâmicas de tijolos ou comércio na cidade. Para a maioria dos antigos operários, as ocupações informais foram alternativas encontradas frente à falta de um emprego regular e com registro na carteira de trabalho.

Para o entrevistado Amaro Rangel da Silva:

Seguir a vida foi difícil, depois abri uma oficina mecânica própria, ensinei meus filhos meu ofício e até hoje trabalhamos juntos na oficina. Eles não puderam ter a legalização do trabalho como eu tive, infelizmente nenhum deles pagam FGTS, assim não vão se aposentar.

O mesmo entrevistado acrescentou que:

Alguns equipamentos foram arrancados e vendidos para São Paulo. Naquela época era o único meio de vida nossa, era trabalhar na usina e, com o fim, o desemprego também chegou. Muitas pessoas foram embora. Eu resolvi abrir uma oficina mecânica.

Já a entrevistada Janete Lima Gomes relatou:

Fui morar em Santos, consegui um emprego lá. Tem uns 10 anos que voltei pra cá, abri a loja de variedades e presentes. Agora estou me sentindo realizada em ter meu negócio próprio.

O entrevistado Antônio Soares ressaltou que:

Fui ser inspetor na área de vigilância sanitária, trabalhando para a prefeitura.

A entrevistada Adriana Rangel Dias destacou:

Foi difícil o fechamento da usina, aqui na minha casa era eu e meu marido desempregados. Não podíamos contar com meu pai, que também se encontrava desempregado como a gente. Um filho pequeno para criar. Foi desesperador. Tivemos que nos reinventar. Meu marido foi para o ramo das cerâmicas, com algumas economias que tínhamos abriu a sua própria cerâmica, optando para ser autônomo. Eu, esperei a situação se estabilizar na minha casa e resolvi voltar a estudar, fiz uma graduação em Letras e hoje sou professora da rede estadual de ensino.

Em muitos relatos, ficaram muito pertinentes questões, como da decadência econômica da localidade Baixa Grande e o fechamento de muitos pontos comerciais. Com o fechamento da usina, a agência do banco Itaú fechou na localidade, ficaram por um bom

---

<sup>13</sup> Trabalho autônomo – o trabalhador é formalmente o agente controlador de sua produção, as relações que o trabalhador mantém com seus clientes são fundamentalmente na comercialização de seus serviços e não na produção.

tempo sem o Correios, que também cessou seus serviços, comércio afetado e muitas lojas fechadas. O Colégio Cenecista Santa Terezinha não conseguiu se manter e foi transferido para os cuidados e administração da prefeitura da cidade. Sem o ambulatório da usina, a população ficou carente de atendimento à saúde por um período longo, até a prefeitura construir um Posto de saúde na localidade. Enfim, eram visíveis nas percepções e impressões dos entrevistados, a desestruturação ocorrida em suas vidas com o declínio da economia sucroalcooleira na região.

Percebe-se pelas entrevistas realizadas que as transformações ocorridas no mundo do trabalho na localidade de Baixa Grande afetaram também a sua dinâmica econômica, social e cultural. Afirmaram nas entrevistas que a comunidade ficou estagnada, suas atividades econômicas sofreram muitos impactos e alguns comércios fecharam por falta de movimentação, que era gerada com o funcionamento da usina.

Os entrevistados apontaram as dificuldades de serem inseridos no mercado de trabalho, que se destacava naquela época, que era o mercado petrolífero; por não terem condições de competir para ocupar essas vagas, devido principalmente à falta de estudos e cursos técnicos. Notável, com o tempo, que grande parte desses antigos operários foram absorvidos pelo setor da cerâmica de tijolos, empregos informais, terceirizados, autônomos, formas de trabalho que pudessem garantir a eles o sustento de suas famílias.

Do início dos anos 80 até os dias atuais, foram fechadas dezenas de usinas sucroalcooleiras na região. Atualmente, existem apenas duas usinas em funcionamento. Esse declínio da atividade sucroalcooleira teve, como uma das consequências, a perda de espaço da produção campista na produção nacional e, sem dúvida, a perda de postos de trabalho tanto no campo quanto nas atividades industriais.

Relataram, também, a respeito deste tema, as dificuldades por que todos seus familiares passaram, pois com a perda do emprego perderam também toda a assistência à saúde e à educação. O entrevistado Pedro André Ferreira de Souza ressaltou com muita emoção que:

Fiquei em uma situação muito difícil, muita pobreza, tive nesse período ajuda de meus familiares, que não dependiam da usina para viver (...) eu lamentei muito o fechamento da usina, perdia meu trabalho e a localidade perdia sua maior renda. E nessa época minha esposa teve que ir para a cidade trabalhar como doméstica, para ajudar no sustento da casa. Antes eu fazia isso sozinho.

É importante considerar que pesquisar o mundo do trabalho é muito relevante na construção de novos estudos e propostas sobre as novas condições de trabalho na sociedade brasileira, diante de um cenário de crise e globalização em um contexto de crescimento do capital produtivo e conseqüentemente um grande aumento da concorrência entre os operários, por conseguinte a redistribuição do trabalho diminui para os trabalhadores e a carga de trabalho aumenta para aqueles que permanecem trabalhando. Assim, é pertinente a reflexão de Martins a respeito da importância desse campo de pesquisa:

Entretanto, são exatamente esses estudos que têm a capacidade de produzir análises sobre a realidade social e política que, em alguma medida, reconstituam a complexidade de nossas sociedades oferecendo assim aos analistas e gestores de políticas públicas informações e interpretações sobre tal realidade que permitam aos mesmos fazer escolhas consistentes sobre as políticas sobre as quais têm poder decisório. (MARTINS, 2013, p. 51)

Em todos os depoimentos, o que se verificou foi a imagem do operário, como um sujeito só, que enfrentou individualmente o fechamento da usina e a perda de seu emprego; em defesa de seu sustento se sujeitou a qualquer tipo de ocupação, como forma de luta de sobrevivência, diante de um cenário de crise econômica e política nacional e regional.

Na condição de empobrecimento, a qual se encontravam, diante do declínio de uma usina com o porte da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, os operários se viram diante de uma realidade difícil de aceitar, pois depositaram na usina a confiança de um trabalho garantido e seguro para o sustento de suas famílias e uma aposentadoria, como resultado do tempo trabalhado por eles no setor sucroalcooleiro. Percebe-se uma fragilidade dos antigos operários diante das novas realidades financeiras, trabalhistas, comerciais e tecnológicas que restringiam sua reintegração no mundo do trabalho.

A partir das narrativas reveladas durante as entrevistas, foi possível perceber que os antigos operários tiveram que se reinventar no mundo do trabalho; e um dos fatores preponderantes na conquista de um novo trabalho foi o grau de escolaridade. Os antigos operários tiveram muitas dificuldades de inserção no mercado de trabalho, pois estavam arraigados em um modelo de produção fordista, produção por série; a maioria deles tinha somente a educação básica completa e incompleta, não oportunizando concorrer às vagas

do setor petrolífero que crescia na região, no momento de crise da economia sucroalcooleira evidenciando a exclusão dos trabalhadores de baixa qualificação.

Em muitos casos, os antigos operários passaram a trabalhar nas cerâmicas de tijolos da região ou em atividades de biscates como: ajudantes de pedreiro, serventes, pintor, faxineiro. Ou ainda, como aconteceu com alguns dos entrevistados na pesquisa, que abriram seu próprio negócio, inicialmente na informalidade. Os empregos estavam cada vez mais reduzidos na região da Baixada Campista, a mesma arruinada economicamente e socialmente com o fim da indústria sucroalcooleira. Na era da globalização, para muitos dos antigos operários o trabalho informal seria a saída imediata para a garantia de sua sobrevivência. Os antigos operários entrevistados se encontram, hoje, a maioria deles ocupando o setor informal da economia no mundo do trabalho da região da Baixada Campista.

### **3.2- Itinerários - percepções das histórias e relações sociais construídas no espaço físico da Usina**

Neste momento, trataremos das relações sociais e cotidianas que se desenvolveram no interior da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, as interpretações diferenciadas da trajetória dos antigos operários, suas experiências profissionais, seu dia a dia, seu trajeto, compreendendo assim suas percepções e histórias construídas nesse espaço, no seu “mundo” do trabalho.

Nessa perspectiva, objetivou-se, através da utilização do método do itinerário, realizado individualmente com os operários, no espaço físico da Usina, em que o entrevistado foi o guia do percurso, compreender sua visão e interpretação, maneiras de ver, sentir e agir no universo de trabalho construído nesse espaço.

Correlacionou-se esta metodologia com os relatos das entrevistas realizadas com a pesquisa bibliográfica e análise da problemática, tornando possível repensar novas ressignificações para a questão do trabalho na região da Baixada Campista.

Ressalta-se aqui as importantes contribuições sobre o método dos itinerários feitas pela professora Catherine Reginensi (UENF), que vem aplicando-o em diversas pesquisas. A sugestão de incorporar o método do itinerário nessa pesquisa foi muito pertinente, reconhecendo a importância desta metodologia na obtenção das percepções dos antigos

operários diante de suas memórias ao percorrerem o itinerário que faziam para o trabalho e no interior do espaço onde existem hoje as ruínas da Usina.

O método permitiu rememorar as relações sociais e cotidianas que se desenvolveram no interior da usina, as interpretações diferenciadas da trajetória dos operários, suas experiências profissionais, seu dia a dia, seu trajeto, facilitando recuperar as histórias construídas nesse espaço vivido e percebido. A partir do itinerário, se fez necessário transcrever as concepções dos entrevistados, suas percepções do lugar percorrido, o mesmo atualmente tão modificado, como pode ser visto nas imagens em anexo (Anexo 2). Foram identificados o comércio, as praças, os lugares, que consideraram relevantes ou simbólicos para cada um deles. O método dos itinerários possibilitou interpretar as antigas e novas histórias, memórias e vivências das relações sociais construídas por esses trabalhadores.

#### Segundo Bourdieu:

A estrutura do espaço social se manifesta, assim, nos contextos mais diversos, sob a forma de oposições espaciais, o espaço habitado (ou apropriado) funcionando como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social. Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta: diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim, parecer surgidas da natureza das coisas (basta pensar na ideia de 'fronteira natural'. (BOURDIEU, 2011, p. 160)

Ao longo dos percursos realizados com o método do itinerário e das entrevistas feitas, foi possível a revelação de muitas histórias, que mostraram trajetórias de trabalho e de vida entre experiências de quando trabalhavam na usina e com o fechamento da mesma, histórias do cotidiano que tecem uma forma de memória importante para se desvelar as experiências dos operários e as novas condições de trabalho encontradas por eles com o declínio da economia canavieira. Cabe ressaltar, a esse respeito, a análise de Halbwachs:

Cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, pelo menos o que nela havia de mais estável. (HALBWACHS, 2006, p. 160)

Para entender melhor esta análise, Halbwachs evidenciou ainda que:

É ao espaço, ao nosso espaço - o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembranças reapareça. (HALBWACHS, 2006, p. 170)

Para se alcançar um resultado mais contundente, o método do itinerário foi aplicado logo após a entrevista, realizada com o apoio de um fotógrafo e um filmador. O percurso com o entrevistado foi estimulado com conversas, e o entrevistado teve a função de um guia no espaço físico da localidade e da usina em estudo. O diálogo foi inteiramente gravado durante o itinerário, com permissão do entrevistado. No trajeto realizado, o entrevistado apontou os espaços relevantes para ele, assim como os locais onde ele parava com frequência ou não, no percurso que fazia para ir para o trabalho, compreendendo sua visão e interpretação, maneiras de ver, sentir e agir no universo de trabalho construído nesse espaço. Segundo Certeau (1994), “o que impressiona mais, aqui, é o fato de os lugares vividos serem como presenças de ausências. O que se mostra designa aquilo que não é mais: ‘aqui vocês veem, aqui havia...’, mas isto não se vê mais.” (CERTEAU, 1994, p. 189)

É a possibilidade de reviver suas memórias e vivências, durante o trabalho cotidiano na usina, por meio das descrições feitas com seus próprios olhos, sentir no tempo e no espaço acontecimentos vividos por eles. Como acrescentou Certeau:

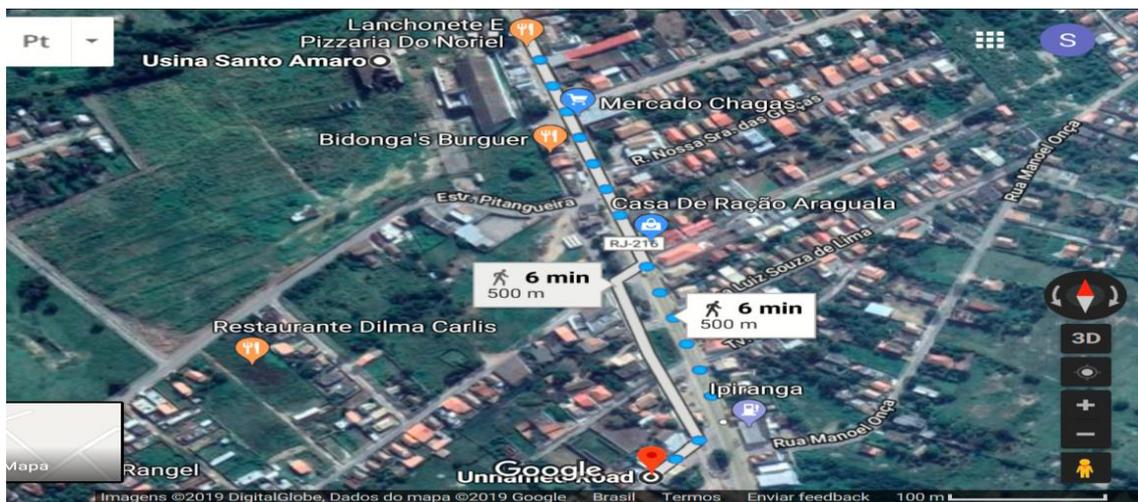
A questão toca finalmente, na base dessas narrações cotidianas, a relação entre o itinerário (uma série discursiva de operações) e o mapa (uma descrição redutora totalizante das observações), isto é, entre duas linguagens simbólicas e antropológicas do espaço. Dois polos da experiência. (...). (CERTEAU, 1994, p. 204-205)

Esta metodologia mostrou um dia de vida de um operário, desde o levantar até seu regresso para casa, fazendo anotações dos acontecimentos marcantes, percursos de seu dia de trabalho. São as marcas e vestígios de um passado vinculado à produção sucroalcooleira, que estão presentes na memória e na paisagem da Baixada Campista, mesmo que, atualmente, tenha como representatividade uma paisagem de ruínas e modificações nas antigas construções ligadas ao período de funcionamento da Usina.

O itinerário deu início com o entrevistado e antigo operário da Cia Agrícola Baixa Grande - Usina Santo Amaro, Amaro Rangel da Silva, no dia 24 de agosto de 2018, às 7:00. O itinerário levou cerca de 2 horas de duração, terminamos por volta de 9:00. As

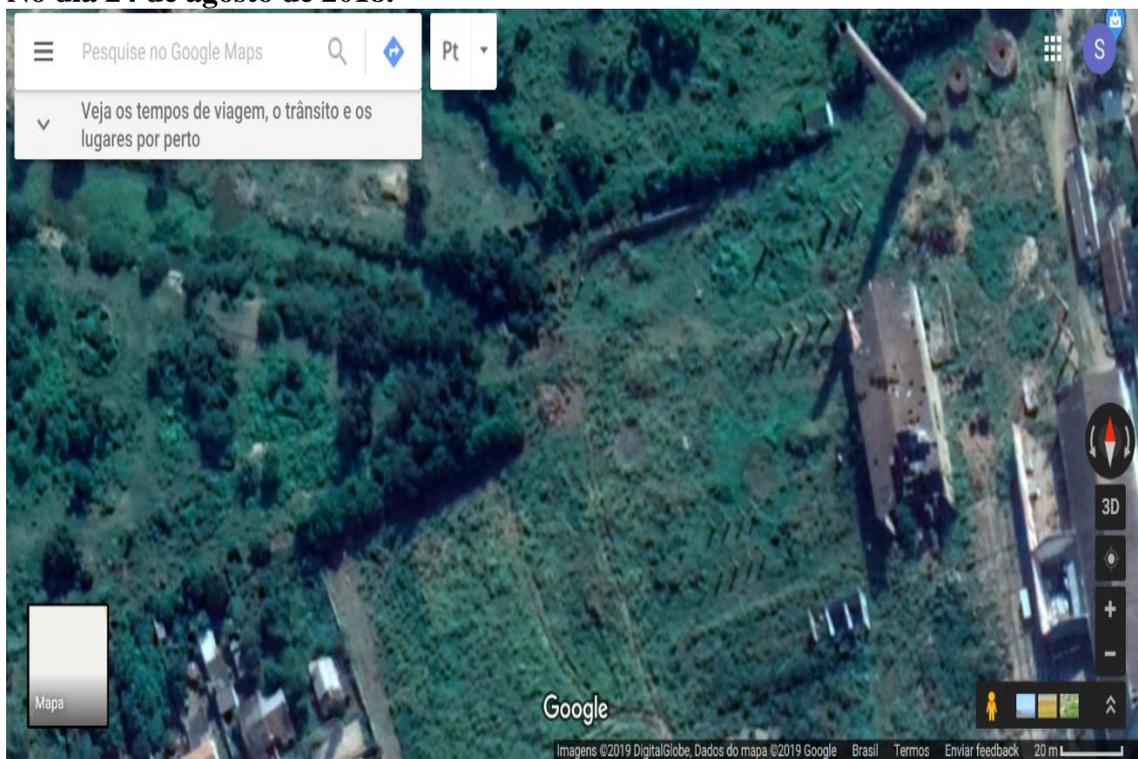
imagens realizadas deste itinerário se encontram nas figuras 27, 28 e em anexo 3 as demais imagens.

**Figura 27: Vista do itinerário realizado com o entrevistado e antigo operário Amaro Rangel da Silva, de sua residência (Rua Maria Emília, em frente ao Posto de Gasolina) até à Cia Agrícola Baixa Grande - Usina Santo Amaro, na localidade de Baixa Grande. No dia 24 de agosto de 2018.**



Fonte: <https://www.google.com.br/maps>, acessado em 28/03/2019.

**Figura 28: Vista do Pátio da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, visitada no itinerário de Amaro Rangel da Silva, na localidade de Baixa Grande. No dia 24 de agosto de 2018.**



Fonte: <https://www.google.com.br/maps>, acessado em 28/03/2019.

Cheguei à sua casa e fui surpreendida com ele já me esperando com sua bicicleta; disse que consertou a mesma naquela semana para que pudesse fazer todo o percurso com ela, como fazia na época que era trabalhador da usina. Da sua residência, fomos em direção à usina, no percurso paramos em alguns lugares, como em frente ao Correios da localidade, disse que o mesmo não era ali e sim em frente à usina. Que naquele lugar era a residência de um amigo, quando passava por ali, sempre cumprimentava este amigo. Em seguida, paramos em frente ao primeiro portão da usina, agora desativado. Ali, era a entrada e saída dos trabalhadores, apontando mesmo de fora da usina, onde entrava primeiro ao chegar lá para iniciar o dia de trabalho. Apontou para um lugar que seria a sala de ponto e onde havia um relógio para bater o ponto. Como pode ser visto na figura 29, abaixo:

**Figura 29: Imagens do entrevistado e antigo operário Amaro Rangel da Silva, durante o itinerário realizado de sua residência (Rua Maria Emília) até à Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, na localidade de Baixa Grande, em 24 de agosto de 2018.**





Fonte: Créditos da Fotógrafa Flávia Freitas, fotos tiradas em 24 de agosto de 2018.

Dando prosseguimento ao percurso, fomos adiante para que pudéssemos entrar na usina desativada. Entramos pelo portão principal que, no passado, era a entrada para encarregados, diretores, fornecedores de cana e visitantes.

Ao entrar nas ruínas da usina, no local onde havia sido o setor de produção do açúcar e álcool, o operário Amaro Rangel da Silva se surpreendeu com sua memória, que logo veio à tona: o cumprimento de bom dia aos colegas e o começo do trabalho. O trabalho na oficina, o chegar e sair de caminhões, o conserto e manutenção de peças das máquinas e esteiras. De vez em quando, alguma conversa com o colega mais próximo. Lembrou do toque da sirene para o almoço, todos saíam para almoçar, os que moravam perto almoçavam na sua própria residência e os de longe almoçavam ali mesmo no pátio da usina. No caso dele, ia à casa almoçar.

Os que iam à casa almoçar, no retorno ao trabalho, aguardavam na frente da usina a sirene tocar e os portões abrirem. Na espera, lembrou que eram muitas conversas e trocas de ideias. Aos poucos, voltavam à memória cenas da fábrica. Amaro relatou que era muito serviço na época da moagem, horas extras e que muitos trabalhavam até de madrugada. A usina não parava, tinham vários setores que trabalhavam direto, com várias equipes revezando. Ele muitas vezes trabalhou de madrugada, para atender melhor ao seu

setor; ressaltou que na época da moagem os caminhões e carretas não poderiam parar, era necessário dar manutenção mecânica em todos constantemente.

No decorrer do itinerário, o entrevistado foi surpreendido pelo sentimento de saudosismo, de um período dito unanimemente pelos entrevistados como o mais seguro financeiramente, para o sustento das suas famílias. Um itinerário mecânico, vivido pelos trabalhadores, cumprido de acordo com o som emitido pelas sirenes, sem opor nenhuma resistência. A sua vida estava voltada para dentro da usina. Apesar da disciplina, os operários conseguiam brincar, trocar ideias entre eles durante o trabalho. Havia uma relação de camaradagem entre eles, como ressaltou ele, no local em que trabalhou durante tantos anos, até a sua aposentadoria.

O entrevistado se entristeceu muito em estar diante das ruínas da usina e ressaltou que, daquela época, só restou a torre, como era na época de funcionamento. Durante o percurso no antigo pátio da usina, ele soube sinalizar departamentos importantes, como: a sala de ponto, o refeitório, a oficina em que trabalhava, os galpões em que eram armazenados o açúcar, as caldeiras, o ambulatório, o laboratório e o almoxarifado. Juntamente a esses apontamentos, relembrou situações que evidenciou durante a entrevista realizada em sua residência, ressaltada em vários momentos na seção anterior.

No pátio da usina, lembrou do dia em que foi chamado pelo chefe para conversar com Dr. Fernando De La Riva sobre sua possível saída para outra usina, para receber um melhor salário. Disse que, imediatamente, o usineiro pediu que seu chefe imediato aumentasse seu salário e lhe garantisse um bom valor, para que não saísse da Cia. Essa lembrança foi carregada de muita emoção.

Lembrou-se, também, da expectativa que era chegar ao fim da moagem, ressaltou que todos os operários dali recebiam um saco de açúcar para consumir na sua residência. Destacou também o lugar onde eram realizadas as missas no início da moagem. Ainda no espaço da usina, disse que sonhava ver seus filhos trabalhando na usina, como ele. Que apenas sua filha, conseguiu ver, ela trabalhava no escritório da usina. Não pôde ter a vivência de ter os filhos fazendo o seu ofício ali dentro; o filho mais novo, quando nasceu, a usina já estava desativada. Mas, conseguiu abrir uma oficina mecânica e ensinar a seus filhos seu ofício, ser mecânico de carros e tratores.

**Figura 30: Imagens do entrevistado e antigo operário Amaro Rangel da Silva, durante o itinerário realizado de sua residência (Rua Maria Emília) até à Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, na localidade de Baixa Grande, em 24 de agosto de 2018.**



Fonte: Créditos da Fotógrafa Flávia Freitas, fotos tiradas em 24 de agosto de 2018.

Na saída do pátio da usina, no final do percurso, lembrou que sempre ficava na praça, por alguns instantes, conversando com seus amigos. O local era próximo à Estação de Trem, que desde a época da chegada de uma agência bancária do ITAÚ, na localidade, foi sede de um departamento de Polícia. Ressaltou que, apesar da agência ter fechado no período em que a usina decretou falência, o Departamento de Polícia ainda ocupa o mesmo lugar. Como pode ser visto na figura 31 abaixo.

**Figura 31: Imagens do entrevistado e antigo operário Amaro Rangel da Silva, no término do itinerário realizado de sua residência (Rua Maria Emília) até à Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, na localidade de Baixa Grande, em 24 de agosto de 2018.**



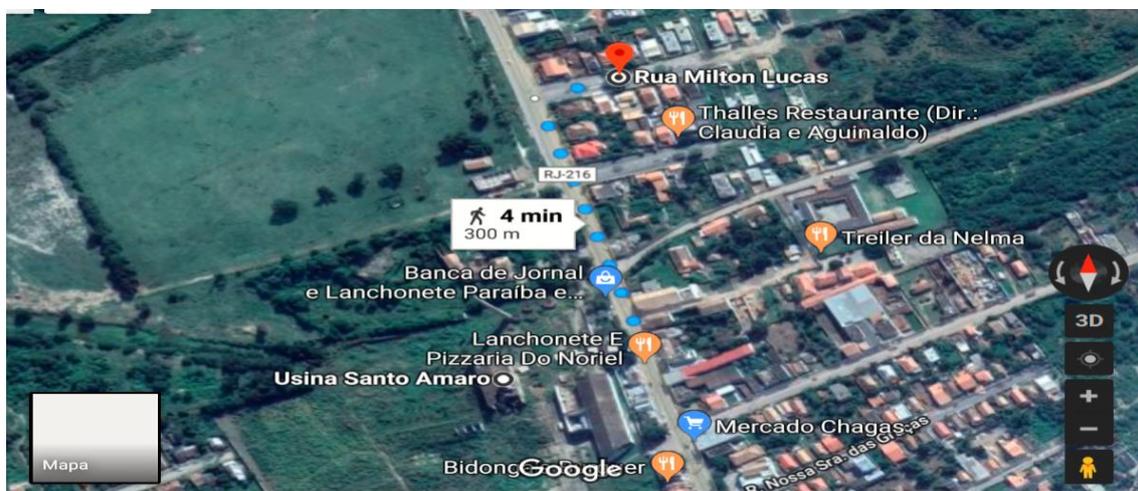
Fonte: Créditos da Fotógrafa Flávia Freitas, fotos tiradas em 24 de agosto de 2018.

O entrevistado finalizou o itinerário confidenciando que, ainda hoje, ouve o som da sirene tocar, apesar de saber que ela não existe mais. Na sua memória é tão forte os momentos vividos na usina, que os mesmos não se apagaram com o seu decreto de falência e com o vazio de seu pátio.

Foi realizado outro percurso utilizando-se o método do itinerário com o entrevistado e operário da Cia Agrícola Baixa Grande - Usina Santo Amaro, Milton Roberto da Silva Campista, no dia 22 de novembro de 2018, às 7:00. As imagens realizadas deste itinerário se encontram em anexo (Anexo 4). O percurso durou cerca de 1 hora, assim terminamos por volta de 8:00. Cheguei à sua casa e ele já estava me aguardando. Da sua residência (Rua Milton Lucas) fomos em direção ao Escritório da Usina, onde trabalhou até o fechamento da mesma, a pé, pois era assim que ele fazia seu trajeto na época do funcionamento da usina.

O percurso foi bem curto, pois sua residência é bem próxima ao Escritório, este desativado atualmente. Seguimos até o portão de entrada do antigo Escritório da Usina, disse que apesar de ter a chave do local, não poderíamos entrar, devido às péssimas condições estruturais do prédio. Segue as imagens do Itinerário, figuras 32 e 33:

**Figura: 32: Vista do itinerário realizado com o entrevistado e trabalhador da Cia Agrícola Baixa Grande, Milton Roberto da Silva Campista; de sua residência (Rua Milton Lucas) até o Escritório da Cia Agrícola Baixa Grande - Usina Santo Amaro, na localidade de Baixa Grande. Realizado no dia 22 de novembro de 2018.**



Fonte: <https://www.google.com.br/maps>, acessado em 28/03/2019.

**Figura 33: Vista do escritório da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, na localidade de Baixa Grande, lugar onde foi realizado o itinerário. Dia 22 de novembro de 2018.**



Fonte: <https://www.google.com.br/maps>, acessado em 28/03/2019.

Paramos em frente ao portão e, dali mesmo, foi conversando e revelando suas vivências e memórias sobre o seu setor de trabalho, sinalizando diversas situações contadas na entrevista dada por ele. Como pode ser visto na figura 34:

**Figura 34: Imagens do entrevistado e trabalhador da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro Milton Roberto da Silva Campista, durante o itinerário realizado de sua residência até o escritório da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, na localidade de Baixa Grande, em 22 de novembro de 2018.**





Fonte: Créditos da Fotógrafa Flávia Freitas, fotos tiradas em 22 de novembro de 2018.

Apontou para um lugar que seria a sala de ponto, havia um relógio para bater o ponto. Disse ainda que, no Escritório da usina, era o lugar em que ficava toda a diretoria e funcionários da administração e contabilidade, além do usineiro. Ao falar sobre suas atividades no Escritório, relatou que ainda é funcionário da Cia Agrícola Baixa Grande, responsável pela parte jurídica, contábil e administrativa dos bens da empresa. Disse sempre ter reunião na cidade do Rio de Janeiro com o usineiro e o mesmo muitas vezes vem à localidade e vai até a sua casa para resolver pendências administrativas.

Ressaltou, durante o percurso, que sua rotina de trabalho era intensa; pois tanto na época da moagem como no período entre safras, trabalhava muito no setor administrativo e contábil da Cia. Acrescentou que sempre foi um profissional preocupado em desenvolver um bom trabalho, organizado e produtivo. A maior felicidade foi quando recebeu o convite para fazer parte da diretoria da Cia. “Isso para mim foi sinônimo de reconhecimento e confiança ao meu trabalho.” Disse que lembra muito bem da chegada dos computadores, foi uma revolução no seu setor e teve que fazer muitas horas extras para processar todos os dados da empresa.

**Figura 35: Imagens do entrevistado e trabalhador da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro Milton Roberto da Silva Campista, durante o itinerário realizado de sua residência até o escritório da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, na localidade de Baixa Grande, em 22 de novembro de 2018.**



Fonte: Créditos da Fotógrafa Flávia Freitas, fotos tiradas em 22 de novembro de 2018.

O trabalho no escritório começava cedo, a partir de 7:00 da manhã, já estava lá dentro atuando, visitava às vezes o pátio da usina para realizar algumas atividades administrativas. Mas, o seu trabalho diário mesmo era no espaço do escritório. Ali era sua rotina. Muitas vezes a sirene tocava para o almoço e só conseguia terminar suas funções mais tarde, muitas vezes, fazia seu próprio horário de almoço, entrada e saída do escritório. Mencionou, também, a saudade do tempo de funcionamento da usina, de toda a dinâmica que existia dentro e fora dela.

Durante o itinerário, apontou lugares que eram no passado farmácia, banco ITAÚ, casas de diretores, Correios, Antiga Fábrica de Papel, casa do usineiro, linha do trem, casas de antigos diretores da usina que eram seus vizinhos, etc. Lembrou também dos dias de tensão com o atraso dos pagamentos, que o escritório ficou muito movimentado por vários fornecedores, trabalhadores e até mesmo comerciantes da comunidade.

Durante o percurso realizado, relatou que não tinha o hábito de parar em nenhum lugar no trajeto para o trabalho. Sempre foi um homem muito reservado e vivia para sua família. Se entristeceu, quando revelou a falta de oportunidade de mostrar para seus filhos o funcionamento da usina, a pleno vapor. Mas que, mediante tudo que passou, sempre

incentivou seus filhos a estudarem muito, aproveitando todas as oportunidades, como ele fez no decorrer de sua vida profissional.

Ao retornarmos para sua residência, lembrou do percurso da Maria Fumaça, o trem, carregado de açúcar e que muitas vezes transportava pessoas. Disse que a comunidade tinha uma vida muito movimentada, por ter um pólo industrial sucroalcooleiro de grande relevância economicamente para o Estado do Rio de Janeiro. Lembrou, também, que a comunidade era visitada diariamente por várias pessoas de outras regiões, como caminhoneiros e compradores de açúcar e álcool. Terminamos o itinerário, com o retorno para sua residência.

O itinerário foi realizado em um tempo mais curto, cerca de 1 hora, comparado com o primeiro itinerário realizado, devido morar próximo ao seu setor de trabalho. Algo que era muito comum, na época do funcionamento da usina, pois a vila operária era bem dividida socialmente e economicamente, havia uma concessão de privilégios para aqueles que trabalhavam no setor de administração e diretoria. Suas casas eram próximas do trabalho, muito espaçosas e localizadas em ruas pavimentadas e bem largas.

O entrevistado Milton Roberto da Silva Campista foi bem sucinto nos comentários durante o percurso realizado. Parou duas vezes, durante o itinerário para atender ligações relacionadas ao seu trabalho na Cia Agrícola Baixa Grande. Mencionou ser muito realizado profissionalmente, em poder ainda manter vínculo empregatício com a empresa, na qual deseja permanecer até a sua aposentadoria. Em anexo 4/4, imagens deste percurso realizado em 22 de novembro de 2018.

Durante todos os itinerários realizados, foi possível perceber que as vivências e memórias dos entrevistados foram constituídas por tudo que viveram e sentiram, enquanto trabalhadores da usina, no seu auge e no seu declínio; deixaram marcas que trazem a fragilidade do mundo do trabalho na atividade sucroalcooleira da região da Baixada Campista.

Eles foram vozes da maioria, todos tiveram sua história vinculada ao funcionamento da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, aqueles que trabalharam para ela e outros que trabalhavam em torno dela. Com este trabalho, foi possível evidenciar muitas memórias sobre a dinâmica do trabalho, tanto na usina como

também aquele que foi alternativo ou reinventado, com o declínio da atividade sucroalcooleira na região.

Os itinerários foram mesclados com afeto, subjetividade, cultura, costumes, valores, significações, verdades, vulnerabilidade, impressões, emoções, superações, vivências, construções e reconstruções do lugar onde se está e daquele em que já se esteve um dia; representam a fala de um tempo que se faz presente em um espaço de contradições e gerador de subempregos, trabalho informal, autônomo e assalariado, espaço de reserva de mão-de-obra barata. Tudo isso em um cenário que, em um passado recente, foi economicamente dinâmico e, atualmente, é sinônimo de estagnação. Esta pesquisa buscou a fidelidade às respostas dos entrevistados, fazendo prevalecer sua opinião, memória e vivência no mundo do trabalho, construído durante o auge e declínio do setor sucroalcooleiro da região da Baixada Campista.

É inegável a história construída e enraizada pelos antigos operários da Cia Agrícola Baixa grande - Usina Santo Amaro, pois desempenharam um papel importante no setor econômico da região; mostraram que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas diante do desemprego, encontraram alternativas de sobrevivência, reconstruindo suas vidas, reinventando novas formas de trabalho e de sobrevivência em uma região carente de investimentos econômicos e políticos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista todo o processo da História da atividade sucroalcooleira na região Norte Fluminense, especialmente na região da Baixada Campista, no recorte temporal de 1930 aos dias atuais, contata-se a importância deste setor para a construção do mundo do trabalho e para a economia regional e recupera-se, a partir da memória dos antigos operários da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, a perspectiva dos que vivenciaram diretamente, a partir da labuta diária, o auge e o declínio dessa atividade.

A Cia Agrícola Baixa Grande - Usina Santo Amaro foi de suma importância para a dinâmica capitalista da região, com alta produtividade de açúcar e álcool, e foi responsável pela empregabilidade da maioria dos trabalhadores da localidade de Baixa Grande e estimulou o funcionamento das atividades comerciais na região, além de proporcionar aos trabalhadores e familiares serviços como: educação, saúde e moradia.

Pode-se dizer que a usina representou para o município e região da Baixada Campista um grande pólo industrial, que na sua lógica capitalista permitiu o desenvolvimento de postos de trabalho com moldes no modelo fordista de produção e garantiu inovações tecnológicas de grande relevância no mercado interno e externo na produção e venda do açúcar e álcool. Por conseguinte, sua falência significou o fim do avanço industrial sucroalcooleiro na Baixada Campista, apesar dessa região, nesse mesmo contexto, ter como alternativa o setor econômico de cerâmica de tijolos. No entanto, esta atividade não conseguiu absorver o contingente de mão-de-obra desempregada gerada com o declínio da usina.

Do início dos anos 90 até os dias atuais foram fechadas dezenas de usinas sucroalcooleiras na região. Atualmente existem apenas duas usinas em funcionamento. Esse declínio da atividade sucroalcooleira teve como uma das consequências, a perda de espaço da produção campista na produção nacional e sem dúvida a perda de postos de trabalho tanto no campo quanto nas atividades industriais.

Assim sendo, os antigos operários da usina foram impulsionados pela própria realidade a traçar novos caminhos e possibilidades para serem inseridos novamente no mundo do trabalho, naquele momento não mais nas atividades de produção do açúcar e

álcool já que a maioria das usinas sucroalcooleiras da região tinham encerrado suas atividades.

Frente a essa realidade, foi possível verificar que uma grande parte desta mão-de-obra demitida do setor sucroalcooleiro encontrou muitas dificuldades para ser inserida novamente no mercado de trabalho, pois era considerada desqualificada para atender à economia petrolífera que se encontrava em ascensão na região. Daí, muitos dos operários tiveram que se reinventar no mundo do trabalho, criando seus próprios meios de sobrevivência, atuando no mercado informal e autônomo ou ainda em subempregos para garantir seu sustento e de sua família.

Durante as entrevistas e itinerários realizados com os antigos operários, os mesmos revelaram que a falta de estudos e qualificação foi um grande problema para eles enfrentarem a condição de desempregado e concorrer às vagas oferecidas pelo mercado de trabalho da região norte Fluminense, no contexto da década de 1990.

Desse modo, cabe ressaltar que as entrevistas e os itinerários realizados revelaram posicionamentos bem semelhantes a respeito do significado do trabalho no setor sucroalcooleiro, considerando suas funções e rotinas de trabalho, direitos assistidos pela assistência social, relações sociais desenvolvidas e fortalecidas, em um cenário que se apresentava muitas vezes precarizado no que tange às melhorias salariais e de vida dos trabalhadores. Porém, após duas décadas sem o funcionamento da usina, foi perceptível o sentimento de saudosismo e esperança de que a comunidade possa crescer novamente, pautada em novas atividades econômicas, que possam gerar postos de trabalho que garantam boas condições de trabalho e salários para a maioria da população da Baixada Campista.

A pesquisa também identificou, através das entrevistas realizadas com os operários da Usina Santo Amaro, que todos estes possuem uma opinião e identidade com o mundo do trabalho no setor sucroalcooleiro, que mesmo depois do declínio do mesmo, ainda têm em suas memórias muitos saberes e ressignificações sociais, políticas, econômicas e culturais vividas por eles.

A metodologia de pesquisa se fundamentou na combinação de três técnicas de pesquisa: pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestruturadas e itinerário. Correlacionando estas metodologias com os relatos das entrevistas e itinerários

realizados, com a pesquisa bibliográfica e análise da problemática, é possível constatar e repensar novas ressignificações para a questão do trabalho na região da Baixada Campista. Tal análise representou o grande ponto de partida das reflexões sobre o mundo do trabalho ressaltado por Karl Marx, Ricardo Antunes, Paul Singer, Eric Hobsbawm e David Harvey; todas essas leituras contribuíram para uma maior compreensão da complexidade da questão acerca das relações entre Capital e Trabalho na sociedade.

A partir de uma análise da linha do tempo, cuja narrativa apresentou a sequência e análise dos acontecimentos determinantes na fundamentação do mundo do trabalho ao longo da História, no que se refere à exploração do trabalhador e à precarização do trabalho, foi possível compreender o processo de regulamentação e desregulamentação do trabalho, atendendo a interesses do capital e assumindo estratégias dos modos de produção vigentes em cada contexto percorrido.

Evidenciando o mundo do trabalho na região Norte Fluminense no contexto do auge ao declínio do setor sucroalcooleiro na região da Baixada Campista, abordando dados sobre a produção, inovações tecnológicas, investimentos de capitais e a empregabilidade, além das relações sociais e cotidianas emergidas nesse espaço; buscou-se entender o mundo do trabalho da classe operária industrial canavieira. Percorrendo por análises, como: a inexistência de políticas alternativas para o problema; a redução dos financiamentos governamentais para a economia canavieira da região no contexto da década de 1980 no país; a intensa retração das atividades produtivas e a problemática do desemprego; as novas formas de trabalho e as modificações do mercado de trabalho na localidade e no entorno da mesma; foram contextualizações significativas no entendimento das questões esboçadas nesta pesquisa.

Nesse contexto, os métodos de pesquisa qualitativa empregados evidenciaram que entre avanços e recuos, a realidade dos trabalhadores do espaço rural do município de Campos dos Goytacazes, desde o fechamento da Usina Santo Amaro foi o de reinventar estratégias para a sua inserção no mundo do trabalho. A baixa qualificação da maioria dos antigos operários da Usina dificultou a reinserção no mercado de trabalho. O debate sobre o mundo do trabalho e suas novas ressignificações na Baixada Campista diante da precarização das condições sociais dos trabalhadores se faz necessário e requer políticas públicas.

Considerando o contexto apresentado na execução desta pesquisa, acredita-se que algumas realidades precisam ser repensadas e modificadas, entre elas, apontamos: diversificação de atividades econômicas e qualificação da mão-de-obra local. O assunto requer muito estudo crítico dos profissionais envolvidos na questão do trabalho, para que encontrem alternativas de mudança para a região em estudo, ações mais concretas com intuito de efetivar uma política pública que revigore o setor econômico. Neste contexto de declínio do setor sucroalcooleiro, foi notável a grande quantidade de jovens que foram inseridos no mundo do trabalho informal e subempregos para ajudar na renda familiar. Esses jovens começaram a integrar uma força de trabalho desqualificada e desprotegida de direitos trabalhistas.

Vivemos a era das incertezas, principalmente em relação ao mundo do trabalho, visto o aumento do desemprego, dos empregos mal pagos e sem qualificação, terceirização, emprego informal, um cenário decorrente da política neoliberal, da mudança do papel do Estado, das transformações nas relações de emprego, da diminuição da estabilidade no emprego e flexibilização da organização do trabalho.

Desse modo, a pesquisa problematizou os efeitos das políticas econômicas do setor sucroalcooleiro na região Norte Fluminense, a sua configuração em um contexto de estagnação, trazendo à tona questões que devem ser analisadas para a efetivação de uma nova reestruturação produtiva do capital, diante de um mundo do trabalho que exige um profissional que exerça tarefas polivalentes e sejam qualificados para atender ao modo de produção flexível e mecanizado.

Concluindo, é urgente a necessidade de fomentar a conscientização da comunidade e dos órgãos públicos competentes, no sentido de promover ações eficazes na reestruturação econômica da Baixada Campista, viabilizando ações junto a órgãos e empresas que possam interagir em prol do desenvolvimento local da região, pertencente à área rural do município de Campos dos Goytacazes.

Ainda é preciso salientar que o momento atual sugere uma profunda reflexão sobre o mundo do trabalho, em face dos altos índices de desemprego, condições de subempregos e vulnerabilidade dos trabalhadores frente à desregulamentação dos direitos trabalhistas. Essa realidade tem contribuído para acirrar ainda mais o cenário de desigualdades sociais e pobreza no país.

Sendo assim, como tudo faz parte de uma reconstrução histórica, do tempo de funcionamento da usina e as alternativas encontradas com o fechamento da mesma na perspectiva dos antigos operários e não perdendo de vista a singularidade e particularidade do objeto de pesquisa, será realizado um documentário com todas as imagens, filmagens, e relatos obtidos no decorrer da construção deste trabalho. O documentário será entregue posteriormente aos entrevistados e seus familiares, às instituições escolares da Baixada Campista e à Secretaria Municipal de Educação. Objetiva-se com esta ação um resgate da memória da história do trabalho e dos trabalhadores na atividade sucroalcooleira da região da Baixada Campista, no espaço da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro.

Por fim, acredito que a grande contribuição deste trabalho foi a possibilidade de análise e discussão do mundo do trabalho na Baixada Campista a partir do olhar, da memória e da vivência dos antigos operários da Usina, que aceitando participar das entrevistas e do método do itinerário, nos permitiram conhecer as suas percepções e as ressignificações do mundo do trabalho por meio das suas lembranças, da história que construíram no espaço da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro.

Apesar de ter sido notória no decorrer das entrevistas e itinerários, a ausência de depoimentos que identificassem a percepção dos trabalhadores para a precarização do trabalho decorrente do modelo fordista de produção e do sistema capitalista vigente na sociedade, o sentimento saudosista dos antigos operários fez enaltecer um mundo do trabalho sem mazelas e exploração capitalista.

De acordo com a opinião dos entrevistados, ter acesso à saúde, educação, lazer e trabalho com carteira assinada era uma grande recompensa. O mundo do trabalho e a memória construída em torno do auge ao declínio do setor sucroalcooleiro na região da Baixada Campista muitas vezes impedem o trabalhador de ver com clareza a própria exploração, havendo uma perda de sua liberdade e consolidando a alienação, não reconhecendo a precarização do trabalho na sua jornada de trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACERVO BIBLIOT. MIN. FAZ. RJ; Brasil/Açúcar (1972); Brasil açucareiro; Diário Oficial da União (8/5/90); Encicl. Barsa (1999); disponível em [www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/instituto-do-acucar-e-do-alcool-iaa](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/instituto-do-acucar-e-do-alcool-iaa), acesso em 10 de janeiro de 2019.

ANDRADE, LBP. Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, Cap. 1 Percurso Metodológico, 2010. 193 p. P.30. ISBN 978-85-7983-085-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 30 de junho de 2018.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. O Social em Questão - Ano XVIII - nº 34 – 2015. P. 24-25, 31, 35.

\_\_\_\_\_ e BRAGA, Ruy (Organizadores). Infoproletários: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009. P. 68, 238.

\_\_\_\_\_. ALVES, Giovanni. As Mutações No Mundo Do Trabalho Na Era Da Mundialização Do Capital. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>. P.344, 346-347.

\_\_\_\_\_. Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999. P. 102,182, 209.

\_\_\_\_\_. O que é Sindicalismo. São Paulo: Editora Brasiliense,1991. P. 32-35,70, 76.

ASFLUCAN - Associação Fluminense dos Plantadores de Cana. Relatórios 1978-2002.

AZEVEDO, Hamilton Jorge de. Uma análise produtiva da cana-de-açúcar na Região Norte Fluminense. In: I-PESSANHA, Roberto Moraes, org. II- SILVA NETO, Romeu e, org. Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: de cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004. P.130.

BOTTOMORE, Tom. Marxismo e Sociologia. In: BOTTOMORE, Tom, NISBET, Robert (orgs.). História da Análise Sociológica. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980, Capítulo 4, p. 166-201.

BOURDIEU, Pierre. A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 2011. P. 160.

\_\_\_\_\_. Contrafogos. Tática para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. P. 122.

BRAGA, Tânia Moreira; SERRA, Rodrigo; TERRA, Denise. Sobre financiamento e desenvolvimento institucional nos municípios petro-rentistas da bacia de Campos. In:

PIQUET, R.P.S. (Org.). *Petróleo e Região no Brasil - o desafio da abundância*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo séculos XV-XVIII. Os Jogos das Trocas*. Tradução Telma Costa, São Paulo: Martins Fontes. 1998. P. 37, 334.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no século XX*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, Terceira Edição, 1987. P. 132, 319, 326, 327.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso. *Políticas Sociais: acompanhamento e análise | BPS | n. 22 | 2014, Trabalho e Civilização, José Celso Cardoso Júnior*. P. 613, edição especial do Boletim Políticas sociais: acompanhamento e análise.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. P. 189, 204-205.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.30.

COOPERPLAN. *Cooperativa Mista dos Plantadores de Cana, Campos dos Goytacazes, Relatórios 1978/88*.

CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro. REVAN/UFRJ. 1994, P.29-39.

COSTA, Márcia da Silva. *O Sistema de Relações de Trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual*. Artigo recebido em setembro/2003 Aprovado em maio/2005. RBCS Vol. 20 nº. 59 outubro/2005. P. 111,118.

CRUZ, José Luiz Vianna da. *Origem, natureza e persistência das desigualdades sociais no Norte Fluminense*. In: CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugênia Ferreira. (Org.). *Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 33-67, 52-53 60-64.

\_\_\_\_\_. *Modernização Produtiva, Crescimento Econômico e Pobreza no Norte Fluminense (1970-2000)*. In: PESSANHA, Roberto Moraes; NETO, Romeu e Silva. (Org.). *Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense*. 1. ed. Campos dos Goytacazes: WTC Editora, v. 01, 2004, p. 89, 112-113.

\_\_\_\_\_. *Projetos Nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte fluminense entre 1970 e 2000*. (Tese de Doutorado), IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 2003. P. 74-76, 78-79, 120-121, 222-223.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento do Norte/Noroeste fluminense: problematizando o consenso*. *Vértices*, Campos dos Goytacazes/RJ, n.4, 1997, p. 27-36.

\_\_\_\_\_ e TERRA, Denise Cunha Tavares. Estudos das tendências de desenvolvimento regional. Campos dos Goytacazes: Centro de Pesquisas Cândido Mendes – Campos (CEPECAM). Mimeo. 1997. P. 29.

\_\_\_\_\_. Mercado de trabalho e exclusão em Campos/RJ. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v.18, n.3, set./dez., 1992, p.178.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICO (DIEESE). A situação do trabalho no Brasil. São Paulo: DIEESE, 2001.P. 227,228,229.

DIÁRIO OFICIAL. Seção 1, p. 4 a 13, set. 1937. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2323774/pg-5-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-14-09-1937>>. Acesso em: 26 de novembro de 2018.

DRUCK, G. Precarização social do trabalho. In: IVO, A. B. L. (Coord). Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; Salvador: Fapesb, 2013, p. 373-380.

FERNANDES, Luis. Neoliberalismo e reestruturação capitalista. In: SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 60-61.

GAZETA DE NOTÍCIAS. O assucar do Estado do Rio no Prata. Rio de Janeiro, n. 292, out. 1916. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 24 outubro de 2018.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006. P. 160, 170.

HARVEY, David. O Enigma do Capital: e as Crises do Capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011, P. 46, 88, 90, 196.

\_\_\_\_\_. O Neoliberalismo, história e implicações. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 182.

\_\_\_\_\_. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 2000.P. 140.

\_\_\_\_\_. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992. P. 140.

HOBSBAWM, Eric J. A Era das Revoluções 1789-1848, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996, P. 67, 230.

\_\_\_\_\_. Era dos Extremos, o breve século XX 1914-1991. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. P. 67,92, 230, 402.

\_\_\_\_\_. Mundos do Trabalho. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987, p. 48.

\_\_\_\_\_. A Era do Capital 1848-1875, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, P. 200,230,235.

HOFFMANN, Fernando. O Princípio da proteção ao trabalhador e atualidade brasileira. São Paulo: LTr, 2003. P. 169.

IANNI, Octavio. A Era do Globalismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996. P. 23, 163.

\_\_\_\_\_. Origens Agrárias do Estado Brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1984.P. 42.

JORNAL DO BRASIL. Usineiro campista aposta tudo na irrigação. Rio de Janeiro, fev. 1982. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/> > Acesso em: 25 jul. 2018.

JORNAL TERCEIRA VIA, 23 a 30 de abril de 2017, p.5. Safra dos sobreviventes.

KURZ, Robert. O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Tradução de Karen Elsabe Barbosa. 3 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. P. 33, 237.

LEFEBVRE, Henri. A Produção do Espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006. P. 37.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 2 ed., Campinas: Unicamp, 1992, P. 473.

MARTINS, Heloísa Helena de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07+B28> e CORTÊS. Soraya Vargas. Contribuições teóricas e à políticas públicas. 2013. P. 51, 296. Disponível em: <http://sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/view/23/3>. Acessado em 18/06/2018.

MARX, Karl. Sociologia. São Paulo: Ática, 1980. P. 78. (Grandes Cientistas Sociais, n. 10).

\_\_\_\_\_. O Capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p.31-82.

\_\_\_\_\_. Trabalho Assalariado e Capital. In: Textos. São Paulo: Edições Sociais/Alfa-Omega, 1977. 3 v. P.63.

\_\_\_\_\_. O Capital. Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, p.389, livro 1, v. I.

MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. O Brasil Desempregado: Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1999, p.9.

\_\_\_\_\_.A Desordem do Trabalho. São Paulo, Editora Página Aberta, 1996. P. 35, 126-127, 142,153.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. P. 25.

MORAES, Márcia Aranha Dias de. In: Revista de Economia Política. A desregulamentação do Setor Sucroalcooleiro, volume 22; número 2; abril/junho/2002. P. 22

NETO, Romeu Silva. Indústria e Desenvolvimento na região Norte Fluminense: crescimento econômico e o problema da extrema heterogeneidade econômico-espacial no Estado do Rio de Janeiro. In: CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugênia Ferreira. (Org.). Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond/ FAPERJ. 2006. P.262, 265.

NEVES, Delma Pessanha. Lavradores e Pequenos Produtores de Cana: estudo das formas de subordinação dos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. P. 17, 27, 53, 55, 56, 73, 128.

O PAIZ. Notícias do Estado do Rio. Rio de Janeiro, n. 11605, jul. 1916. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 24 jul. 2018.

PAES, Margot. Desenvolvimento Humano na perspectiva de uma Reconversão Produtiva em Campos dos Goytacazes. In: GANTOS, Marcelo. (Org.). Campos em Perspectiva. Rio de Janeiro: Papel Virtual, UENF. 2004. P. 146, 149, 151, 155, 164-167, 170.

PESSANHA, Yvan Senra. Campista nem fiado, nem à vista – A saga dessa gente que não se vende. Niterói: Imprensa Oficial, 1999. P. 101, 114, 130, 242, 243, 245.

PESSANHA, Roberto Moraes; SILVA NETO, Romeu e. Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004. P. 25-35.

PETITEAU e PASQUIER IN Grosjean, M.; Thibaud, J.-P.(dir) L'espace urbain en méthodes. Tradução de Priscila Giesbrech. Parenthèses. Marseille (Eupalinos), 2001. P. 63-78.

PIQUET, Rosélia. Norte Fluminense: Mudanças e incertezas na Era do Petróleo. RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico, 28 Ano VI • Nº 9 • Janeiro de 2004 • Salvador, BA. P. 28-30.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação: As origens da nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. 2 ed., Rio de Janeiro: Campus, 2000. P.269.

PREALC, Bibliografia Comentada sobre el Sector Informal Urbano em América Latina: 1975-1987, Santiago, OIT, Documentos de Trabajo nº 332, 1989.

RAMOS, P. Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1999. P.187

REGINENSI, Caterine, Como praticar etnografia nas margens e fronteiras das cidades? Ponto Urbe [Online], 20 | 2017, posto online no dia 30 Junho 2017, consultado em 20 de Junho 2018. URL: [http:// pontourbe.revues.org/3381](http://pontourbe.revues.org/3381). DOI : 10.4000/pontourbe.3381.

RELATÓRIO ANUAL DO PLANALSUCAR. Ministério da Indústria e Comércio e IAA, 1983,1984,1985. 125 p.

RODRIGUES, Hervé salgado. Na Taba dos Goytacazes. Niterói: Imprensa Oficial, 1988. Biblioteca de Estudos Fluminenses, Série Municípios. P. 221.

SERRA, Rodrigo Valente. O sequestro das rendas petrolíferas pelo poder local: a gênese das quase sortudas regiões produtoras. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v. 9, p. 101-114, 2007.

\_\_\_\_\_ ; TERRA, Denise Cunha Tavares. Notas sobre a região petrorentista da Bacia de Campos. In: CARVALHO, Ailton Mota; TOTTI, Maria Eugênia Ferreira. (Org.). Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda., p. 298, 2006.

\_\_\_\_\_. Sobre o advento dos municípios “novos ricos” nas regiões petrolíferas nacionais In: PESSANHA, Roberto Moraes (Org.). Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense. 1. ed. Campos dos Goytacazes: WTC Editora, p. 27-76, 2004.

SILVA, Roberto Cezar Rosendo Saraiva da e CARVALHO, Ailton Mota de. Formação Econômica da Região Norte Fluminense. In: PESSANHA, Roberto Moraes, SILVA PESSANHA, Roberto Moraes (Org.). Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense. 1. ed., Campos dos Goytacazes: WTC Editora, 2004. P. 27, 49, 65, 69, 71,76.

SINGER, Paul. O Capitalismo sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna, 1987. P. 61, 70. Coleção polêmica.

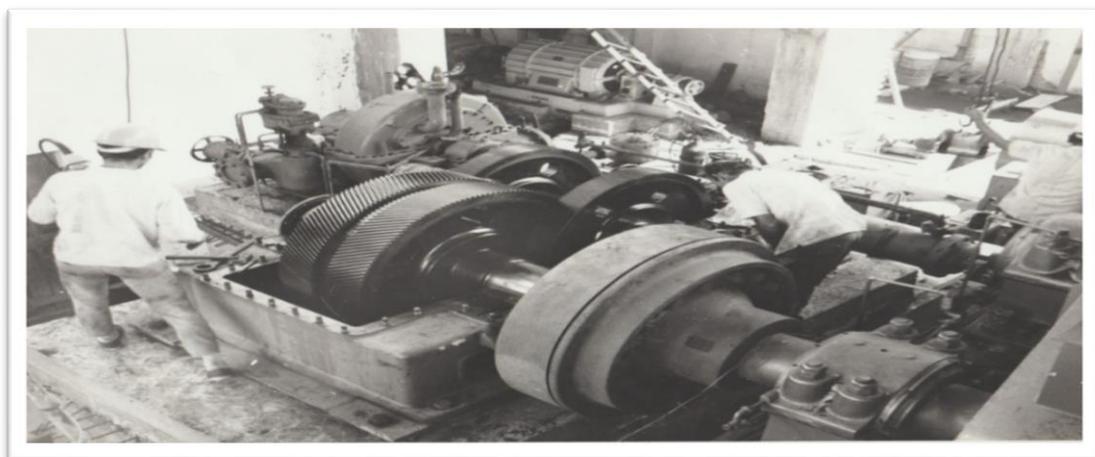
\_\_\_\_\_. Capital e Trabalho no campo. In: PINSKY, J. (Org.) Capital e trabalho no campo. São Paulo: Hucitec, 1977. P.1.

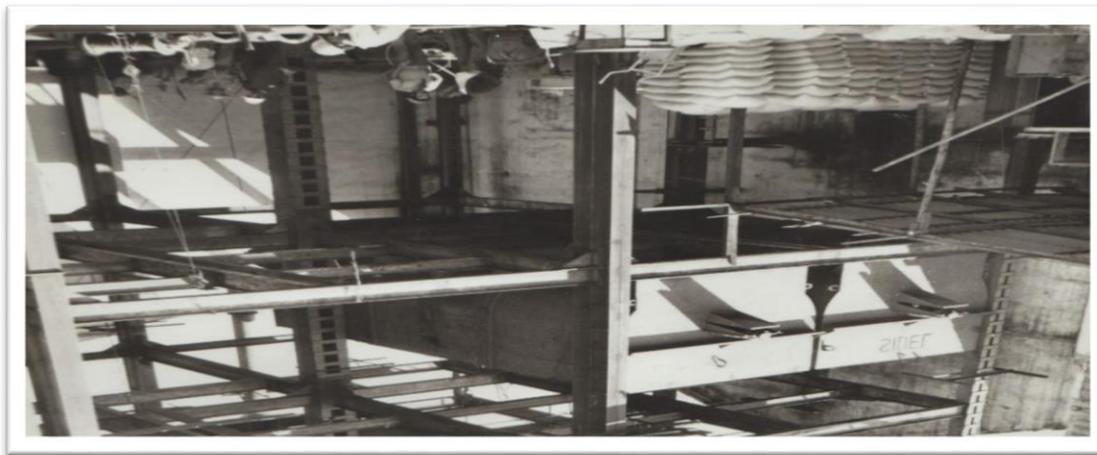
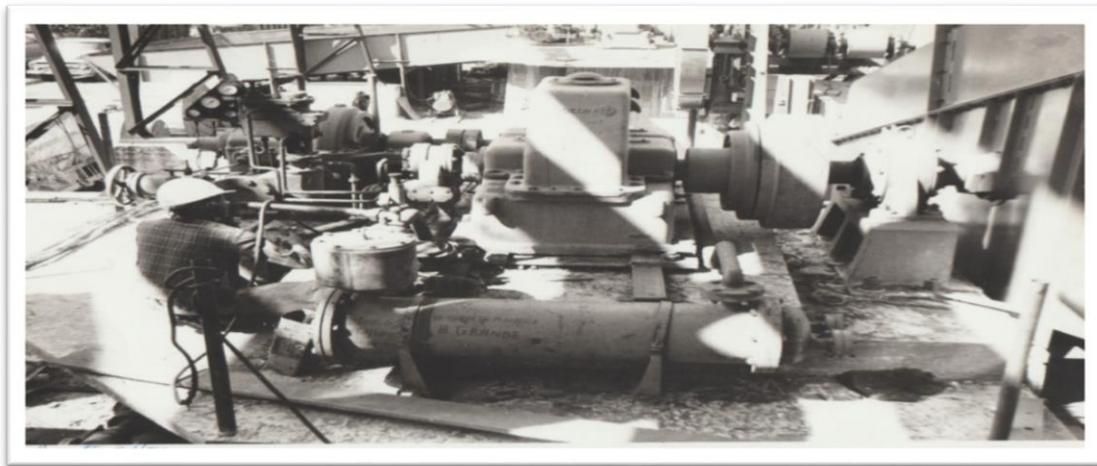
\_\_\_\_\_. A Crise do “Milagre”. Interpretação crítica da economia brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. P. 30, 57-58, 133.

SOUZA, Paulo Marcelo de; PONCIANO, Nivaldo José. O perfil da produção agrícola na região Norte Fluminense: uma análise das alterações ocorridas no período de 1970 a 2000. In: CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugênia Ferreira. (Org.). Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond/ FAPERJ. 2006. P.215.

## ANEXOS

**Anexo (1) - Imagens das implementações tecnológicas na Cia Agrícola Baixa Grande  
– Usina Santo Amaro em agosto de 1973.**

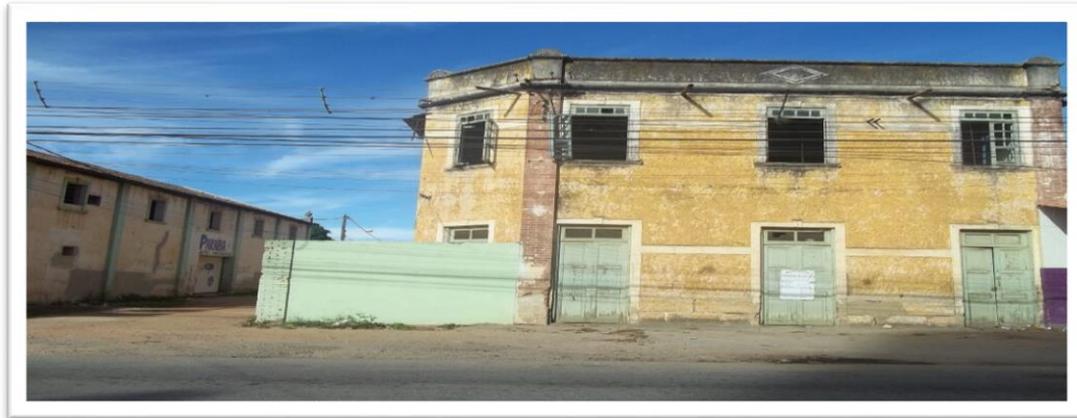




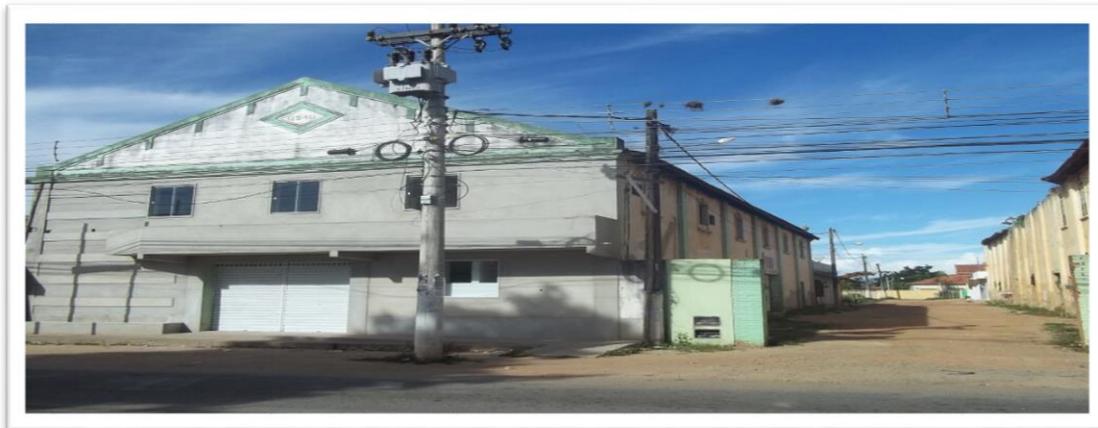
Fonte: Arquivo Pessoal da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, fotos tiradas em agosto de 1973

**Anexo (2) - Imagens da Localidade de Baixa Grande Atualmente, em torno da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro**

I- Antiga Fábrica de Sapatos e Agência Itaú, atualmente desativada (Prédio pertencente a Cia agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro)



II- Antigo Cinema, Laboratório da Usina e por último Fábrica de Adubo. Atualmente pertence a um empresário da localidade.



III- Antiga Estação de Trem – Desde a década de 1990, foi cedido ao 6º CPA 8º B.P.M., 1ª CIA DPO BAIXA GRANDE



IV- Casa pertencente ao Usineiro Dr. Fernando de La Riva Auverhoff



V- Antiga Fábrica de Papel, posteriormente Fábrica de Biscoitos e Macarrão. Desativada Atualmente.



VI- Antigo Escritório da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, atualmente desativado.



VII- Casas da Vila Operária, que atendia aos encarregados, administradores e diretores da Usina (casas próximas a Usina)



VIII- Casas da Vila Operária (casas de antigos operários do setor de produção)





IX- Entrada Principal da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, atualmente desativada.



X- Pátio da Usina Santo Amaro, atualmente desativado.





XI- Colégio Cenecista Santa Terezinha, atualmente Colégio Municipal Santa Terezinha

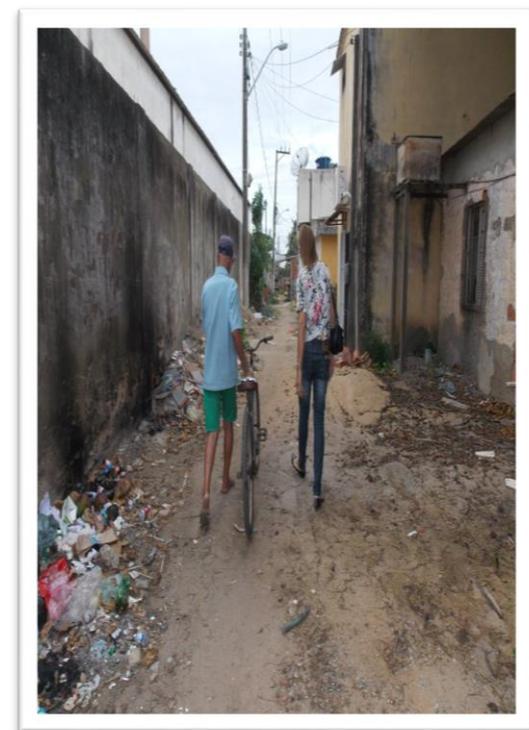
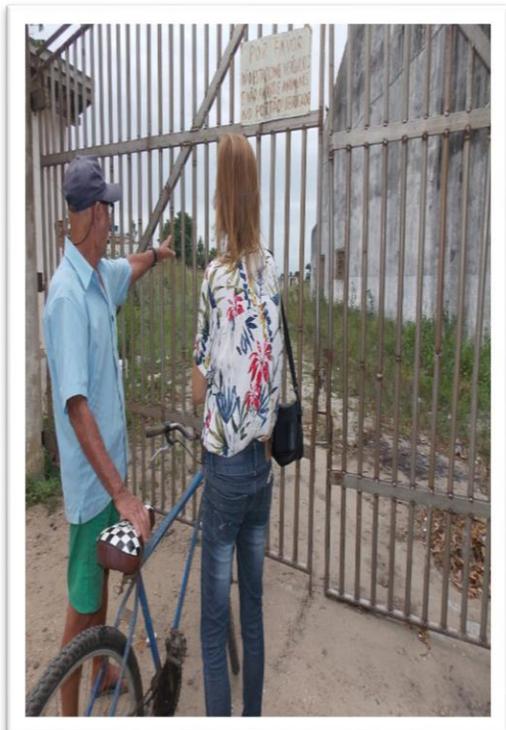
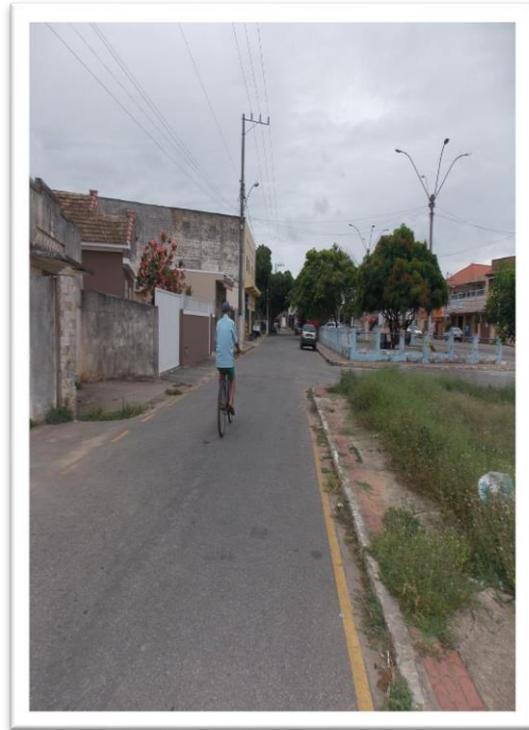


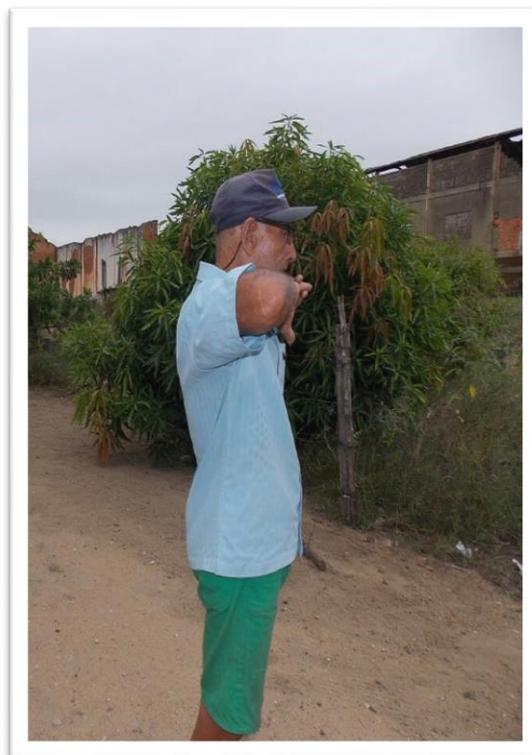
## XII- Colégio Estadual Dr. Barros Barreto



Fonte: Créditos da Fotógrafa Flávia Freitas, fotos tiradas entre 15 de fevereiro de 2019 a 30 de março de 2019.

**Anexo (3) - Itinerário/ Imagens do entrevistado e antigo operário Amaro Rangel da Silva durante o itinerário realizado de sua residência (Rua Maria Emília) até à Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, na localidade de Baixa Grande, em 24 de agosto de 2018.**

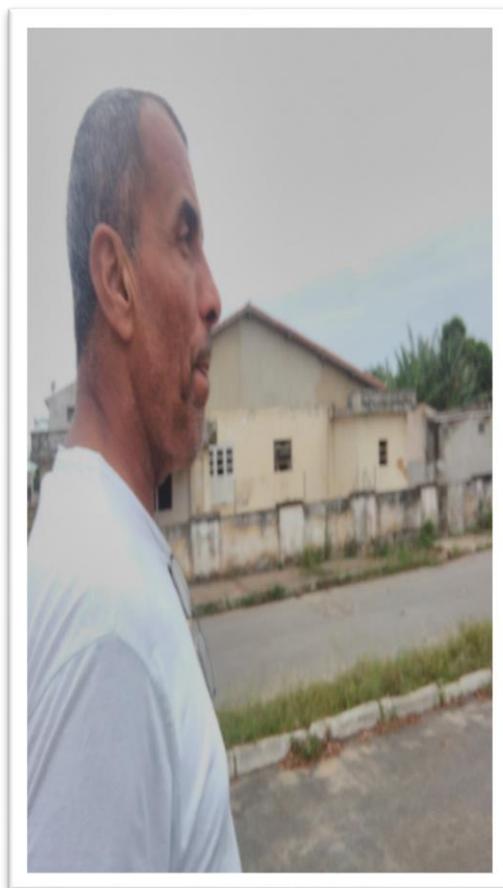




Fonte: Créditos da Fotógrafa Flávia Freitas, fotos tiradas em 24 de agosto de 2018.

**Anexo (4): Itinerário/ Imagens do entrevistado e trabalhador da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, Milton Roberto da Silva Campista, durante o itinerário realizado de sua residência até o escritório da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro, na localidade de Baixa Grande, em 22 de novembro de 2018.**





Fonte: Créditos da Fotógrafa Flávia freitas, fotos tiradas em 22 de novembro de 2018.